

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO – PGDRA
MESTRADO**

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, PARANÁ:
UMA ANÁLISE DE 1987 A 2022**

TOLEDO
2024

ALÍCIA LEAL FREHNER

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, PARANÁ:
UMA ANÁLISE DE 1987 A 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Rippel

Toledo

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Leal Frehner, Alícia

O crescimento econômico do município de Cafelândia, Paraná: uma análise de 1987 a 2022 / Alícia Leal Frehner; orientador Ricardo Rippel. -- Toledo, 2024.
111 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2024.

1. crescimento econômico. 2. desenvolvimento regional. 3. Cafelândia. 4. industrialização. I. Rippel, Ricardo, orient. II. Título.

ALÍCIA LEAL FREHNER

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, PARANÁ:
UMA ANÁLISE DE 1987 A 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Rippel (Orientador)
Universidade Estadual de Oeste do
Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual de Oeste do
Paraná (UNIOESTE)

Professor Dr. Leandro de Araújo Crestani
Centro Universitário da
Fundação Assis Gurgacz (FAG)

Toledo, 03 de setembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

A princípio, gratidão a Deus, pois sem Ele, nada seria possível.

Agradeço o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), todos os professores e a assistente Débora Elisa Saling que dedicam seu tempo e energia produzindo ciência e contribuindo para a melhora da sociedade com seu trabalho.

Agradeço o apoio para realização deste trabalho do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Agradeço meu orientador, Professor Dr. Ricardo Rippel, pelas orientações e auxílio na realização desta pesquisa; agradeço o conhecimento compartilhado e a paciência comigo durante todo o processo, tendo se tornado pessoa de admiração pessoal por seu caráter, sabedoria e empatia.

Agradeço o Professor Dr. Pery Francisco Assis Shikida, por inspirar em mim, autonomia e maturidade, sendo exemplo de índole retida.

Agradeço especialmente o Professor Dr. Lucir Reinaldo Alves, por ser um profissional cujo dom de ensinar também transmite confiança, liderança e empatia.

Agradeço os membros da banca de defesa, Professor Dr. Ricardo Rippel, Professor Dr. Jandir Ferrera de Lima e Professor Dr. Leandro de Araújo Crestani, bem como os suplentes, por concederem atenção e olhar crítico necessários para avaliar construtivamente esta pesquisa, contribuindo para extrair o máximo de sua realização.

Agradeço os colegas da 20ª turma e demais colegas e amigos do PGDRA por todas as trocas, discussões e apoio, especialmente Kristianno Fireman Tenório, Maira Girardi Perlin, Gabriela Christ, Leandro de Oliveira e Laudelina Ribeiro.

Por fim, agradeço à minha família que me ama e me espera: minha mãe, Enilce Leal Frehner, irmã Beatriz Leal Frehner, avó Hiltrud Frehner e tia Marlise Frehner Dall Pizzolo que foram uma rede de apoio e suporte, tornando os desafios dessa etapa mais fáceis de serem superados em minha vida.

Muito obrigada.

“Folhas agitadas pelo vento sobre a terra, assim são as gerações dos homens.”

Marco Aurélio

FREHNER, A. L. **O Crescimento econômico do município de Cafelândia, Paraná: uma análise de 1987 a 2022.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus Toledo*, 2024.

RESUMO

Este estudo analisa o crescimento econômico do município de Cafelândia - PR a partir do comportamento de seu setor produtivo entre os anos de 1987 e 2022. Em 1975, a produção do café foi interrompida pela conjugação de fatores econômicos, políticos e climáticos. Em meio ao cenário apresentado, em 1982, a cooperativa do local iniciou atividades agroindustriais com a instalação de um sistema de integração avícola. A partir de então, houve crescimento sustentado desse segmento, e aspectos do desenvolvimento regional dos teóricos Douglass Cecil North, François Perroux e Albert Otto Hirschman puderam ser identificados no processo. Os resultados do estudo encontrados por meio do método técnico estatístico de análise regional do indicador Quociente Locacional (QL) apontaram que Cafelândia desenvolveu e manteve especializações relacionadas à atuação do segmento agroindustrial, ou seja, nas atividades da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; serviços em alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc.; e em transporte e comunicações. Secundariamente, especializações ligadas ao incremento urbano também apresentaram resultados significativos em decorrência da aglomeração territorial desencadeada pelo mesmo segmento agroindustrial. Nesse sentido, o trabalho concluiu que o crescimento econômico do município apresenta uma distribuição produtiva consolidada, mas concentrada e com pouca diversificação.

Palavras-chave: crescimento econômico; desenvolvimento regional; Cafelândia; industrialização.

FREHNER, A. L. **The economic growth of the municipality of Cafelândia, Paraná: an analysis from 1987 to 2022.** Dissertation (Master in regional development and agribusiness) – State University of Western Paraná, *Campus Toledo*, 2024.

ABSTRACT

This study analyzed the economic growth of the county of Cafelândia, Paraná based on the behavior of its productive sector between the years 1987 and 2022. In 1975, the coffee production was interrupted by the combination of economic, political and climatic factors. In the midst of the scenario presented, in 1982, the local cooperative began agro-industrial activities by installing a poultry integration system. From then on, there was sustained growth in this segment and some aspects of the regional development of theorists Douglass Cecil North, François Perroux and Albert Otto Hirschman could be identified in its process. The results of the study found through the statistical and technical method of regional analysis of the Locational Quotient (QL) indicator showed that Cafelândia developed the maintained specializations related to the performance of the agro-industrial segment, that is, in the activities of food, beverage and ethyl alcohol industry, services in accommodation, food, repair, maintenance, writing, etc. and in transport and communications. Secondly, specializations linked to the urban growth also presented significant results due to the territorial agglomeration entailed by the same agro-industrial segment. In this sense, the work concluded that the counties' economic growth presents a consolidated productive distribution but concentrated and with few diversification.

Keywords: economic growth; regional development; Cafelândia; industrialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município de Cafelândia, Microrregião de Cascavel, Estado do Paraná e País Brasil (2024)	47
Figura 2 – Indústria de Produtos Alimentícios em Cafelândia – Paraná (2023)	85
Figura 3 – Fluxograma da Cadeia Produtiva de Frango do Brasil (2024)	87
Figura 4 – Comportamento do setor produtivo de Cafelândia – Paraná (2024)	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação entre Subsetores e Grandes setores econômicos (2024) 48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Especializações de Cafelândia entre 1987 e 1990	52
Tabela 2 – Empregos formais em Cafelândia de 1987 a 1990	54
Tabela 3 – Especializações de Cafelândia entre 1991 e 1994	56
Tabela 4 – Empregos formais em Cafelândia de 1991 a 1994	58
Tabela 5 – Especializações de Cafelândia entre 1995 e 1998	60
Tabela 6 – Empregos formais em Cafelândia entre 1995 e 1998	61
Tabela 7 – Especializações de Cafelândia entre 1999 e 2002	63
Tabela 8 – Trabalhadores em Cafelândia entre 1999 e 2002	65
Tabela 9 – Especializações de Cafelândia entre 2003 e 2006	66
Tabela 10 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2003 e 2006	68
Tabela 11 – Especializações de Cafelândia entre 2007 e 2010	69
Tabela 12 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2007 e 2010	71
Tabela 13 – Especializações de Cafelândia entre 2011 e 2014	72
Tabela 14 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2011 e 2014	73
Tabela 15 – Especializações de Cafelândia entre 2015 e 2018	75
Tabela 16 – Empregos formais em Subsetores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Cafelândia de 2015 a 2018	77
Tabela 17 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2015 e 2018	77
Tabela 18 – Especializações de Cafelândia entre 2019 e 2022	78
Tabela 19 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2019 e 2022	79
Tabela 20 – Subsetores especializados em Cafelândia entre 1987 e 2022	84
Tabela 21 – População residente em Cafelândia entre 1991 e 2022	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Empregos formais em Cafelândia de 1991 a 1995	57
Gráfico 2 – Empregos formais em Cafelândia por Classificação Brasileira de Ocupações de 1991 a 1995	58
Gráfico 3 – Empregos formais em Cafelândia entre 2015 e 2019	76
Gráfico 4 – Número de empregos formais em Cafelândia entre 2019 e 2022	80
Gráfico 5 – Número de especializações em Cafelândia por período	81
Gráfico 6 – Número de especializações em Cafelândia por ano	82
Gráfico 7 – Número de empregos formais em Cafelândia entre 1987 e 2022	83
Gráfico 8 – Representatividade empregos formais industriais em Cafelândia	86
Gráfico 9 – Empregos formais produção industrial em Cafelândia	88
Gráfico 10 – População residente em Cafelândia entre 1991 e 2010	92

LISTA DE ABREVIATURAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
QL	Quociente Locacional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIDRA	Sistema IBGE de recuperação automática
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CAFELÂNDIA E REGIÃO	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1 O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ...	21
3.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ASPECTO EXÓGENO	25
3.2.1 Base de exportação de Douglass Cecil North	27
3.2.2 A indústria motriz de François Perroux	32
3.2.3 Os encadeamentos produtivos de Albert Otto Hirschman	37
3.3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ASPECTO ENDÓGENO	42
4 METODOLOGIA	45
4.1 OBJETO DE ESTUDO	46
4.2 RECORTE TEMPORAL	47
4.3 BASE DE DADOS, VARIÁVEL E INDICADOR	48
5 CRESCIMENTO ECONÔMICO DE CAFELÂNDIA: ANÁLISES DE DADOS E CONSIDERAÇÕES	52
5.1 PRIMEIRO PERÍODO – ENTRE 1987 E 1990	52
5.2 SEGUNDO PERÍODO – ENTRE 1991 E 1994.....	55
5.3 TERCEIRO PERÍODO – ENTRE 1995 E 1998	59
5.4 QUARTO PERÍODO – ENTRE 1999 E 2002	62
5.5 QUINTO PERÍODO – ENTRE 2003 E 2006.....	66
5.6 SEXTO PERÍODO – ENTRE 2007 E 2010.....	69
5.7 SÉTIMO PERÍODO – ENTRE 2011 E 2014	72
5.8 OITAVO PERÍODO – ENTRE 2015 E 2018	74
5.9 NONO PERÍODO – ENTRE 2019 E 2022	78
5.10 ASPECTOS GERAIS DAS ESPECIALIZAÇÕES ENTRE 1987 E 2022	81
6 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, questionamentos a respeito dos países afetados pelo conflito bélico e daqueles tidos como subdesenvolvidos ganharam maior notoriedade no globo e boa parte dessas discussões se relacionava com o crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse cenário, as autoridades e os cientistas envolvidos buscaram compreender esses temas sob outras perspectivas, indagando por que alguns países demonstram possuir mais dificuldades para se desenvolver do que outros (Sandroni, 1999; Oliveira, 2017).

Esse questionamento foi uma das principais motivações para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1945, pois ela tem como objetivo alcançar a paz mundial e promover o desenvolvimento socioeconômico das nações. A partir da ONU, foi criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cuja finalidade é elaborar estudos e relatórios enfocados nos países desse continente em específico, considerando suas particularidades econômicas (Bielschowsky, 2000; ONU – Brasil, 2024).

Com os trabalhos que foram sendo realizados dentro dessas finalidades, ficou evidente como o campo que orbita os conceitos do crescimento e o desenvolvimento econômico é vasto, desdobrando-se em algumas vertentes. Para a corrente do desenvolvimento econômico moderna, ora adotada na realização desta pesquisa, trata-se de conceitos distintos e complementares (Furtado, 2010; Rippel, 2016; Oliveira, 2017).

Isto é, assume-se que o desenvolvimento ocorre à parte do crescimento puramente baseado em fatores quantitativos e econômicos. Também, o desenvolvimento não é um fenômeno homogêneo que ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo. É, porém, um processo permeado por desequilíbrios econômicos e está atrelado a variáveis qualitativas da população estudada, como qualidade de vida e bem-estar (Bresser-Pereira, 1992; Rippel, 2022).

Nesses termos, o desenvolvimento econômico pressupõe a existência do crescimento, mas, em sua natureza, acrescenta-se um grau de avanço e progresso no bem-estar social das pessoas de um determinado país, região ou localidade. Ele, então, passa a ser visto como um fenômeno não homogêneo diante das características únicas de cada espaço, e não pode ser mensurado somente com o incremento do Produto Interno Bruto (PIB), mas a partir de bons níveis de saúde,

educação, emprego, padrão de consumo, lazer etc. (Ferrera de Lima, 2016; Rippel, 2022).

Ao considerar a diferenciação existente nesses dois temas, durante o decorrer da segunda metade do último século, em especial nas décadas de 1950 e 1960, os estudos referentes ao crescimento e desenvolvimento econômico, conhecidos por serem clássicos, começaram a analisar o desenvolvimento em escala regional, pois cada território possui suas particularidades, de modo que suas interações e interrelações conseguem expor as heterogeneidades e os desequilíbrios por meio de aspectos multivariados, ou seja, econômicos, ambientais, políticos, sociais etc. (Rippel, 2005; Alves, 2016a).

Outrossim, para esta corrente clássica, o desenvolvimento regional é, na maioria das vezes, compreendido sob um aspecto exógeno que se materializa pela atuação de uma força motora externa, tal qual uma estrutura industrial que exerce influência na economia de toda uma região. Isto ocorre pelos segmentos do segundo setor costumarem demandar uma série de operações a jusante e a montante, o que acaba impactando na urbanização e no perfil da mão de obra, trabalho e renda de um local ou região. Alguns dos principais conceitos estão embasados nos estudos de François Perroux, Albert Otto Hirschman e Douglas Cecil North (Perroux, 1967; Hirschman, 1961; North 1977a; North, 1977b).

Mas ainda, o desenvolvimento regional também pode ser analisado sob um aspecto endógeno (mais difundido nas décadas de 1980 e 1990), que aborda o desenvolvimento econômico com ênfase nos recursos inerentes de determinado território. Aqui, critérios como a disponibilidade de recursos naturais e/ou atuação de agentes e capital humano interno são os elementos chave e capazes de transformar o setor produtivo gerando maior qualidade de vida para uma população (Rippel, 1995; Piacenti, 2016; Joyal, 2019).

Ao ter em mente as características que cercam esses fenômenos, surge à baila o município de Cafelândia, localizado na microrregião de Cascavel, Oeste do estado do Paraná, como objeto de estudos desta pesquisa. Nesta oportunidade, propôs-se realizar uma análise do seu crescimento econômico através da distribuição de seu setor produtivo sob enfoque das teorias e estudos clássicos do desenvolvimento regional. Assim, questiona-se de que forma ocorreu o crescimento econômico do território cafelandense, considerando o comportamento do seu setor produtivo através da variável emprego formal entre os anos de 1987 e 2022.

Para tanto, a justificativa do estudo reside no fato de Cafelândia ser município de pequeno porte, mas com relativo destaque na região a qual pertence diante de seu processo econômico, sobretudo, por representar uma significativa absorção da mão de obra na microrregião. Algumas características desse perfil aparentam ter origem em seu contexto histórico próprio, como a mudança de sua estrutura produtiva agrícola após o inverno rigoroso de 1975, mas também relação econômica em virtude da assimilação de políticas públicas macroeconômicas implementadas no Oeste paranaense a partir da segunda metade do último século e a instalação de um sistema cooperativista agroindustrial em sua localidade em 1982, logo após a emancipação política do local.

Igualmente, a realização da pesquisa é importante pois é pioneira, não tendo sido realizado nenhum outro trabalho que analisasse Cafelândia sob esta perspectiva com profundidade, muito embora alguns outros estudos colocarem em evidência e sob o olhar regional e colateral, a existência de um processo econômico e produtivo diferenciado na localidade (Rippel, 1995; Piffer, 1997; Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Cordeiro, 2004; Alves, 2008; Madureira, 2012; Vicente, 2012; Willers, 2015; Eberhardt; Almeida Gabriel; Kodama, 2016; Welter *et. al.*, 2020; Piffer, 2023).

Deste modo, esta pesquisa poderá ser útil para o conhecimento e a compreensão do comportamento da economia de Cafelândia, podendo inaugurar motivação para realização de outros estudos vindouros, uma vez que as análises regionais e locais são ferramentas das ciências sociais aplicadas capazes de contribuir para o alcance efetivo do crescimento e desenvolvimento econômico, facilitando o encontro de soluções estratégicas e economicamente viáveis para instituições públicas e privadas. Isto quer dizer que estudar territórios também possibilita a catarse de iniciativas, internas e externas, para melhorar a condição econômica e social de uma determinada população (Ferrera de Lima, 2020).

Nestes termos, o objetivo geral da pesquisa é analisar o crescimento econômico de Cafelândia a partir do comportamento de seu setor produtivo entre os anos de 1987 e 2022 e os objetivos específicos são: a) compreender o contexto histórico econômico do município; b) identificar o comportamento do seu setor produtivo através do emprego formal; e, c) verificar a influência do segmento industrial para a economia do local.

Ademais, considerando os aspectos apresentados, a pesquisa seguiu os padrões de normatização brasileira e está ordenada em quatro capítulos: o primeiro

realiza uma breve explicação do contexto histórico, econômico e demográfico de Cafelândia em conjunto com a região Oeste do Paraná; o segundo capítulo apresenta os conceitos, estudos e referências literárias relacionados à pesquisa, que são os conceitos e as distinções entre o crescimento e o desenvolvimento econômicos e os trabalhos clássicos dos estudos do desenvolvimento regional feitos por Douglas Cecil North, François Perroux e Albert Otto Hirschman; o terceiro capítulo apresenta as características e os recursos metodológicos adotados para a realização da pesquisa; e, por fim, o quarto capítulo realiza uma análise dos dados e resultados encontrados para traçar um perfil do crescimento econômico cafelandense a partir da variável emprego formal com o desenvolvimento e manutenção de especializações na distribuição produtiva cafelandense.

2 CONTEXTO HISTÓRICO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CAFELÂNDIA E REGIÃO

Este capítulo contextualiza os principais aspectos da história econômica e demográfica do município de Cafelândia, o que é feito em conjunto com sua inserção no Oeste do Paraná. Desse modo, são abordadas as principais alterações econômicas nos âmbitos local e regional e evolução de suas colonizações.

A princípio, cumpre classificar a ocupação do Oeste do Paraná de maneira sintética em quatro etapas: a primeira, representada pela propagação dos povos originários indígenas que vivem espalhados por todo continente latino-americano desde 10.000 anos antes de Cristo; a segunda etapa perdurou entre os anos 1610 e 1880 e nela prevaleceu a presença dos padres jesuítas, em sua maioria de origem espanhola; a terceira foi marcada pela atuação do sistema extrativista das obrages, que foram empresas paraguaias e argentinas que realizavam a exploração extrativista da madeira e erva-mate em toda região de 1880 até a década de 1930; por fim, a quarta e última etapa marcou, efetivamente, o início de povoamento de toda região com a atuação preponderante das empresas colonizadoras e políticas migratórias entre 1930 e 1950 (Wachowicz, 1982; Crestani, 2019; Priori *et al.*, 2012).

Considerando essa divisão, interessa o processo permeado a partir da quarta etapa, momento em que se iniciou efetivamente o povoamento e colonização da região e de Cafelândia. Nessa época, em meados da década de 1940, a localidade sob estudo era uma pequena vila e se chamava Caixão; depois também foi denominada de Consolata. A população cafelandense era reduzida e formada por alguns poucos colonos brasileiros, além de argentinos e paraguaios. Também, a base da economia era voltada para a agricultura de subsistência e seus habitantes exploravam a erva-mate, alguns grãos e criavam animais (Myskiw, 2002; Cordeiro, 2004; IBGE, 2023).

No entanto, no decorrer da década de 1940, já se notavam os primeiros reflexos das estratégias governamentais para a colonização da região e de Cafelândia, fazendo-se crescer algumas aglomerações e povoados em determinados locais. Parte dessas estratégias foram fruto da política migratória conhecida como Marcha para o Oeste. Na literatura, houve a difusão da ideia de que era necessário povoar os “vazios demográficos” do “sertão paranaense”, mas a finalidade dessa política foi incentivar uma homogeneização econômica, social e geográfica da

população que antes, em maior parte, estava concentrada mais próxima ao litoral leste (Reolon, 2007; Priori *et al.*, 2012; Crestani, 2019).

Também, segundo Wachowicz (1982), Myskiw (2002) e Piaia (2013), a retomada das terras paranaenses, antes na posse dos obrageros, não foi um movimento pacífico, mas permeado por conflitos e disputas fundiárias, de modo que houve um aumento tímido da população no primeiro momento. A título de exemplificação, dados demográficos do estudo realizado por Rippel (2005) apontam que na década de 1940, o Oeste do Paraná registrou 7.600 pessoas em todo o seu território. Decorridos dez anos, esse número foi de 16.400 habitantes. Para o autor, os números reduzidos se explicam porque a região não havia concretizado uma estratégia viável para estimular o crescimento econômico.

Retomada a posse das áreas devolutas e com a migração em processo, evidenciou-se a influência do papel empregado pelas empresas colonizadoras no povoamento e colonização da região e local. Estas firmas tiveram o condão de intermediar a aquisição fundiária para os colonos interessados, o que explica a distribuição das propriedades privadas do Oeste do Paraná serem, em sua maioria, de pequenas e médias glebas. As colonizadoras também facilitaram o desdobramento da estrutura econômica regional nos primeiros ramos de manufaturas como carpintaria, marcenaria e produção de conservas, promovendo a agricultura familiar e gerando-se os primeiros ramos de atividades industriais e de serviços na região (Piffer, 1997; Myskiw, 2002; Rippel, 2005).

Já na localidade sob estudo, em 1951 surgiu o último e definitivo nome do local: Cafelândia, o qual se consolidou quando uma parcela representativa de sua população tinha o ânimo de cultivar o café como meio de crescer economicamente. Embora já se notasse aumento no fluxo migratório, a distribuição de seu setor produtivo ainda era reduzida e esta condição só foi superada no decorrer das décadas seguintes, quando mudanças institucionais públicas e privadas foram capazes de dar suporte para a ampliação dos mercados local e regional (Cordeiro, 2004; Rippel, 2005; IBGE, 2023).

Essas transformações foram vistas através da implementação de projetos públicos que buscavam incentivar o crescimento econômico na região e local, os quais foram voltados para a construção de infraestrutura como a criação de estradas e rodovias e instalação de energia elétrica. Por sua vez, políticas para industrialização e mecanização agrícola foram viabilizadas com a execução de subsídios que

possibilitaram o aumento da produtividade, mas através de exploração de culturas temporárias como soja e milho (Piffer, 1997; Rippel, 2005).

Uma vez facilitados os acessos e recursos na região e local, notou-se uma resposta econômica mais intensa e o povoamento se deu especialmente com a chegada de descendentes europeus vindos de outros estados do Sul e do Estado de São Paulo. Desta forma, especialmente com a junção desses fatores, deu-se início a um processo de acelerada urbanização (Myskiw, 2002; Rippel, 2005; Crestani, 2019).

Para se ter uma ideia, entre as décadas de 1950 e 1960, houve um aumento de 23,51% na taxa de crescimento anual da população por período em toda a região Oeste do Paraná e o número absoluto de pessoas saltou de 16.421 habitantes para 135.697. O aumento manteve-se crescente na década seguinte, com 768.271 habitantes na região em 1970. Embora não existam dados oficiais para o distrito de Cafelândia, o município de Cascavel, ao qual pertencia neste período, passou de 39.598 habitantes, para 90.855 habitantes entre 1960 e 1970 (Rippel, 2005).

Em meio ao panorama econômico e demográfico regional, em 1963 o pároco do local, Padre Luis Luise, organizou a fundação de um sistema cooperativista em conjunto com 32 produtores rurais no então distrito político de Cafelândia. O objetivo inicial foi construir uma usina hidrelétrica para facilitar o acesso à energia no local. Porém, decorridos seis anos, em 1968, houve a necessidade de o sistema cooperativista ampliar suas atividades para realizar o beneficiamento do excedente agrícola, uma vez que se obteve aumento na produtividade de culturas temporárias (Vicente, 2012; Copacol, 2024).

Por outro lado, notava-se que a produção de café perdia paulatinamente espaço nesse entretempo, pois o cultivo não possuía mais facilitação de crédito e seu mercado estava em crise. Além disso, tratava-se de uma cultura que demandava por uma série de cuidados no seu manejo, por ser perene. No entanto, o fim da produção cafeeira em Cafelândia se deu após o inverno rigoroso em 1975 em que praticamente todos os pés de café foram exterminados devido ao fenômeno climático popularmente denominado de geada negra, abalando radicalmente a economia em todo o Estado do Paraná (Cordeiro, 2004; Priori *et al.*, 2012).

Assim, as sequelas desse inverno foram um fator decisivo para mudança na estrutura produtiva de toda região, sobretudo em Cafelândia. Segundo o estudo de Zvir e Klanovicz (2013), aproximadamente 700 milhões de pés de café foram perdidos com a geada negra de 1975 no Paraná. Desta forma, a principal cultura agrícola do

estado até então foi substituída pelas culturas temporárias (Rodrigues; Pelegrini, 2017).

Mesmo assim, o nome dado ao local permaneceu, e o distrito de Cafelândia foi elevado à categoria de município em dezembro de 1979 com instalação de prefeitura em 1982. O decorrer desse período foi representado pelo crescimento econômico da agricultura e aumento da população residente. No sistema cooperativista local, o quadro de cooperados obteve aumento representativo em dez anos: na década de 1970 havia um total de 330 pessoas cooperadas; já em 1979, 2.000 cooperados (Prefeitura de Cafelândia, 2023; Vicente, 2012).

Para o âmbito regional, os anos 1970 e 1980 foram representados por uma transição produtiva: a agricultura já mecanizada e os incentivos à industrialização favoreceram o desenvolvimento de um setor agroindustrial voltado para o segmento de alimentos a partir da integralização de suínos e aves e produção de óleos vegetais e de rações etc. Esse processo foi uma consequência da conjugação de fatores institucionais e econômicos que fez surgir uma urbanização crescente viabilizada pela mobilização de mão de obra necessária ao desenvolvimento do segundo setor (Piffer, 1997; Colla *et al.*, 2011).

Em meio ao cenário apresentado, no ano de 1982, ocorreu algo semelhante em Cafelândia: líderes locais e cooperados vislumbraram uma oportunidade econômica através da integralização avícola criando uma agroindústria no sistema cooperativista. O projeto foi viabilizado em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência e Extensão Rural (EMATER) para transferência de conhecimento e assistência técnica profissional e recebeu financiamento de instituições bancárias ligadas ao poder público. Durante a assembleia anual daquele ano, a cooperativa contava com 2.553 cooperados e, destes, 672 manifestaram interesse na produção dos galináceos, o que representa 26% de todos os cooperados (Vicente, 2012).

A partir de então, Cafelândia apresentou maior incremento de sua urbanização e atração populacional. Segundo os censos demográficos, em 1991 a localidade registrou 8.093 habitantes; já no ano de 2000, sua população total foi de 11.143 pessoas e no decorrer desse período, o município já contava com oito instituições educacionais públicas (Cordeiro, 2004; Rippel; Ferrera de Lima, 2009; IBGE, 2023).

Na região, houve um processo de continuidade do crescimento econômico movido pela agroindustrialização vinda da assimilação tecnológica nos complexos agroindustriais, pois ela mantinha atração populacional vinda da base agropecuária

relacionada com a agroindústria. Desta maneira, com a transformação produtiva gerada pela agroindústria, também houve um aumento representativo no número de pessoas ocupadas pelo setor industrial, pois estes segmentos demandam amplo número de vínculos empregatícios. (Rippel, 1995; Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Rippel, 2005; Alves, 2008).

Em Cafelândia, esse processo ocorreu de maneira semelhante e a cooperativa agrícola se transformou em uma agroindústria especializada na produção de carne de frango. Com a integralização avícola, houve um aumento crescente no número de empregos formais alocados no segundo setor no decorrer dos anos e em conjunto com aumento da população residente no local e a própria firma aponta um excedente crescente nos seus resultados no decorrer do tempo, tanto pela representação de investimentos, como no aumento de colaboradores e cooperados (Vicente, 2012; Copacol, 2024).

Dessa forma, a evolução econômica e demográfica do município foi ocorrendo dentro da realidade vista no cenário regional. Sua constituição inicial era de um pequeno vilarejo eminentemente rural e com características típicas de uma sociedade de subsistência. Já no decorrer das décadas vindouras, acompanhou-se um processo de crescimento demográfico e econômico da região que aparentou ser impulsionado pelo segundo setor. Dentro de suas peculiaridades, Cafelândia foi se tornando um município com crescente urbanização, podendo-se visualizar em seu perfil mais recente, o início de um processo de industrialização (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Ferrera de Lima; Alves, 2011).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi reservado para o referencial teórico e apresenta as principais características e diferenças entre o crescimento e desenvolvimento econômico dentro da corrente do desenvolvimento econômico moderna.

Também, aborda o desdobramento da corrente para o do desenvolvimento regional em seus aspectos exógeno e endógeno, dando-se maior exposição para os principais pontos dos estudos clássicos elaborados por Douglass Cecil North, François Perroux e Albert Otto Hirschman.

3.1 O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Até a primeira metade do último século, prevaleceu com maior preponderância a noção de que o crescimento e desenvolvimento econômicos eram sinônimos. O desenvolvimento econômico era geralmente visto como um aumento do produto interno bruto de cada indivíduo (PIB *per capita*) através da reorganização dos fatores de produção. Em suma, sua abordagem concentrava-se no estudo das vantagens comparativas e dos fluxos espaciais do capital e do trabalho, não havendo uma separação, de fato, entre as concepções (Bresser-Pereira, 1992).

Ao analisar esta questão, Oliveira (2017) expõe como alguns autores consideravam apenas os fatores econômicos como condição suficiente para caracterizar a ocorrência do desenvolvimento, bastando-se comprovar incrementos no nível de renda sem verificar sua distribuição ou existência de elementos qualitativos como os indicadores de qualidade de vida das populações.

No entanto, essa percepção causava confusão, vez que o desenvolvimento estaria imbuído no crescimento e seria presumido com a “[...] renda ou valor adicionado por habitante, implicando em melhoria do padrão de vida da população, que resulta de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico ao sistema de produção [...]” (Duarte, 2015, p. 195).

Para Furtado (2010), as definições desses termos também precisaram ser separadas para analisar de maneira concreta os países subdesenvolvidos, pois o momento histórico que estes Estados buscaram desenvolvimento se deu dentro de uma realidade diferente daquela perpassada pelos países tradicionalmente

desenvolvidos nas eras pré e pós-industrial. Dessa forma, os estudos sobre o desenvolvimento econômico tiveram quase “[...] sempre considerado como subentendido o fenômeno do crescimento econômico [...]” (Furtado, 2010, p. 330).

Outro autor a considerar essa questão foi Kuznets (1985) ao apontar que, para uma análise dos países de segundo e terceiro mundo, “[...] nossos dados quantitativos e particularmente nossas hipóteses analíticas não nos proporcionam uma visão e explicação completas [...]” (Kuznets, 1985, p. 238). Nesse cenário, ele sustenta que os fatores sociais, institucionais e políticos possuem custos reais de ajustamento, sendo tais estruturas tão importantes quanto os aspectos puramente econômicos, mesmo não havendo repercussão imediata nas medidas convencionais do produto nacional e seus componentes.

Kuznets (1985) ainda expõe como as implicações sociais são relevantes na medida em que costumam estar conectadas às condições de vida dos grupos populacionais, em especial com a aplicação de inovações tecnológicas e alterações da produção subjacente, que, por sua vez, também podem desencadear efeitos positivos na urbanização e migração interna, sobretudo, na relação com o emprego formal.

Dessa forma, com essas e outras observações, surgiu a corrente de estudos do desenvolvimento econômico moderno que se embasa na premissa de que os fenômenos do crescimento e do desenvolvimento não se encaixam em uma análise econômica pura e única. Outro autor que adota essa corrente, como Oliveira (2017), reforça que o desenvolvimento ocorre quando também existem mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, de suas estruturas produtivas econômicas e das instituições. Nesse sentido, Rippel (2016, p. 53) aponta que “[...] o desenvolvimento econômico é mais do que o mero crescimento econômico de um país ou de uma região, seja ele apontado de forma total ou per capita”.

A partir do panorama que foi se criando, o período pós-Segunda Guerra Mundial foi um momento histórico que marcou, de maneira mais pontual, a separação entre esses dois conceitos, especialmente por adicionar ao desenvolvimento econômico, a existência de critérios qualitativos para mensurar sua ocorrência. Essa perspectiva também se deu dada a evidência de fragilidade econômica nos países afetados pela guerra e dos subdesenvolvidos. A economia global sofria com a escassez de recursos monetários, de modo que era patente que os entraves

socioeconômicos dos países pobres demandavam explicações mais condizentes com suas vivências históricas próprias (Sandroni, 1999; Oliveira, 2021).

Essa divisão foi também estimulada pela tendência criada no ambiente político global de buscar o Estado de Bem-estar Social, cujo objetivo é garantir às populações direitos sociais e condições socioeconômicas igualitárias. Assim, políticas públicas voltadas para a qualidade de vida dos indivíduos ganharam destaque. Por sua vez, com relação aos países subdesenvolvidos, esses objetivos se materializam na tentativa de reduzir as desigualdades socioeconômicas (Marshall, 1967; Santos; Santos Neto, 2008).

Cientes e a fim de solucionar essas questões, foi criada a ONU em 1945, tendo por principal meta, a de alcançar a paz universal e promover estudos para o desenvolvimento de países economicamente atrasados. Depois dela, no ano de 1948 foi constituída a CEPAL, que realiza trabalhos e relatórios voltados para soluções das dificuldades socioeconômicas dos países da América Latina e do Caribe, que em sua maioria, são subdesenvolvidos (Bielschowsky, 2000; Paula, 2006; Filho; Corrêa, 2011).

A partir de então, os trabalhos e a pesquisas que foram sendo realizados e voltados para esta temática ampliaram seu olhar, partindo da evidência de que o crescimento e o desenvolvimento econômico são fenômenos distintos, sendo que suas diferenças se sobrepõem principalmente com a ocorrência de variáveis socioeconômicas existentes na métrica de desempenho do desenvolvimento, como ocorre quando existe um alto número de empregos formais, bom nível de qualidade de vida, dentre outras variáveis, como qualidade da saúde e da educação de uma determinada população ou ainda, lazer, padrões de consumo etc. (Oliveira, 2017; Lima; Simões, 2010, Oliveira, 2021; Rippel, 2022).

Nesse sentido, Furtado (2009) expõe que o desenvolvimento consiste em transformações recorrentes e representadas pela recombinação crescente dos fatores de produção no decorrer do tempo. Segundo o autor, esse processo implica tanto no aprimoramento das técnicas já utilizadas nos fatores de produção como na introdução e assimilação de novas técnicas, ocasião em que se admite como plenamente desenvolvido, o espaço geográfico em que somente é possível aumentar a produtividade com a inserção de técnicas inovadoras. Em contrapartida, locais menos desenvolvidos utilizam técnicas já difundidas e aquém de seu potencial produtivo total.

O autor também nota que, quando a produtividade é reduzida ou baixa em determinado local/região, por exemplo, a satisfação das necessidades mínimas da população, como alimentação, vestuário e saúde, absorvem quase que toda sua capacidade produtiva, o que revela padrões de consumo baixos e pouco compatíveis com a qualidade de vida de países economicamente desenvolvidos. Dentro desse panorama, quando a produtividade é elevada, também ocorre uma elevação na acumulação de capital, gerando-se um efeito de incremento na renda real da coletividade (Furtado, 2010).

Ao ter em mente a incorporação dos fatores socioeconômicos ao desenvolvimento econômico, logo se nota que ele se apresenta como um evento dinâmico, plástico, mas também desequilibrado, pois não ocorre em todo lugar e ao mesmo tempo. É ainda caracterizado pela melhoria nas condições de vida da população, com incrementos na educação, moradia, emprego, lazer, saneamento dentre outros. Assim, o caminho a ser percorrido é permeado de interrelações dinâmicas, desordenadas e regionalmente delimitadas, havendo a necessidade de superar vícios estruturais e cíclicos (Eberhardt, 2016; Lima; Simões, 2010; Rippel, 2022).

Então, na relação entre o crescimento e o desenvolvimento econômico também se adiciona o fato de o desenvolvimento ser um processo desequilibrado, e que se comprova pela melhora de um conjunto de fatores socioeconômicos, os quais são fruto de transformações reiteradas nos fatores produtivos para os âmbitos institucional, econômico, social e técnicos dentro do espaço estudado (Vieira; Santos, 2012).

Para Oliveira (2017), o desenvolvimento econômico é, em si, um fenômeno complexo e reveste-se de processo com transformações necessárias nas estruturas institucional, econômica e social de uma sociedade politicamente organizada. Em última instância, para sua ocorrência, é preciso que se realizem satisfatoriamente necessidades humanas, como saúde, habitação, educação, lazer, transporte, alimentação de qualidade etc.

Assim, para a corrente do desenvolvimento econômico moderna, os conceitos que antes se identificavam passam a ser tratados como distintos, mesmo sendo complementares: o desenvolvimento econômico é um fenômeno amplo, não se manifestando em todos os locais e ao mesmo tempo, tampouco onde existir crescimento econômico pode-se presumir pelo desenvolvimento de forma automática;

mas o crescimento econômico é caminho para o alcance do desenvolvimento, que, por sua vez, também engloba o aumento no fluxo de renda real com aumento da quantidade de bens e serviços disponíveis para a sociedade a cada unidade de tempo, não apenas com o incremento do PIB (Furtado, 1964; Duarte, 2015).

3.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ASPECTO EXÓGENO

Como desdobramento das características do desenvolvimento econômico moderno, surgiram, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, estudos com enfoque no desenvolvimento econômico das regiões e com aspecto voltado para um fator exógeno. São estes estudos conhecidos por serem da escola clássica (Lima; Simões, 2010; Oliveira, 2021).

Notando-se a característica do desequilíbrio inerente à ocorrência do desenvolvimento, o âmbito regional chamou atenção por colocar em evidência essas heterogeneidades (ou desequilíbrios) econômicas com maior precisão. Nesse sentido, a região é uma dimensão espacial tipicamente dinâmica, que relaciona suas especializações e produtividades com outras regiões menos favorecidas, podendo facilitar o delineamento de estratégias para melhorar o desempenho qualitativo de toda região e de maneira equilibrada (Vieira; Santos, 2012; Ferrera de Lima, 2016).

Outrossim, a escala geográfica regional é um ambiente ambivalente e revela contrastes sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos de tal forma que cada região tem suas particularidades e distinções únicas. Além disso, com os estudos das análises regionais, podem-se observar as interações entre regiões, sendo possível verificar quais são as vantagens e desvantagens comparativas de cada uma, bem como o comportamento de migração do seu capital (Paiva, 2013; Oliveira, 2021).

Conforme Piacenti, Ferrera de Lima e Eberhardt (2016), o espaço não é um ambiente neutro, mas produz constantes modificações no seu perfil produtivo e de acordo com a exploração econômica de seus recursos e potencialidades. Os autores apontam que a análise regional possui o condão de unir diferentes perfis territoriais como o espaço urbano e o rural, o meio ambiente e as diferentes manifestações econômicas e sociais com conceitos de centralidade, de atração/repulsão, de redes de informação, de distância e inovação através de uma ampla forma de relações.

Por sua vez, como mencionado, as teorias do desenvolvimento regional advindas dessa fase histórica são conhecidas por serem clássicas e, em sua maioria,

o desenvolvimento regional é geralmente justificado através da inserção estratégica de uma estrutura exógena, muitas vezes caracterizada por um segmento industrial. Uma vez instalada, a atividade desencadeia estímulos na sua produtividade e em outros setores em uma determinada região. Os encadeamentos gerados em decorrência dessas atividades impulsionam espontaneamente a economia, gerando crescimento e desenvolvimento com maior homogeneidade no espaço. Assim, propõe-se um paradigma de força propulsora atuante de uma região central para espaços periféricos (Oliveira; Lima, 2003; Piacenti, 2016; Silva, 2022).

Considerando-se um exemplo prático e próximo da região Oeste paranaense, Rippel (1995) realizou estudo enfocando o complexo agroindustrial do município de Toledo - Paraná. Para o autor, o desenvolvimento econômico se manifesta por meio de desequilíbrios, ou seja, pela presença de “[...] atividades produtivas e setores "vazios", que representam lacunas na estrutura produtiva dos países [...]” e “[...] Os investimentos realizados em determinadas atividades teriam o poder de induzir o surgimento de várias outras a montante e a jusante [...]” (Rippel, 1995, p. 9).

Neste sentido, o setor secundário consegue transformar a economia por ter a capacidade de diminuir as disparidades econômicas existentes nas relações inter-regionais. Ele necessita de outras atividades para exercer seus processos com eficiência, o que implica em conceitos como os de concentração industrial e aglomeração produtiva. Desta forma, investimentos estrategicamente direcionados no setor podem estimular diversas demandas e desdobrar atividades complementares e subjacentes, seja a montante ou a jusante (Oliveira; Lima, 2003; Oliveira, 2021).

No trabalho, o autor pôde relacionar os efeitos da atividade motriz industrial com os estudos do desenvolvimento regional de aspecto exógeno realizados por François Perroux e Albert Otto Hirschman, autores conhecidos nesta área de pesquisa. Já para o estudo posto em prática, foi possível observar a interação entre os setores primário e secundário no município de Toledo – Paraná, sendo papel da indústria fornecer bens de capital e insumos necessários para a produção agrícola, além de demandar por matérias-primas, inclusive da própria agricultura, para o seu funcionamento eficiente.

Assim, considerando algumas das principais contribuições de estudos tidos como clássicos do desenvolvimento regional e de sua familiaridade com a realidade regional paranaense, as pesquisas elaboradas por Douglass Cecil North, François

Perroux e Albert Otto Hirschman também serão abordadas com mais detalhes nos tópicos a seguir.

Os trabalhos são pertinentes por considerarem, de forma comum, as diferenças econômicas existentes entre as regiões não apenas como um fator característico do subdesenvolvimento, mas também como oportunidade para alcançar o desenvolvimento econômico, o que ocorre, como exposto, mediante forças exógenas tidas por eles como protagonistas nessas interações.

3.2.1 Base de exportação de Douglass Cecil North

Douglass Cecil North elaborou seus estudos da base de exportação primeiro em 1955 como forma de resposta às teorias da localização e do crescimento econômico até então difundidas. Para o autor, embora esses estudos ressaltassem características pertinentes do desenvolvimento econômico, não teriam ido além de algumas poucas análises sistemáticas mais superficiais. Nesse cenário, tal qual a corrente do desenvolvimento econômico moderno a que era fiel, o autor considerou que a evolução econômica de uma sociedade não estaria limitada a uma sequência preordenada de estágios e de maneira espontânea e automática (North, 1955; 1977a).

Realizando análises mais acuradas, North se inspirou nos estudos de Harold Innis sobre o desenvolvimento econômico do Canadá e utilizou algumas regiões dos Estados Unidos como objeto de estudos. Diante do contexto histórico ali existente, pôde-se verificar que o desenvolvimento econômico ocorre com maior complexidade, pois as regiões norte-americanas se desenvolveram de maneira diferente da realidade europeia, eis que sempre estiveram inseridas em um sistema capitalista já consolidado e “[...] o objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária [...]” (North, 1977a, p. 295).

Os estudos de North convenceram-no de que o cerne do desenvolvimento norte-americano estava fundado em uma base de exportação, de modo que diversas regiões dos Estados Unidos se desenvolveram em torno de um ou dois produtos direcionados à exportação, como fumo, anil, arroz, ou equipamentos marítimos, barcos, dentre outros. Dessa maneira, a partir da evolução da base exportadora, as regiões puderam se diversificar e reduzir seus custos de transporte, melhorando a competitividade e suas vantagens comparativas (North, 1977a).

Dentro desse panorama, o teórico menciona como “[...] todo desenvolvimento da região dependeu, desde o início, de sua capacidade de produzir artigos exportáveis [...]” (North, 1977a, p. 297). Isto é, a base de exportação não foi um mero fator que orbitava o crescimento econômico regional estadunidense, mas uma determinante para sua ocorrência.

Por seu turno, ao colocar atenção na funcionalidade da base de exportação, o teórico explica que os bens e serviços da estrutura produtiva regional podem ser classificados entre dois tipos: produtos básicos e produtos não básicos. Os produtos básicos são aqueles que pertencem à base, sendo produzidos e direcionados à exportação, o que pode ser exportação para outras localidades, regiões ou países.

De outro lado, os produtos não básicos são os artigos que não compõem a base de exportação e, portanto, são produzidos para atender à demanda e o consumo da própria localidade ou região, internamente. De maneira geral, a base de exportação de uma região consiste no conjunto de bens e serviços básicos produzidos para atender o mercado externo, podendo ainda nascer tanto do primeiro como do segundo e/ou terceiro setores da economia (North, 1977a).

Também, a base de exportação possui os aspectos exógeno e endógeno dentro de seu processo, mas o aspecto exógeno se sobrepõe. Neste sentido, a demanda pelo artigo básico exportável é um fator exógeno, já que o crescimento econômico regional vai ocorrer na medida que outras regiões demandam pelos bens e serviços de sua base. No entanto, os custos de processamento e de transferência da produção da base de exportação são fatores endógenos e próprios da localidade ou região. Outrossim, com o fim de reduzir tais custos, o teórico chama atenção para o fato de que, regiões costumam buscar recursos junto ao poder público a fim de viabilizar o crescimento econômico regional de maneira sustentada com a construção de infraestrutura e redes de transporte necessários (North, 1977a; Piffer; Arend, 2008).

Ao verificar as percepções da teoria da base de exportação, Piffer (1997) realizou estudo focado na região Oeste do Paraná relacionando-a com as análises feitas por North. De acordo com o autor, a região obteve evolução econômica semelhante à teoria da base de exportação originária, uma vez que sempre esteve inserida em um sistema capitalista e com o objetivo de maximizar lucros com a exploração de recursos.

Além disso, o Oeste do Paraná obteve capital, mão de obra e mobilidade facilitados em virtude da execução de políticas públicas nacionais e estaduais das décadas de 1960 e 1970. Os incentivos estavam voltados para o crescimento econômico com a modernização do campo e industrialização. Tais fatores possibilitaram um aumento demográfico sem maiores pressões populacionais, o que se assemelha às referências de North nos Estados Unidos (Piffer, 1997; Piffer; Arend, 2008).

Piffer (1997) ainda observou que a região iniciou a formação de sua base de exportação através da exploração agrícola de culturas temporárias como soja e trigo, sendo que, neste processo, recebeu suporte de “[...] instrumentos modernos de produção, recursos do crédito rural, insumos modernos etc. [...]” (Piffer, 1997, p. 131). Com a conjunção desses fatores alinhados, no decorrer da década de 1980, a base pode se fortalecer e acompanhar a modernização do campo, incorporando agroindústrias aos seus setores primário e secundário, especialmente voltadas para o mercado externo. Assim, o crescimento se relacionou com a base exportadora e sua consolidação foi um fator importante para o desenvolvimento econômico da região.

Ao considerar o papel da exploração agrícola, North destaca que a base de exportação na agricultura é fundamental para o crescimento econômico regional sustentado, sobretudo quando se é capaz de diversificar e especializar a base para outros setores. De acordo com o teórico, uma produção eficiente e potencializada de bens agrícolas, mesmo também a de bens extrativos destinados à venda externa, costuma ser um dos principais fatores de indução de crescimento e desenvolvimento de economias externas em um primeiro momento, gerando efeitos de urbanização no local e região e facilitando o desenvolvimento do setor industrial posteriormente (North, 1977b).

North (1977b) também aponta que a especialização e a divisão do trabalho são elementos que facilitam a expansão da região. Por sua vez, a produção dos bens exportáveis induz na sua especialização e o engajamento na economia internacional ou nacional é crucial e intensifica a evolução da base agrícola para os demais setores econômicos.

Dessa forma, o desenvolvimento também pode se dar pela base de exportação e se classifica em bens primários, secundários ou terciários, não se limitando à industrialização do segundo setor, visto que são as vantagens locacionais dadas pela exportação que permitem às regiões desenvolverem em algum tipo de atividade.

Ainda, existem fatores externos que geram crescimento da base de exportação, como o aumento da demanda pelos produtos exportáveis, uma vez que o aumento na demanda repercute investimentos tanto na base de exportação como em outras atividades da região, internalizando-se a renda ali gerada (Alves, 2016b).

Ao considerar esse enquadramento da base de exportação à realidade prática, Rippel (2005) também nota semelhanças entre a teoria de North com a história econômica regional. Segundo o autor, o Oeste do Paraná foi impactado pela ampliação da dinâmica nacional de industrialização, já que fornecia matérias-primas e mercadorias da agroindústria local para o abastecimento do sistema produtivo do país. No entanto, é apontado que a dinamização da economia foi viabilizada porque a base de exportação agrícola se diversificou e especializou o setor industrial do Oeste no segmento alimentício de carnes e oleaginosas, fazendo-se surgir nova base econômica especializada.

Considerando estes aspectos, North (1977a) observa que o desenvolvimento do segundo setor é um caminho relevante na progressão da base de exportação. Para o teórico, da mesma forma que os artigos produzidos regionalmente são classificados em básicos e não básicos, podem ser também, de forma ampliada, os tipos industriais diferenciados de acordo com sua destinação, sendo chamados de indústrias de exportação as que produzem artigos básicos para o mercado externo, e, indústrias residenciais as que produzem artigos não básicos para o abastecimento e consumo do mercado local/regional interno.

Também, existe uma relação de interdependência dinâmica entre as indústrias de exportação e as residenciais. Dentro desse panorama, é certo que aquelas exercem relativa importância no bem-estar da região diante do impacto que a base de exportação gera no nível da renda absoluta ou "*per capita*". No entanto, um efeito indireto da indústria de exportação é igualmente crucial, vez que a indústria residencial depende unicamente da demanda interna, e, assim, vai depender do destino que a base de exportação estiver sendo direcionada (North, 1977a).

Isso ocorre porque, na medida em que se expandem as exportações de atividades e produtos básicos, também ocorre um estímulo no desenvolvimento de demais atividades e produtos não básicos; é através dessa progressão que o impacto tende a modificar e elevar a distribuição populacional do território, o padrão de urbanização, o perfil de mão de obra e da força de trabalho, influenciando, outrossim, a demanda inter-regional, a capacidade de diversificação de atividades produtivas e a

multiplicação de empregos pelo setor exportador em ramos adjacentes. De modo simplificado, nota-se que a base de exportação alavanca vários fatores adjacentes ao crescimento econômico por estar relacionada aos aspectos do desenvolvimento regional (North, 1977a; Piffer, 1997).

Por seu turno, os produtos básicos de exportação também cumprem um papel na sensibilidade cíclica e econômica de determinada região, o que se nota pelo desempenho da demanda e oferta dos produtos básicos, chegando-se à elasticidade-renda. Assim, regiões especializadas em diversos produtos básicos tendem a possuir maior estabilidade econômica, enquanto as regiões ligadas a um único artigo básico poderão encontrar dificuldades para conseguir manter uma expansão de crescimento econômico sustentada (North, 1977a; Piffer; Arend, 2008).

North (1977a) ainda indica dados importantes com relação ao papel da base de exportação já especializado na consolidação do crescimento das regiões, o que é denominado de centros nodais. Os centros nodais são fruto da vantagem comparativa adquirida pela região exportadora já especializada com relação às demais. Essas vantagens reduzem os custos de transferência e de processamento, tornando os centros competitivos e os elegendo a centros comerciais de exportação. A tendência é que esses espaços se tornem cada vez mais especializados até se transformarem em centros de distribuição e de produção dos artigos básicos.

Nascem, também, a partir daí, outros setores industriais subsidiários e complementares à indústria de exportação, além de demais serviços que atenderão mutuamente a região. Além disso, o perfil da mão de obra acaba sendo, em parte, ditado pela base de exportação já especializada na figura do setor industrial e demais correlacionados, pois os “[...] tipos de especialização exigidas, a periodicidade e estabilidade do emprego e as condições de trabalho moldarão as atitudes sociais da força de trabalho” (North, 1977a, p. 304).

Nesse sentido, a industrialização é uma das consequências acarretadas pela base de exportação. Quanto aos encadeamentos que o segundo setor exportador poderá desenvolver, North (1977a) indica a possibilidade de ao menos quatro tipos de relações interdependentes: indústrias fornecedoras de matérias-primas; atividades e serviços especializados em atender a indústria de exportação; indústrias residenciais; e outros tipos de indústrias cujos custos de transferência não são importantes para sua localização (indústrias sem raízes).

No entanto, o teórico faz ressalva observando que a transformação da estrutura produtiva para o segundo setor é uma etapa desafiadora no crescimento regional. Neste sentido, expõe que a “[...] mudança de uma base agrícola para uma base industrial é considerado o passo mais difícil, mas indispensável, para o crescimento econômico sustentado [...]” (North, 1977a, p. 312).

Dessa forma, a tendência da base de exportação é a de que a região busque incrementar seus produtos básicos a ponto de que, por efeito, todos os demais setores produtivos, como o industrial e o de serviços, também evoluam, tendo em vista as vantagens locacionais conquistadas pela região com o sucesso das exportações. Por fim, o aumento na demanda pela exportação impacta positivamente a economia local e regional, de modo que sua influência sobre as demais regiões é intensificada e contribui para o seu fortalecimento e crescente incremento (North, 1977a; Piffer; Arend, 2008).

3.2.2 A indústria motriz de François Perroux

Dando-se continuidade às análises de algumas das principais teorias do desenvolvimento regional, o teórico François Perroux (1955; 1967) enfocou seus estudos observando as relações de indústrias na França e foi inspirado pelos pensamentos de Joseph Schumpeter. Foi pela realidade dada na Europa que em 1955, ele elaborou a teoria dos polos de crescimento, também denominada de teoria da unidade econômica. Para Perroux, o desenvolvimento “[...] manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia” (Perroux, 1975, p. 7).

Sob esse aspecto, Perroux (1967), compreende o desenvolvimento econômico como um processo desequilibrado por natureza, sustentando que o incremento na economia mundial se realizou mediante desequilíbrio, sendo igualmente por meio deste “[...] que os desenvolvimentos e progressos ulteriores dependem, não de maior igualdade, mas da eliminação ou correção das desigualdades improdutivas” (p. 110).

Segundo Rippel (1995; 2016), a teoria dos polos de crescimento surgiu como uma reação do autor francês aos princípios clássicos de livre mercado e concorrência perfeita. Em verdade, existe um conjunto de unidades econômicas fortes e dominantes que exercem influência considerável sobre todo o ambiente ao seu

entorno. Nesse sentido, Perroux (1967) aponta que o espaço econômico é como um campo de forças e “[...] é constituído por centros (pólos ou sedes) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atracção e de repulsa, tem o seu próprio campo [...]” (Perroux, 1967, p. 151). Referidos pontos e polos são como motores exógenos que exercem forças de polarização atrativas e repulsivas (Perroux, 1967; Tolosa, 1972).

Segundo Rippel (2016), a polarização em Perroux é um termo que se relaciona com o conceito de dominação e a formação de polos trata-se de um processo orgânico. Sendo assim, é natural que uma região exerça um controle ou influência maior e sobre outras. A partir daí, o segmento industrial, chamado de indústria ou unidade motriz, aparece como um dos principais instrumentos dessa dominação e é regido por uma unidade dominante que exerce efeitos de atracção sobre as demais unidades a ela relacionadas, gerando, por consequência, a polarização.

Destacam-se algumas considerações sobre o setor industrial nos estudos sobre a teoria dos polos de crescimento de Perroux (1967; 1977). Uma dessas é observada no motivo pelo qual aparecem ou desaparecem indústrias em proporções variáveis, a variação na estrutura econômica nacional em virtude do setor industrial e a propagação do crescimento de uma indústria ou determinado grupo de indústrias específicas em um local. Assim, alguns aspectos ligados à localização das indústrias são relevantes por interagirem com os espaços econômicos de diferentes maneiras.

Esses aspectos são explicados sob três características: quanto ao conteúdo de seu plano, em que é possível observar várias formas de relações entre uma indústria com seus fornecedores e compradores (a montante e a jusante); quanto ao campo de forças, que se trata da capacidade de atrair e/ou de repelir forças econômicas; e também com relação ao seu conjunto que, quando homogêneo, é relevante para a indústria em decorrência da topografia e economia já existentes no seu entorno (Perroux, 1967; Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

Por seu turno, tratando-se a unidade motriz ou indústria motriz de um instrumento da polarização, de acordo Perroux (1967; 1977), ela não precisa ser obrigatoriamente um grande conglomerado industrial ou materializar-se em várias indústrias conectadas entre si de forma paretiana ou não. Entretanto, esses tipos de indústrias costumam ter características em comum, pois evoluem rapidamente e através de características econômicas próprias.

Nesse aspecto, a unidade motriz costuma ser uma indústria inserida dentro de um regime não concorrencial de complexo industrial e onde existe alguma concentração territorial, podendo-se tratar efetivamente de uma indústria, complexo industrial ou mesmo de um conjunto de atividades produtivas organizadas. Segundo o próprio teórico, elas “[...] desenvolvem-se segundo formas que são as da grande indústria moderna: separação dos factores de produção entre si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização” (Perroux, 1967, p. 166).

Sendo assim, a indústria motriz reveste-se de figura cujo aumento no volume de produção também eleva o volume de produção de outras unidades industriais no mesmo local ou região. É ela, uma indústria motriz e aquelas relacionadas, indústrias movidas. Comumente, ela também eleva o volume de sua produção para absorver da melhor forma os capitais fixos, o que tende a diminuir suas curvas de custos com induzimento no crescimento do volume da produção global muito maior que o próprio (Perroux, 1967; 1977).

Segundo Souza (2005), embora Perroux não tenha feito distinção expressa entre os conceitos da indústria motriz e da indústria-chave na obra original, suas acepções são diferentes, sendo certo que nem toda indústria-chave será qualificada como indústria motriz. A indústria motriz é diferente porque costuma crescer a uma taxa superior às demais na média nacional e possui variadas interrelações comerciais locais de insumo-produto, apresentando-se como atividade inovadora, de grande porte e cuja estrutura é tipicamente monopolística na região ou local.

Nesse cenário, é crível que ela tenha uma capacidade de exercer poder de mercado e influência no preço dos produtos e insumos gerando efeitos na taxa de crescimento das indústrias movidas ao efetivar sua produção para a escala nacional e estrangeira. Tais efeitos costumam refletir em outros dois aspectos na economia da região, como na influência sobre os fluxos existentes e futuros e no impacto sobre as rendas reais disponíveis em virtude de suas inovações técnicas, técnicas de fabricação e/ou sobre os custos intermediários das outras empresas movidas (Paelinck, 1977; Souza, 2005).

Outra característica é a de que as unidades ou indústrias motrizes não pressupõem necessariamente uma simetria geográfica entre seus mercados interno e externo ou nas relações de insumo e produto: podem estar localizadas em um

determinado espaço geográfico para a exploração da matéria-prima, mas podem possuir o mercado de bens e serviços em outros locais (Perroux, 1967).

Destarte, esses segmentos industriais tendem a compor um espaço polarizado, se relacionando com outros demais que são movidos por seus preços, fluxos, investimentos... Já em relação à indução de seu crescimento, preponderam a intensidade dos fluxos de rendas pessoais e de relações técnicas e comerciais entre as indústrias (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

Neste aspecto, pode existir interdependência entre uma ou mais indústrias o que não decorre unicamente de seu lucro, pois a interação acontece pela mutualidade, ainda que uma exerça fator motriz preponderante sobre outras. Então, percebe-se que todos os setores estão conectados pela circulação das vendas de bens e serviços e compras no mercado de fatores (transmissão de conhecimento); tal qual estão os elementos lucro, fatores e mercado, dependentes de técnicas e de mudanças, também estão as unidades motrizes entre si (Perroux, 1967).

Segundo Silva, Rippel e Ferrera De Lima (2000), a interdependência é um dos tipos de efeitos econômicos-funcionais da aglomeração e que se evidencia sobre a estrutura de produção quando a indústria motriz possui um bom desempenho. Ou seja, com a consequente redução na margem dos custos, acarreta-se também o desenvolvimento de economias de escala e externas que se espalham pela região. Embora esse efeito prático inicial seja mais visível dentro das relações da cadeia produtiva, também ocorrem efeitos de encadeamento classificados como efeitos técnicos, de junção e sobre a demanda em demais setores:

Os efeitos técnicos são os relativos à função da produção. Isto é, quanto às interdependências na compra de insumos e fornecimento de produtos. Nesse caso, os efeitos para trás com relação ao fornecimento de insumos de outras indústrias complementares se tornam mais relevantes para o crescimento do setor produtivo da região do que os efeitos para frente com o fornecimento de produtos com empresas satélites, igualmente importantes (Alves, 2016b).

Já os efeitos de junção/transporte estão envolvidos com os investimentos que se expandem com a capacidade que a rede de transporte tem como reflexo da atuação da indústria motriz, tendo em vista que o fator logístico é custoso. Assim, a “[...] rede de transporte torna-se, dessa forma, parte do eixo de desenvolvimento que, além do tráfego de produtos, inclui a orientação principal e durável do tráfego de serviços e capitais” (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000, p. 85).

Por fim, os efeitos com relação à demanda ou ao mercado são aqueles ditados pelo crescimento da indústria motriz no que tange à estrutura de população com a expansão da renda na região, ocasião em que as instituições também vão precisar se adaptar para atender o aumento no nível de bem-estar da coletividade (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

Dessa maneira, de forma espontânea, o agrupamento industrial tende a criar ao seu entorno uma aglomeração territorial e suas relações socioeconômicas são intensificadas, o que se espera diante da maior proximidade nos contatos humanos. Igualmente, ocorrem mudanças na relação trabalho e lazer: na realidade prática, trata-se de uma zona urbana que desenvolve os mais variados tipos de consumidores, os quais possuem necessidades e demandas específicas e progressivas comparadas às daquelas do meio essencialmente agrícola. Também, a mão de obra é atraída ao centro urbano, e, por consequência, o mercado consumidor interno reflete as necessidades econômicas de habitação, serviços, serviços públicos, transporte, dentre outros (Perroux, 1977).

Ao observar as peculiaridades próprias do segundo setor, Alves (2016b, p. 51) expõe como, neste aspecto, o setor industrial “[...] faz surgir uma gama de variedades de serviços e estimula o crescimento demográfico, que por sua vez propicia uma maior diversificação e especialização dos serviços [...]”. Isto é, a urbanização já alavancada pela polarização das atividades produtivas acarreta a crescente especialização e efeitos em cadeia continuamente favorecidos. Nesses termos, por meio da formação de uma indústria-chave ou motriz com potencial de aglomeração iniciada em uma localidade, o ponto de crescimento tende, com o tempo, a se tornar um polo, exercendo influência sobre toda sua região.

Também, nota-se que a influência exercida está ligada a canais de acesso, ligando o polo a outras localidades. São exemplos desses canais as estradas, meios de transporte e de comunicação. Mediante este cenário, o espaço econômico se constitui em um espaço polarizado que pressupõe um campo de atração e repulsão dinâmico (Perroux, 1967; Ferrera de Lima, 2012).

Enfim, mediante a abordagem de Perroux, igualmente pode-se relacionar a realidade regional do Oeste do Paraná com a teoria dos polos de crescimento, vez que ocorreu no decorrer da segunda metade do último século, a constituição de um polo regional no setor agroindustrial de carnes entre as mesorregiões Oeste e Sudoeste do estado (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Alves, 2016b).

Tais complexos agroindustriais, em sua maioria, são caracterizados por exercerem quase um controle total nos ciclos de produção, industrialização e comercialização. Dessa forma, assemelham-se às características descritas por Perroux (1967) com relação às indústrias motrizes, especialmente por possuírem uma articulação interna em sua segmentação, com identificação nas relações de mercado e de compra e venda (Rippel, 1995; Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

3.2.3 Os encadeamentos produtivos de Albert Otto Hirschman

Seguindo-se as teorias clássicas do desenvolvimento regional, cabe, enfim, observar os estudos elaborados por Albert Otto Hirschman (1958; 1961), economista alemão cujas análises apresentam pontos semelhantes com North e Perroux, especialmente por fundar-se no paradigma de uma força motora exógena central que atua no crescimento econômico do entorno de uma região. Por sua vez, Hirschman ainda realiza proposições dirigidas diretamente aos países subdesenvolvidos, como os da América Latina (Rippel, 1995; Bianchi, 2007).

Tal qual os demais estudos sobre o desenvolvimento regional, Hirschman concorda que o desenvolvimento econômico é um processo desequilibrado, mencionando inclusive que dado o contexto histórico-político do capitalismo, querer concluir por um processo equilibrado seria um “[...] desígnio de perfeição e não somente impraticável, como também anti-econômico” (Hirschman, 1961, p. 103).

Nesse cenário, para Hirschman (1961), as dificuldades socioeconômicas e a limitação de capital em investimentos comumente vistas nesses países subdesenvolvidos não são obstáculos intransponíveis ao processo de desenvolvimento econômico, vez que este é, em si, um fenômeno permeado por desequilíbrios no decorrer de um processo natural. Dessa forma, a concentração espacial inicial em forma de pontos ou polos de crescimento, por exemplo, é apenas parte de uma etapa do desenvolvimento regional, tendo em vista que ela provoca tensões que vão estimular o crescimento de outros locais e regiões.

Ao observar esse contexto, Rippel (2016) aponta que Hirschman (1961) parte da noção de que o sistema econômico capitalista está diretamente interligado com a forma pela qual suas atividades produtivas se relacionam. Sendo assim, em muitas dessas ocasiões, essas relações se manifestem na forma de encadeamentos, de coordenação ou de controle, e todos esses são mecanismos que acarretam a criação

de desenvolvimento através de outros mercados com novas técnicas de produção e geração de transformações econômicas e sociais no espaço local e regional.

Em uma das principais obras de Hirschman (1961), *Estratégias do Desenvolvimento Econômico*, o teórico explica que, para acontecer a superação do subdesenvolvimento, deverão ser realizadas políticas públicas que direcionem recursos de maneira estratégica e munidas de capacidade gerencial assertiva. Os investimentos, uma vez induzidos e direcionados para determinadas atividades produtivas, exercem influência positiva e direta no crescimento e desenvolvimento econômico, gerando o que Hirschman denomina de economias externas, que são capazes de incrementar não só regiões, mas também a estrutura produtiva de todo um país com seus efeitos complementares (Rippel, 1995).

Assim, a política pública é um agente fundamental no processo de desenvolvimento econômico, mas deverá ter clareza na tomada de decisão e conhecimento das diferentes atividades econômicas, sobretudo quanto ao potencial dos possíveis efeitos em cadeia de cada uma de suas ações e direcionamentos, tendo em vista a escassez de recursos disponíveis para executar todos os projetos necessários ao mesmo tempo.

Ao considerar esse aspecto, Hirschman (1961) então propõe que sejam escolhidos aqueles setores cujos investimentos gerarão mais desequilíbrios, optando-se pela sequência de cadeia que puder ser eficaz, ou seja, aquela que se traduz em maior capacidade indutora de economias externas. Ao se ater a esse fator, Rippel (1995) expõe que o teórico buscou ir ao encontro da concepção de encadeamentos, os quais se revelam por meio de um crescimento econômico interdependente visto nas relações dos tipos industriais fornecedoras ou compradoras de outro tipo de indústria central ou dela mesma. Nesse sentido, essa relação costuma se manifestar dos setores líderes para os setores satélites.

Em outras palavras, o encadeamento é uma forma de mecanismo de indução do desequilíbrio que facilitará o desenvolvimento econômico, manifestando-se a partir da capacidade que algumas atividades e serviços têm intrinsecamente de gerar efeitos dinâmicos sobre a economia local e regional, especialmente com relação ao setor industrial, que costuma ser dinâmico por natureza (Hirschman, 1961).

Dentro desse panorama, Hirschman classifica os encadeamentos em duas direções diferentes, podendo ser para frente e para trás: quando ocorrem os encadeamentos para trás ou em cadeia retrospectiva, “[...] cada atividade econômica

não-primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os inputs indispensáveis àquela atividade” (Hirschman, 1961, p. 155).

Por sua vez, podem ser evidenciados os encadeamentos em cadeia prospectiva ou para frente, quando “[...] toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como inputs em algumas atividades novas” (Hirschman, 1961, p. 156).

Isto é, o encadeamento para trás resulta de um crescimento autônomo em um setor específico e geralmente é acionado em virtude de um investimento recente ou de aproveitamento da capacidade produtiva já existente, sendo mediante ele que se proporciona crescimento em outros setores, semelhantes ou relacionados. Tal efeito ocorre pois é a existência do incremento na produção do setor específico que provoca o aumento na produção em demais segmentos subjacentes, pois há excesso de oferta no produto do setor específico inicial (Rippel, 1995).

Já os encadeamentos para frente ou em cadeia prospectiva estão relacionados ao setor inicial da indústria e, embora seus efeitos sejam comprovadamente menores, eles são responsáveis por encaminhar investimentos para o setor de utilização do produto (*output-using*). Nesse sentido, os encadeamentos para trás correspondem aos impulsos para setores da produção que fornecem os insumos necessários do setor industrial, e os encadeamentos para frente são aqueles capazes de induzir a formação de novas atividades (Bianchi, 2007; Rippel, 2016; Oliveira, 2021).

Para Hirschman (1961), os encadeamentos para trás (provenientes do fornecimento de insumos) são os capazes de gerar maiores efeitos e são mais evidentes e rápidos. Já a cadeia prospectiva não costuma se manifestar de forma pura e isolada, sendo que ela implica o acompanhamento da cadeia retrospectiva e gera uma pressão da procura: “[...] a existência da pressão da procura é condição para que surjam os efeitos em cadeia prospectiva” (Hirschman, 1961, p. 180).

No entanto, uma das dificuldades iniciais na alocação das estratégias de induzimento dos efeitos em cadeia é a ausência de segmentos com a interdependência necessária na economia. Nesse sentido, a agricultura de subsistência, mesmo a tradicional, e o setor industrial extrativo são tidos pelo teórico como segmentos que costumam demandar poucos encadeamentos, tanto em cadeia retrospectiva como na prospectiva, tratando-se de um obstáculo a ser superado (Hirschman, 1961).

Esses são segmentos com menos capacidade de acarretar o efetivo desenvolvimento econômico da região por meio dessa estratégia. Assim, inevitavelmente, são os setores industriais como os de transformação e da indústria dinâmica com mais chances de gerar encadeamentos. Nestes termos, o teórico sustenta que “[...] A superioridade da manufatura é a este respeito esmagadora” (Hirschman, 1961, p. 169).

Da mesma forma, Rippel (2016) explica que os efeitos complementares dos encadeamentos são um processo de causa e efeito e que os setores mais dinâmicos serão aqueles que operam com mais capacidade de desenvolver as economias externas e o crescimento e desenvolvimento econômicos, de modo que, quando ainda se trata de cadeias intersetoriais ou interindustriais por exemplo, “[...] o caminho a ser percorrido vai sendo atingido através de sequências, partindo da demanda preexistente, para trás e para frente, no processo de produção [...]” (Rippel (2016, p. 83).

Enquadrando-se a esse panorama, Rippel (1995) realizou estudo focado na localidade de Toledo, analisando as interações dadas em seu parque industrial. Ao que o autor pôde notar, o crescimento local foi especialmente viabilizado pela atuação de empresas e indústrias comunitárias que cumpriram papel de empresas satélites em torno das necessidades de insumo e produto da Agroindústria Frigobrás, o que estimulou o desenvolvimento de demais atividades complementares, ou seja, em encadeamentos produtivos para frente e para trás. Ainda, para esse caso em específico, as empresas satélites de Toledo e arredores também precisaram superar momentos de crise e realizar mudanças drásticas em suas estruturas de produção para acompanhar o processo, podendo ser este fator, a característica de desequilíbrio inerente ao processo de desenvolvimento econômico regional.

Nesse mesmo sentido, o teórico menciona expressamente que o setor agroindustrial brasileiro se trata de típico exemplo de desenvolvimento econômico dado nos países retardatários e alcançado mediante efeitos complementares de encadeamentos. Para Hirschman, modernas indústrias de transformação como as do “[...] do algodão, do amendoim e de cereais, por vezes, precederam a expansão da produtividade agrícola [...]” (Hirschman, 1961, p. 173). Ademais, essas mesmas indústrias garantiram a expansão de demais segmentos do segundo setor igualmente relevantes nos efeitos prospectivos ou de cadeias para frente (Vieira; Santos, 2012).

Ainda, de maneira específica, os encadeamentos para trás costumam acarretar aumento na demanda do setor produtivo de uma indústria de transformação. Em um segundo momento e em algumas ocasiões, o teórico aponta que acontecem grandes montas de investimentos. Destarte, uma vez estabelecida a produção nacional em variados ramos, há também mais estabilização da produção, isto é, “[...] à medida que a base industrial de um país se expande, o crescimento do capital correspondente a aumentos gradativos da produção final, provavelmente, será mais estabilizado que nas primeiras etapas do desenvolvimento do país” (Hirschman, 1961, p. 177).

Nesse cenário, o papel empregado pelo setor industrial acaba sendo o de um agente dinâmico capaz de exercer determinados efeitos de encadeamentos para trás e para frente e gerar influência a jusante ou a montante sobre suas atividades de produção, de modo que todo o processo pressupõe um estado de desequilíbrio, alteração e transformação, o que pode impulsionar a economia adiante (Hirschman, 1961).

No entanto, vale ressaltar que o teórico voltou a falar sobre os encadeamentos em momento ulterior, reconsiderando a amplitude e complexidade dos seus efeitos em diferentes searas, não os limitando à uma atividade industrial. Isso significa que, para o teórico, os efeitos em cadeia podem ocorrer em outros segmentos da economia, como no primeiro e terceiro setores, ou dentro deles (Hirschman, 1983).

Nesses termos, Hirschman buscou reinterpretar sua teoria com uma abordagem mais flexível, sistematizando como o uso do termo “encadeamentos”, passando a ser utilizado em países latinos para explicar outras dinâmicas como a exportação de bens essencialmente primários, nas relações de consumo ou nas relações fiscais entre o Estado e a população quando o governo regulamenta uma taxaço nas rendas recentemente criadas para financiar investimentos em outros subsectores da economia, direta e indiretamente (Hirschman, 1983).

Assim, o desenvolvimento regional pode ser materializado com o avanço de um determinado setor ou ramo de atividade. São os encadeamentos para trás e para frente que atuam como molas, impulsionando o setor produtivo e incrementando a economia local e regional (Hirschman, 1961; 1983; Bianchi, 2007; Rippel, 2016).

3.3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ASPECTO ENDÓGENO

Durante as décadas de 1980 e 1990 houve uma nova preponderância de transformações nos cenários econômicos com percepção de declínio das regiões tradicionalmente industrializadas dentro dos moldes das concepções clássicas do desenvolvimento regional. Em paralelo, ocorreu a ascensão de um novo paradigma desenvolvimentista e os trabalhos dessa nova vertente propuseram que as disparidades e desequilíbrios entre regiões poderiam ser reequilibrados através do papel desempenhado pelos agentes e líderes locais e/ou por um componente diferencial geográfico. Esse desdobramento dos estudos do desenvolvimento regional foi denominado de desenvolvimento regional de aspecto endógeno, desenvolvimento local ou territorial (Piacenti, 2016).

Brandão (2004), inicia a discussão argumentando que o conceito de desenvolvimento é uma definição plástica, e que seu fenômeno está pautado pela busca constante de ampliação das possibilidades econômicas estruturais através das interações sociais para obter um crescimento econômico preponderante, o que pode ocorrer tanto dentro de um horizonte de curto, como também de médio e longo prazo. No entanto, caberia ainda ressaltar que em qualquer um desses processos, o ponta pé de partida se inicia através das relações entre pessoas, sejam elas agentes públicos ou privados, políticos ou sociais, mas que estão constantemente buscando alargar seus campos de ação dentro de uma coletividade.

Para Storper e Harrisson (1994), todas as sociedades conhecidamente desenvolvidas costumam crescer economicamente copiando estratégias umas das outras, mas também criando suas próprias a partir de suas características diferenciais, também denominadas de endógenas, ou seja, internas. Esses processos não se limitam a uma dimensão, mas ocorrem em todas as escalas espaciais, uma vez que as políticas de desenvolvimento precisam alcançar uma totalidade de território, pensando-se sobre um todo sistêmico a fim de reduzir disparidades vistas em todos os âmbitos geográficos.

Considerando esse todo sistêmico, Amaral Filho (1996) explica que o aspecto local ou territorial, típico do desenvolvimento endógeno, não é separado da sua característica regional, pois, mesmo desse ponto de vista próximo e local, o desenvolvimento regional é um processo interno. Para o autor, o desenvolvimento endógeno se compreende como um fenômeno em que são continuamente ampliadas

as capacidades de absorver e de agregar valor sobre a produção de uma região, o que vai gerar retenção de excedentes na economia local e atração de excedentes de outras localidades/regiões. Este processo gera aumento de emprego formal, de renda e dos bens e serviços em uma determinada região e/ou local.

Boisier (1988), Vázquez Barquero (1995) e Haddad (2009) ressaltam que a característica marcante deste aspecto do desenvolvimento local/territorial é a de seus agentes e atores locais tomarem decisões de forma rápida e assertiva. Antes de ser econômico, o desenvolvimento é um fenômeno social e cultural e, por isso, o modelo de paradigma defendido no desenvolvimento de aspecto endógeno se apresenta no sentido inverso ao do desenvolvimento visto sob o aspecto exógeno, ou seja, ocorre de “baixo para cima” e parte das potencialidades socioeconômicas do espaço geográfico imediato.

Dessa forma, não se limitando as demais características do desenvolvimento, o foco está na mobilização dos recursos locais por parte dos seus líderes e agentes, o que é visto como um acelerador no processo de desenvolvimento. Nota-se que a sociedade local tem a capacidade de alavancar fatores produtivos antes ocultos, mas que sempre estiveram disponíveis. Com essa premissa, o desenvolvimento encontra-se na dependência da capacidade dessa população de incrementar suas vantagens comparativas. A proatividade local e/ou o ambiente naturalmente dinâmico elevam a atração de outros fatores de produção que conseguem, juntos, transformar a economia (Oliveira, 2021; Pelosi, 2022).

Joyal (2019) sustenta que a popularidade do desenvolvimento territorial nasceu como um “[...] caldeirão de iniciativas emanadas de atores locais que desejavam ser mais responsáveis por seu futuro coletivo [...]” (p. 200). Neste cenário, o Estado assumiu que não poderia mais agir sozinho no desenvolvimento das regiões e passou a cumprir o papel de facilitador da emancipação de conhecimento do povo local, especialmente sobre o empreendedorismo. Assim, os termos “parceria” e “consulta” se tornaram duas palavras-chave no processo de desenvolvimento local, o que se apresenta como “[...] a reunião do ascendente com o descendente (o descendente (top-down) indo ao encontro do baixo para cima (bottom up) [...]” (p. 200).

Ao explicar as características endógenas desse tipo de desenvolvimento, Ferrera de Lima (2016) observa a existência do componente diferencial/geográfico, que é específico da localidade e pode ser físico ou não: quando físico, ele naturalmente vai atrair mais emprego e maior demanda por mão de obra, tratando-se,

por exemplo, do relevo, clima, vegetação, hidrografia... do território. Com essa vantagem, o espaço econômico se torna um “[...] forte receptor na localização das atividades produtivas, onde serão transformados os recursos e onde serão feitos os investimentos [...]” (Ferrera de Lima, 2016, p. 20).

Por seu turno, quando o componente diferencial não advém do espaço físico imediato, ele costuma residir no potencial criativo presente no elemento humano. Ou seja, por ocasiões, a geografia da região não é favorável, mas a sua população detém a capacidade proativa necessária para transformar seu território com potencial inovador, gerando vantagens comparativas com relação a outras localidades ou regiões (Ferrera de Lima, 2016).

Outra característica do aspecto endógeno considera a necessidade de superação de obstáculos. Conforme Ferrera de Lima (2016, p. 23), em algumas situações, a resistência ao desenvolvimento acontece justamente em virtude de “[...] questões ambientais, convicções religiosas ou políticas e até mesmo a falta de informação. Em alguns casos, é mais fácil as pessoas adotarem ideias que surgem no seu meio do que aquelas que vêm de outras regiões [...]”.

Assim, o desenvolvimento regional de aspecto endógeno tem a característica de aproximar a atuação da população local e sua capacidade de canalizar potencialidades e vantagens comparativas específicas do seu território, analisando-se a cooperação e interação do capital humano como ferramenta. Ao fazerem parcerias, os líderes públicos e privados locais conseguem avançar e fazer nascer espaços híbridos que criam locais de trabalho, relações de emprego e inovação (Joyal, 2019; Piacenti, 2016).

4 METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta quais foram os recursos metodológicos utilizados para a realização da presente pesquisa.

A metodologia é o caminho pelo qual um conjunto de atividades sistematizadas e procedimentos técnicos e científicos precisam passar para alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros. Dessa forma, é compreensível que esse caminho tenha características específicas, podendo ser classificado de acordo com seus fins, natureza, técnica e dados utilizados na sua concretização (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Ao considerar o objetivo da pesquisa, o método escolhido realizou uma adoção conjunta entre dois métodos, quais sejam, histórico e estrutural: metodologias comuns aos estudos e pesquisas das ciências sociais.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o método histórico possui o propósito de realizar uma pesquisa investigativa, expondo acontecimentos, processos e instituições do passado para verificação de sua influência no momento presente. Considerando esta premissa, pode-se notar que Cafelândia é um município que teve uma transformação econômica específica, o que foi fruto de seu contexto histórico, tal qual descrito no Capítulo 2. Sendo assim, essa realidade explica a necessidade de revelar a influência e impacto da construção desse processo para seu perfil de crescimento econômico próprio.

Por seu turno, o método estrutural realiza uma investigação, a qual se inicia com a percepção de um fenômeno abstrato que, em seguida, se comprova por meio de um método concreto. Neste ponto, o indicador de análise regional foi adotado para viabilizar um panorama estrutural e concreto do crescimento econômico cafelandense no decorrer do tempo, pois realiza comparação de especializações do setor produtivo cafelandense vis-à-vis com uma determinada região (Marconi; Lakatos, 2003).

Ao adotar-se o método histórico-estrutural, a pesquisa realizada foi classificada de acordo com sua natureza como sendo quantitativa, pois estabeleceu procedimentos técnicos estatísticos para verificação de resultados concretos. Estes resultados foram apresentados por meio de tabelas, quadros e gráficos e o método estatístico aplicado foi o cálculo do indicador de especialização Quociente Locacional (QL) (Gil, 2008; Nagel Paiva; Jannuzzi, 2022).

Para a realização deste cálculo, foram utilizados os dados secundários de emprego formal provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponíveis através do sistema do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) (RAIS, 2024). Portanto, de forma sucinta, tem-se que a presente pesquisa é histórica-estrutural, de natureza quantitativa e de método técnico estatístico, sendo coletados dados secundários da variável emprego formal para realização de cálculo do indicador de especialização QL.

4.1 OBJETO DE ESTUDO

O município de Cafelândia é o objeto de estudo desta pesquisa. Sua localidade pertence à microrregião geográfica de Cascavel, Paraná. A emancipação política ocorreu em dezembro de 1979 com a vigência da Lei Estadual nº 7.292, e a instalação da prefeitura se deu em fevereiro de 1982 (Paraná, 1979; IBGE, 2023).

Cafelândia é considerado município com cidade de porte pequeno, fazendo limite de divisa a Oeste com Tupãssi, pertencente à microrregião de Toledo, no Paraná; ao Norte com Nova Aurora; a Leste com Corbélia; e ao Sul com Cascavel, estes outros três todos da microrregião geográfica de Cascavel, além de todos os cinco serem parte do estado do Paraná. Está situado a 539,35 quilômetros de Curitiba e a 54,7 quilômetros de Cascavel, município polo da região (Tiz; Nobrega; 2016).

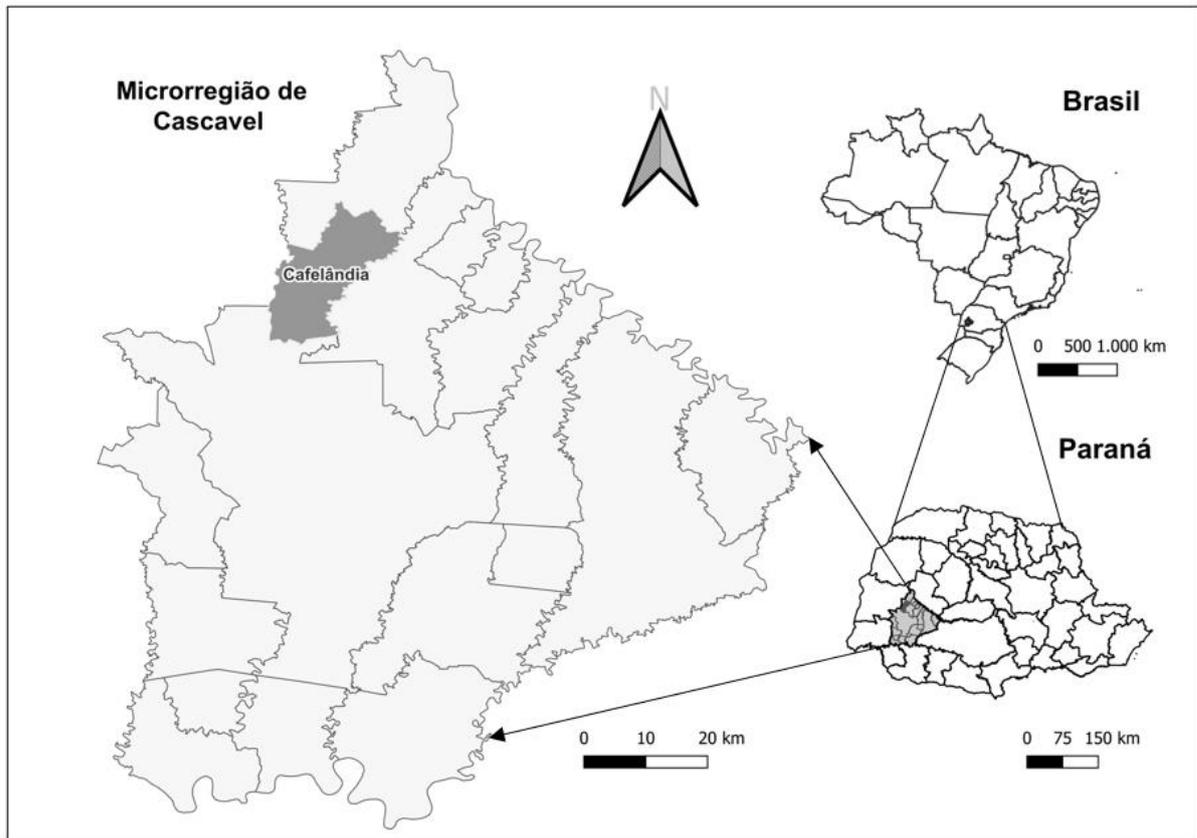
No entanto, para a concretização do objetivo geral desta pesquisa por meio do cálculo do QL, é necessário que Cafelândia tenha seus dados de emprego formal relacionados com alguma região de referência. Desse modo, foi escolhida a microrregião geográfica de Cascavel, em decorrência da disponibilidade e do manejo dos dados da variável, além de os municípios pertencentes serem, em sua maioria, de mesmo porte que o sob estudo.

Além disso, verifica-se que todos os municípios da microrregião de Cascavel pertencem à mesma mesorregião Oeste do Paraná, tendo contextos histórico, demográfico e econômicos em comum, buscando-se menor heterogeneidade na relação comparativa (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Ferrera de Lima *et al.*, 2006; Ferrera de Lima; Alves, 2011).

Por fim, considerando este último fator, o município de Cascavel foi excluído do cálculo e da referência da microrregião por se tratar de município polo da região Oeste

do estado. O município objeto de estudos do presente trabalho está representado na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Mapa do Município de Cafelândia, Microrregião de Cascavel, Estado do Paraná e País Brasil (2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.2 RECORTE TEMPORAL

O recorte temporal foi determinado entre os anos de 1987 e 2022, pois levou em consideração a disponibilidade e uniformidade dos dados referentes ao emprego formal da RAIS no sistema do MTE para coleta e cálculo.

Para tanto, agrupou-se o total de 35 anos em 9 duplas sequenciais e em períodos distribuídos em ordem cronológica. A realização de 9 cálculos com períodos distintos buscou facilitar a realização de uma análise acurada do comportamento produtivo de Cafelândia, o que revelou, de maneira robusta e mais condizente com a realidade, o comportamento do seu setor produtivo, com a seguinte classificação: primeiro período entre 1987 e 1990; segundo período entre 1991 e 1994; terceiro

período entre 1995 e 1998; quarto período entre 1999 e 2002; quinto período entre 2003 e 2006; sexto período entre 2007 e 2010; sétimo período entre 2011 e 2014; oitavo período entre 2015 e 2018; e nono período entre 2019 e 2022.

4.3 BASE DE DADOS, VARIÁVEL E INDICADOR

Os dados referentes ao emprego formal foram coletados pelos 26 Subsetores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estão classificados em grandes setores da econômica conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Relação entre Subsetores e Grandes setores econômicos (2024)

Subsetor da economia	Grande setor
Agricultura	Primário
Indústria metalúrgica	Secundário
Indústria de produtos minerais não metálicos	Secundário
Indústria mecânica	Secundário
Indústria de material elétrico e de comunicações	Secundário
Indústria de material de transporte	Secundário
Indústria de madeira e mobiliário	Secundário
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	Secundário
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	Secundário
Indústria de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	Secundário
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	Secundário
Indústria de calçados	Secundário
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	Secundário
Serviços industriais de utilidade pública	Terciário
Construção civil	Terciário
Comércio varejista	Terciário
Comércio atacadista	Terciário
Instituições de crédito, seguros e capitalização	Terciário
Comércio e adm. de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico	Terciário
Transporte e comunicações	Terciário
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, etc.	Terciário
Serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino	Terciário
Administração pública direta e autárquica	Terciário
Outros (não classificados)	-

Fonte: RAIS-MTE (2024).

Para Kuznets (1985), o emprego costuma ser uma variável utilizada nos cálculos de análises regionais por conseguir evidenciar um aumento da população e renda através de transformações da estrutura produtiva de um local/região. Dessa forma, o emprego formal foi escolhido como variável e está disponível na RAIS.

Ainda, os dados de emprego formal, por si só, e distribuídos segundo os 26 Subsetores do IBGE e segundo a classificação brasileira de ocupações (CBO) pelos 8 grandes grupos também foram utilizados para a interpretação dos resultados e análise dos resultados do QL.

Por sua vez, o indicador de especialização locacional QL foi eleito como técnica de método estatístico tendo em vista que é uma das metodologias mais difundidas na realização de análises regionais. Nesse quesito, o indicador é capaz de verificar quais são as atividades especializadas e/ou concentradas em região ou localidade, sendo possível verificar quais setores da distribuição produtiva atendem à demanda interna e quais atendem à de exportação (Alves, 2022; Nagel Paiva; Jannuzzi, 2022).

Outrossim, é possível verificar a ocorrência de dinamização dessas atividades e, neste caso, Paiva (2006, p. 92) sustenta que o QL “[...] busca traduzir “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade vis-à-vis ao conjunto das regiões que perfazem a macrorregião de referência [...]”.

Em seus estudos sobre a teoria da base de exportação, North (1977b) também observou que o primeiro passo para analisar o crescimento econômico de uma determinada região ou local se funda com a exploração de determinantes do setor de exportação, sobretudo das encontradas no segundo setor. Sendo assim, regiões que produzem um bem básico exportável costumam ser mais atrasadas em comparação àquelas que conseguem diversificar sua exportação em dois ou mais artigos.

Nesses termos, o teórico aponta que o QL “[...] compara a concentração de emprego de uma determinada indústria em uma área (a economia objeto que, para os nossos propósitos, é a região) com outra área (a economia de referência, que para os nossos propósitos é a nação)” (North, 1977a, p. 301).

Assim, a realização de análise do QL se torna oportuna e necessária por ser capaz de contribuir para a identificação de um padrão de especialização regional/local no crescimento econômico cafelandense.

Nesse sentido, o cálculo do QL pode ser representado através da Equação (01) a seguir disposta (Alves, 2012; Ferrera de Lima, 2022):

$$QL = \frac{\frac{PO_{ij}}{PO_{it}}}{\frac{PO_{tj}}{PO_{tt}}} \quad (01)$$

De acordo com a fórmula equacional demonstrada, tem-se que:

“ PO_{ij} ” é o número de empregos formais no subsetor “i” de Cafelândia - PR;

“ PO_{it} ” é o número de empregos formais, do subsetor “i” correspondente a microrregião de Cascavel - PR;

“ PO_{tj} ” é o número Total de empregos formais em todos os subsetores de Cafelândia - PR; e

“ PO_{tt} ” é o número Total de empregos formais em todos os subsetores na microrregião de Cascavel - PR.

Assim, o cálculo do QL realizado obteve resultados a partir de comparação da participação percentual de empregos formais ocupados em Cafelândia com a participação percentual de empregos formais ocupados na microrregião de Cascavel - PR, determinando-se quantas vezes o subsetor representado pelos empregos formais ocupados é mais (ou menos) representativo, ou especializado, para Cafelândia *vis-à-vis* à microrregião de referência. A especialização é evidenciada quando o valor do QL obtiver resultado maior que 1 em determinado subsetor, enquanto não será uma especialização quando o resultado for menor que 1.

Em contrapartida, cabe ressaltar que não existe método estatístico perfeito, de modo que a metodologia do QL foi interpretada com cautela. Nessa posição, Crocco *et al.* (2006) apontam para a importância de se delimitar um espaço amostral de estudo que não possua elevadas disparidades regionais para que os resultados do QL não sejam superestimados.

De modo semelhante, os autores ainda sugerem que o QL seja preferencialmente utilizado em regiões medianas, pois, em espaços amostrais reduzidos, os resultados do cálculo do indicador podem acabar sobrevalorizando o peso de determinados setores produtivos em relação a outros.

Dessa forma, visando à análise dos resultados de forma fidedigna com a realidade da economia local de Cafelândia em referência à microrregião de Cascavel, foi observado que todos os municípios envolvidos no cálculo estiveram inseridos em um contexto histórico econômico e demográfico semelhante (o da região Oeste do

Paraná), excluindo-se ainda dos resultados do indicador o município de Cascavel por ser polo urbano de grande influência econômica regional.

Também, nota-se que, mesmo se tratando da microrregião e do município de territórios menores, para que não fosse sobrevalorizado o resultado do QL em determinados setores, o recorte temporal foi distribuído em 9 períodos de análise.

Com essa abordagem metodológica, os setores produtivos especializados de Cafelândia puderam ser verificados com precisão, sobretudo, ao se considerar o comportamento de sua permanência e manutenção no decorrer da evolução dos períodos determinados.

5 CRESCIMENTO ECONÔMICO DE CAFELÂNDIA: ANÁLISES DE DADOS E CONSIDERAÇÕES

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, analisando os dados encontrados de acordo com a metodologia aplicada e o objetivo do trabalho. Com os dados secundários da variável emprego formal classificados nos 26 subsetores da economia e cálculo do indicador de especialização QL em 9 períodos cronologicamente distribuídos entre os anos de 1987 e 2022, observou-se o comportamento do setor distributivo de Cafelândia conforme as especializações encontradas para análise do seu crescimento econômico.

5.1 PRIMEIRO PERÍODO – ENTRE 1987 E 1990

O período inaugural de análise obteve resultado referente aos anos de 1987 e 1990. A partir dos cálculos realizados com o indicador para Cafelândia em relação à microrregião de Cascavel, o município sob estudo apresentou a predominância de 4 especializações econômicas distintas nos subsetores de seu setor produtivo. De todas as especializações, 3 foram preponderantes em 1987 e todas as 4 foram preponderantes em 1990. Assim, o município adquiriu uma especialização em 1990 (Indústria de Produtos Alimentícios). Além disso, nota-se pela Tabela 1 abaixo que houve variação no montante atingido pelo QL e nos números de empregos formais entre os anos do primeiro período:

Tabela 1 – Especializações de Cafelândia entre 1987 e 1990

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº empregos formais 1987 e 1990		(Δ%) Nº empregos formais 1987/1990	QL 1987 e 1990		(Δ%) QL 1987/1990
	Ind. produtos alimentícios etc. ↑	3	450	14.900	0,18	5,94
Ind. metalúrgica	7	5	-29	1,16	1,19	3
Transporte e comunicações	77	51	-34	2,52	1,95	-23
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários e ser. técnicos	769	480	-38	4,57	3,02	-34

Fonte: RAIS (2024).

Estudando-se a Tabela 1, houve especializações nos subsetores da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; da indústria metalúrgica; em transportes e comunicações; e em comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos. Essas preponderâncias ocorreram tendo em vista o comportamento da base produtiva do local, que, diante do cenário apresentado, apresenta uma relação de proximidade entre os subsetores desenvolvidos.

Inicialmente, o QL adquirido na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico foi de 0,18 em 1987 e passou para um QL igual a 5,94 em 1990. Temos que a variação de crescimento do QL foi significativa e igual de 3.200%, o que deve ser observado em conjunto com o aumento no número de empregos formais ocupados, saltando de 3 para 450.

Ao analisar estes resultados em conjunto com o contexto histórico dado em Cafelândia, é possível visualizar que essa especialização é representada pela figura da agroindústria cooperativista de integralização avícola – Copacol, cuja sede é na localidade. Esse é também o segmento tradicional em Cafelândia e alguns estudos apontam relevância de sua atividade na economia do local (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Ferrera de Lima; Alves, 2011; Ilha; Leismann; Rippel, 2011; Welter *et al.*, 2020).

Por outro lado, essa atividade não era uma especialização no ano inicial de 1987, ocasião em que o resultado do QL foi inferior e igual a 0,18 com apenas 3 empregos formais registrados. O resultado é em parte explicado pelo fato de outros municípios da microrregião terem concentrado esse subsetor. Porém, o fator mais relevante parece se encontrar na especialização de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos.

Isso ocorre em virtude de esse ramo de atividade alocar os chamados serviços técnicos, e Cafelândia já demonstrou em outros estudos menos abrangentes especialização no terceiro setor da economia. Nesse sentido, essa especialização obteve QL significativo nos dois anos do primeiro período com valores iguais a 4,57 e 3,02, respectivamente, pelos serviços técnicos se relacionarem com as atividades industriais. Além disso, verifica-se que esse subsetor empregou formalmente 769 vínculos em 1987 e 480 no ano de 1990, o que é, primeiramente representativo, mas também com redução de 38% do ano final em relação ao inicial.

Ainda, como mencionado, o ano de 1990 revelou o desenvolvimento de especialização na atividade industrial de alimentos e com aumento no número de empregos formais.

Nesses termos, crê-se na existência de uma relação entre os dois subsetores no decorrer dos dois anos do período de análise inaugural, especialmente por conta da classificação brasileira de ocupações (CBO) por grandes grupos para os mesmos dados de empregos formais, que categoriza parcela significativa dos empregos formais na produção industrial, operação de máquinas, condução de veículos e assemelhados (Tabela 2):

Tabela 2 – Empregos formais em Cafelândia de 1987 a 1990

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	1987	1988	1989	1990
Prod. Industrial, operação de máquinas, cond. veículos etc.	610	760	768	731
Serviços administrativos e assemelhados	219	207	211	195
Comércio e trabalhadores assemelhados	26	36	43	41
Serviços de turismo, hospedagem etc.	30	33	40	44
Leg., Exe. e Jud., funcionários públicos etc.	11	12	12	13
Profissões científicas, técnicas, artísticas etc.	47	53	54	48
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	59	72	55	69
Não Classificados	4	8	9	11
Total	1.006	1.181	1.192	1.154

Fonte: RAIS (2024).

Ao se observar os empregos formais distribuídos pela CBO na Tabela 02, verifica-se que o grande grupo da produção industrial, operação de máquinas e condução de veículos obteve incremento no decorrer de todos os anos e representou a maior fatia dos vínculos formais totais no município. Isto é, representou 61% do total de empregos formais em 1987 e 63% no ano de 1990, de modo que houve aumento de 19% dentro do Grande Grupo entre 1987 e 1990.

Outrossim, a própria agroindústria cooperativista aponta um crescente aumento na demanda por mão de obra desde a sua implementação, sustentando que, já em 1983, possuía um quadro de 1.200 colaboradores diretos e indiretos, sendo metade destes segmentados no complexo de integração avícola (Vicente, 2012).

Por sua vez, com relação às demais especializações, houve incremento na indústria metalúrgica com especializações preponderantes nos dois anos de análise

e de resultados equivalentes a 1,16 em 1987 e 1,19 em 1990 (Tabela 1). Mas o número de empregos formais nesse subsetor foi pouco representativo, sendo 7 no total em 1987 e 5 em 1990, revelando-se encolhimento de 29%. Mesmo assim, a variação do resultado do QL obteve aumento de 3%, demonstrando-se que, em relação ao cenário da microrregião, Cafelândia obteve resultados mais significativos.

De acordo com o relatório de pesquisa do Ipardes (1987; 1994), a atividade da indústria metalúrgica em todo o Estado do Paraná costuma se relacionar com o fornecimento de material e infraestrutura para outros ramos de atividades, a exemplo de demais subsetores industriais e da construção civil.

Por fim, houve preponderância de especialização em transporte e comunicações com os resultados do QL iguais a 2,52 em 1987 e 1,95 em 1990 (Tabela 1). O incremento nesse subsetor é explicado pela necessidade de o subsetor industrial de alimentos necessitar de infraestrutura para viabilizar a redução de custos na transferência das exportações e manter-se competitivo (Perroux, 1967; North, 1977b).

Outrossim, o desenvolvimento de infraestrutura foi estimulado e propiciado pelo poder público no cenário regional durante a segunda metade do último século, ocasião em foi possível relacionar os efeitos do setor de transporte no processo de agroindustrialização no Oeste do Paraná (Piffer, 1997; Alves, 2016b).

Desta maneira, ao cotejar o contexto regional com o local, evidencia-se que o setor industrial, especialmente o de produtos alimentícios exerceu influência na representatividade da especialização no ramo de transporte e comunicações.

5.2 SEGUNDO PERÍODO – ENTRE 1991 E 1994

O segundo período de análise evidenciou as especializações na distribuição produtiva de Cafelândia para os anos de 1991 e 1994. Nesse cenário, houve alterações no local em relação ao período anterior, como a perda de especialização na indústria metalúrgica desenvolvida no primeiro período.

Conforme a Tabela 3, houve a incidência de 4 especializações no total para o segundo período, destas, 3 especializações foram preponderantes em 1991 e duas em 1994:

Tabela 3 – Especializações de Cafelândia entre 1991 e 1994

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 1991/1994		(Δ%) Nº empregos formais 1991/1994	QL 1991/1994		(Δ%) QL 1991/1994
	Serviços em alojamento etc. ↑	8	2.106	26.225	0,17	2,96
Ind. produtos alimentícios etc.	482	15	-97	4,91	0,36	-93
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos	495	5	-99	2,14	0,38	-82
Transporte e comunicações	52	75	44	1,72	1,3	-24
Ind. metalúrgica ↓	2	0	-100	0,54	0	-100

Fonte: RAIS (2024).

Pela Tabela 3, vê-se que a distribuição produtiva do local se manteve praticamente coerente com relação ao período anterior, porém com tendência de redução na diversificação produtiva, pois no ano final houve redução para duas especializações. Este foi, também, o ano com o menor número de especializações dentro da análise global.

Considerando este resultado com a realidade vivida no cenário macroeconômico, uma das causas para redução significativa da diversificação pode ser explicada pela crise monetária e fiscal nacional acompanhada do processo inflacionário profundo durante a metade dos anos 1990. Nesse sentido, não houve favorecimento ao incremento e diversificação econômica, sendo que este panorama só pode ser revertido com a implementação do Plano Real e estabilização da moeda depois do ano de 1994 (Bresser-Pereira; Gonzalez; Lucinda, 2008; Lourenço, 2010; Baltar, 2014).

Diante deste contexto, alguns resultados de especializações ainda se sobressaem, como a da indústria de produtos alimentícios que obteve resultado bastante significativo em 1991 com o QL igual a 4,91, mas inferior e igual 0,36 em 1994. Esses dados indicaram uma queda de 93% na especialização e uma variação negativa de 97% no número de empregos formais alocados ao subsetor.

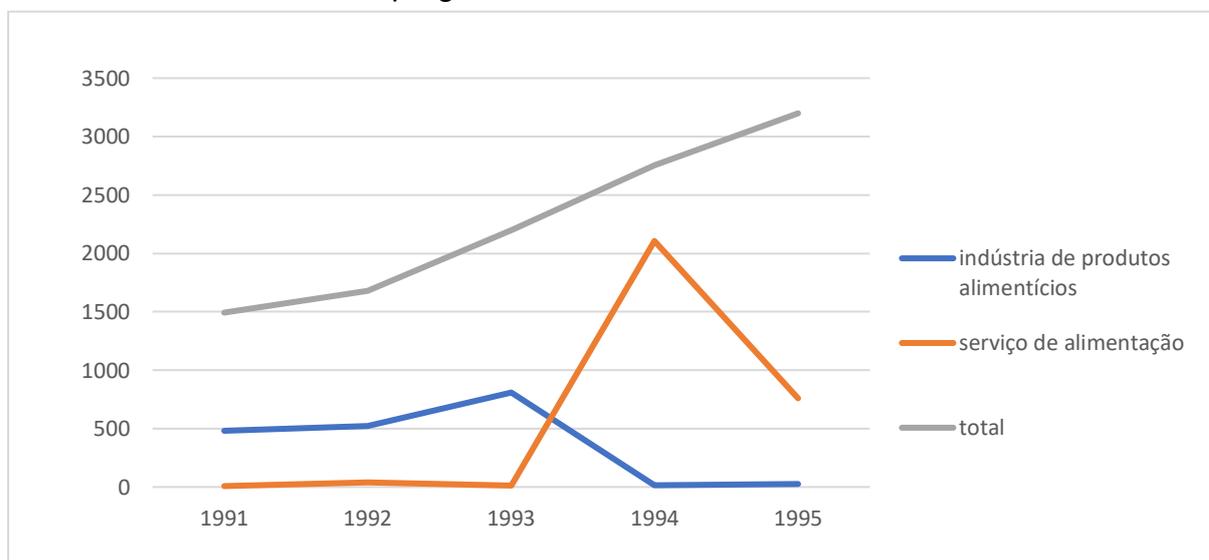
Igualmente, o ramo de atividade ligado aos serviços técnicos (comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos) manteve especialização em 1991 com resultado do QL igual a 2,14, mas posterior perda em

1994 com QL inferior e igual a 0,38. A diminuição no QL foi de 82% e a redução no número de empregos formais foi igual a 99%.

Por outro lado, outra atividade ligada ao terceiro setor da economia surgiu de maneira expressiva: serviços em alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc. que apresentou crescimento com QL igual a 0,17 em 1991 e a 2,96 em 1994. Esse resultado representou um aumento de 1.641%, tendo em vista que o número de empregos formais distribuídos no subsetor passou de 8 para 2.106. Desta forma, o subsetor foi responsável por uma parcela representativa no total de empregos formais do município entre 1991 e 1994, o qual cresceu 84,4%.

Nesse sentido, o número de empregos formais pela classificação em subsetores do IBGE demonstra que, em 1991, a indústria de alimentos empregou formalmente 32% do total, enquanto em 1994, apenas 5%. Por outro lado, o subsetor em serviços em alojamento etc. saltou de 5% do total em 1991 para 76% em 1994. O Gráfico 1 a seguir ilustra que essa mudança de direção ocorreu precisamente entre 1993 e 1994:

Gráfico 1 – Empregos formais em Cafelândia de 1991 a 1995



Fonte: MTE (2024).

Porém, reconhecendo que o número total de empregos formais obteve incremento no decorrer do período e que segundo Vicente (2012), a agroindústria de alimentos em Cafelândia continuou crescendo e demandando por segmentação de mão de obra, buscou-se traçar uma relação de proximidade entre os subsectores da indústria de alimentos com serviços em alojamento etc. Assim, conforme a Tabela 4

que apresenta o número de empregos formais por grandes grupos da CBO, a categoria da produção industrial etc. representou 54% do total de empregos formais em 1991 e 67% em 1994:

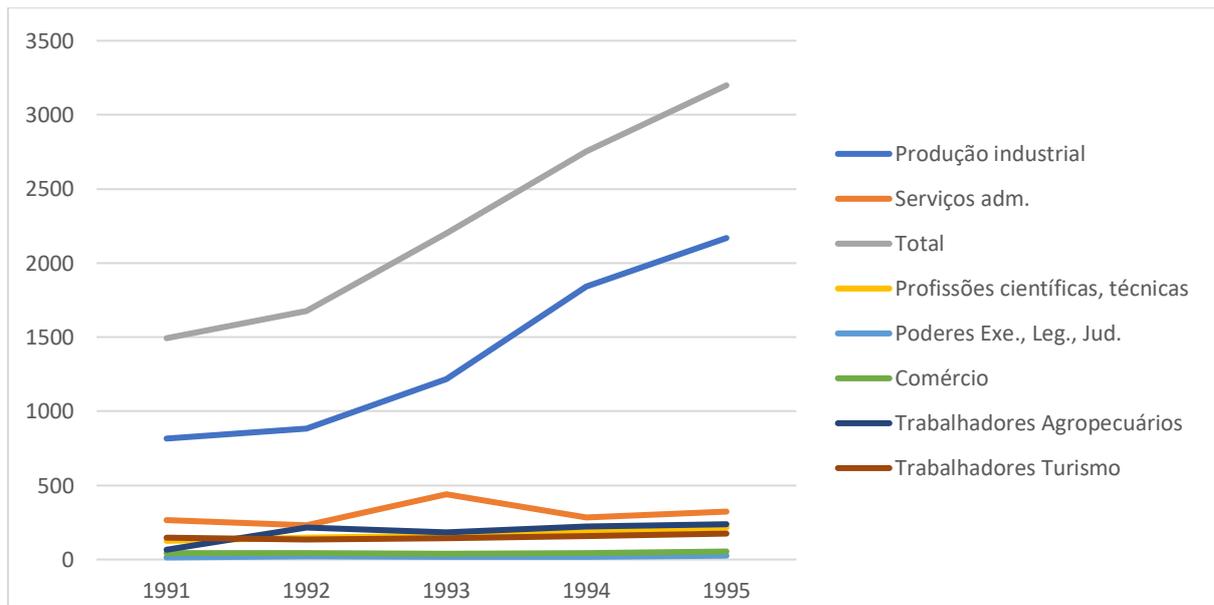
Tabela 4 – Empregos formais em Cafelândia de 1991 a 1994

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	1991	1992	1993	1994
Prod. Industrial, operação de máquinas, cond. veículos etc.	816	884	1.216	1.840
Serviços administrativos e assemelhados	264	231	440	283
Comércio e trabalhadores assemelhados	45	44	39	45
Serviços de turismo, hospedagem etc.	147	135	143	158
Leg., Exe. e Jud., funcionários públicos etc.	14	22	17	18
Profissões científicas, técnicas, artísticas etc.	126	147	160	189
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	66	214	183	221
Não Classificados	15	1	1	0
Total	1.493	1.678	2.199	2.754

Fonte: RAIS (2024).

Essa representação pode ser melhor vista também mediante do Gráfico 2:

Gráfico 2 – Empregos formais em Cafelândia por Classificação Brasileira de Ocupações de 1991 a 1995



Fonte: RAIS (2024).

Dessa forma, tendo atenção com o resultado do QL, os números absolutos dos empregos formais em subsetores do IBGE e os empregos formais em grandes grupos da CBO para o segmento em análise, é possível considerar a existência de uma relação próxima entre o subsetor industrial de alimentos com o subsetor de serviços em alojamento etc. em Cafelândia, especialmente em virtude de a literatura também sugerir crescimento sustentado na agroindústria cooperativista no decorrer dos anos com verticalização na sua linha de produção, industrialização e comercialização (Ipardes, 1999; Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Madureira, 2012; Willers, 2015; Oliveira, 2018).

Dando-se sequência à análise dos resultados para o segundo período, houve manutenção de especialização no ramo de transporte e comunicações em Cafelândia, ocasião em que o valor obtido no QL foi equivalente a 1,72 em 1991, e 1,30 em 1994 (Tabela 3). Dessa forma, houve encolhimento de 24% na especialização, mas sem que se perdesse preponderância com relação à economia da microrregião de referência.

Como mencionado, o setor de transportes costuma se desenvolver às expensas de um segmento industrial, como é o caso das indústrias motrizes citadas por Perroux (1967) ou das indústrias de exportação de North (1977b). Isso ocorre diante da necessidade de redução dos custos de transferência para a manutenção do crescimento de forma sustentada (Alves, 2016b).

5.3 TERCEIRO PERÍODO – ENTRE 1995 E 1998

O terceiro período de análise estabeleceu 1995 como ano inicial e 1998 como ano final. De acordo com a Tabela 5 a seguir, houve mudanças no setor produtivo do local com a preponderância de 4 especializações na soma total.

Destas, duas foram especializações mantidas em ambos os anos (transporte e comunicações e serviços em alojamento etc.), uma especialização foi desenvolvida apenas no ano de 1998 (indústria de produtos minerais não metálicos) e uma especialização foi desenvolvida apenas em 1995 (agricultura).

Com relação ao segundo período, duas especializações mantiveram resultados inferiores (indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos):

Tabela 5 – Especializações de Cafelândia entre 1995 e 1998

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 1995 e 1998		(Δ%) Nº empregos formais 1995/1998	QL 1995 e 1998		(Δ%) QL 1995/1998
	Ind. produtos minerais não metálicos ↑	0	139	–	0	2,76
Agricultura ↑	1.742	72	-96	1,91	0,22	-88
Transporte e comunicações	89	103	16	1,35	1,49	10
Serviços em alojamento etc.	759	2.400	216	2,59	2,86	10
Ind. produtos alimentícios etc. ↓	28	20	-29	0,58	0,34	-41
Com. e adm. de imóveis, valores mob. e ser. técnicos. ↓	5	4	-20	0,38	0,17	-55

Fonte: RAIS (2024).

Ao estudar os resultados quantitativos da Tabela 5 acima, temos que duas especializações já haviam se desenvolvido no período anterior e se mantiveram nos dois anos deste período: transporte e comunicações e serviços em alojamento etc.

A concentração no subsetor de serviços em alojamento etc. obteve incremento no resultado dos dois anos, com o QL igual 2,59 em 1995 e 2,86 em 1998, o que também se reproduziu no número de empregos formais alocados para o setor, passando-se de 759 para 2.400 com crescimento equivalente a 216%; já o ramo de transporte e comunicações mantido nos dois anos do terceiro período, foi igual a 1,35 em 1995 e 1,49 em 1998, sendo que, de modo semelhante, o número de empregos formais distribuídos nessa atividade obteve incremento de 16%, passando de 89 para 103 em número absoluto respectivamente entre 1995 e 1998 (Tabela 5).

Tal qual observado no segundo período, essas duas especializações demonstram ter uma relação de proximidade com o ramo de atividade da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, mesmo que esta, por sua vez, não tenha obtido especialização preponderante no local tanto no ano final do último período (1994) quanto no decorrer do atual período (1995/1998).

Por sua vez, nesse terceiro período, o resultado da indústria de produtos alimentícios foi inferior e igual a 0,58 e 0,34, respectivamente entre 1995 e 1998. O número de empregos formais diretos também obteve queda e passou de 28 postos

em 1995 para apenas 20 empregos formais registrados em 1998, representando encolhimento do setor equivalente a 29%.

Porém, corroborando com a evidência de proximidade entre os subsetores com o segmento da indústria de produtos alimentícios, tem-se que a classificação dos empregos formais em grandes grupos dada pela CBO constata representatividade significativa para a categoria da produção industrial etc. Neste sentido, de acordo com a Tabela 6, 67% de todos os empregos formais estavam distribuídos nessa categoria em 1995 e 70% do total no ano de 1998:

Tabela 6 – Empregos formais em Cafelândia entre 1995 e 1998

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	1995	1996	1997	1998
Prod. Industrial, operação de máquinas, cond. veículos etc.	2.169	2.149	2.191	2.367
Serviços administrativos e assemelhados	322	320	309	298
Comércio e trabalhadores assemelhados	54	68	73	82
Serviços de turismo, hospedagem, ...	175	183	321	273
Leg., Exe. e Jud., funcionários públicos, ...	26	14	23	26
Profissões científicas, técnicas, artísticas, ...	215	191	197	208
Agropecuários, florestais, da pesca, ...	238	242	249	90
Não Classificados	0	0	0	0
Total	3.199	3.167	3.273	3.344

Fonte: RAIS (2024).

Ainda, ao estudar o número de empregos formais dados pela CBO para a operação industrial da Tabela 6, temos que o número de vínculos registrados em 1995 foi 2.169 e, em 1998, 2.367, tratando-se de um dado expressivo, o que é típico de localidades com incremento do segundo setor. Assim, o número reduzido de empregos formais no ramo da indústria de produtos alimentícios da classificação do IBGE neste terceiro período (Tabela 5) é explicado pela segmentação de mão de obra distribuída em outros subsetores relacionados.

Dando-se sequência à análise do QL para o terceiro período, se nota que duas especializações se desenvolveram de maneira pontual entre os anos de 1995 e 1998: em 1998, a atividade industrial de produtos minerais não metálicos obteve resultado do QL igual a 2,76 em 1998, saltando de 0 para 139 empregos formais. Essa atividade costuma servir de base para o ramo da construção civil, vez que realiza a

transformação de matéria-prima mineral em insumo para a alvenaria, dentre outras finalidades para o ramo de construção e infraestrutura. Outrossim, desenvolveu-se especialização na agricultura com resultado de 1,91 em 1995, mas perda de concentração em 1998 com resultado igual a 0,22; e, o número de empregos formais para este ramo de atividade decaiu drasticamente, passando de 1.742 em 1995 para 72 em 1998, ou seja, um encolhimento de 95%.

A especialização surgida na agricultura em Cafelândia pode ser explicada pelo contexto histórico econômico regional, que tem sua base produtiva voltada para a agropecuária, tendo neste ano, a atividade sido mais preponderante em Cafelândia que nos demais municípios da microrregião. De mesmo modo, a produção agrícola do local sob estudo é, em grande parte, responsável pelos insumos na produção de rações para alimentação dos galináceos da agroindústria cooperativista e de óleos para comercialização. Dessa forma, a representatividade do subsetor está relacionada com o segundo setor especialização (Rippel, 1995; Piffer, 1997; Piffer, 2009).

Por fim, o município deixou de ser especializado no ramo de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, com resultados do QL iguais a 0,38 e 0,17, respectivamente entre 1995 e 1998. Nota-se que este ramo também costumava se interligar com as atividades agroindustriais de produtos alimentícios (análise dos resultados do primeiro período do QL), mas, outras localidades da microrregião obtiveram resultados mais significativos, influenciando a perda em Cafelândia.

5.4 QUARTO PERÍODO – ENTRE 1999 E 2002

O quarto período de análise do QL determinou 1999 como inicial e 2002 como ano final. Por meio da Tabela 7, percebe-se que houve alterações no setor produtivo, ocorrendo a preponderância de 6 especializações na soma total para os dois anos. De todas estas 6 concentrações, 3 já foram adquiridas no terceiro período (1995 e 1998), ou seja, são uma manutenção de preponderância no quarto período.

Também, foram readquiridas outras 3 especializações que eram conhecidas do setor produtivo em outros períodos. Por outro lado, estas 3 últimas se desenvolveram no quarto período de maneira pontual, aparecendo apenas em 1999 ou em 2002.

Ainda, expõe-se a perda de especialização no ramo da agricultura desencadeada em 1998, pois havia se desenvolvido apenas no primeiro ano do terceiro período (1995), ocasião em que, neste período atual, obteve resultado do QL inferior e igual a 0,22 em 1999 e 0,18 no ano de 2002:

Tabela 7 – Especializações de Cafelândia entre 1999 e 2002

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 1999 e 2002		(Δ%) Nº empregos formais 1999/2002	QL 1999 e 2002		(Δ%) QL 1999/2002
	Ind. produtos alimentícios etc. ↑	37	554	1.397	0,48	1,58
Construção civil ↑	5	327	6.440	0,12	2,29	1.808
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos ↑	1.741	21	-99	2,91	0,55	-81
Ind. produtos minerais não metálicos	142	47	-67	2,39	1,28	-46
Transporte e comunicações	119	132	11	1,52	1,11	-27
Serviços em alojamento etc.	1.186	3.678	210	2,14	2,52	18
Agricultura ↓	85	82	-3,6	0,22	0,18	-18

Fonte: RAIS (2024).

Consoante a Tabela 7, observa-se que, diferentemente do período anterior, existe uma diluição maior na concentração produtiva de Cafelândia neste momento, pois entre os anos de 1995 e 1998, havia-se desenvolvido 4 especializações no total, mas no quarto período ocorreu uma totalização de 6 especializações. Também, houve variações nos montantes de seus resultados e no número de empregos formais distribuídos, buscando-se compreender a dinâmica da economia do local com uma relação nas especializações preponderantes.

Inicialmente, a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico voltou a ser uma especialização (Tabela 7), e, embora o resultado do seu QL em 1999 tenha sido inferior e igual a 0,48, o resultado de 2002 apresentou o desenvolvimento de especialização igual a 1,58, o que representa uma variação positiva com crescimento de 229%. Desta maneira, o número de empregos formais no subsetor obteve incremento, passando de 37 para 554. Tal qual aludido, esta atividade é representada pela agroindústria cooperativista de integração avícola e seu retorno

ocorre em virtude do crescimento econômico sustentado obtido ao longo dos anos ter elevado o número de empregos formais diretamente ligados no subsetor (Vicente, 2012).

Já com relação às outras 3 atividades especializadas mantidas em relação ao período anterior, tem-se a continuação da especialização em serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc. com aumento no resultado do QL sendo igual a 2,14 em 1999 e 2,52 em 2002. Desse modo, houve variação positiva de 18%, além do número de empregos formais continuar crescendo com um incremento de 210%, passando de 1.186, para 3.678 em número absoluto (Tabela 7).

Igualmente, houve manutenção de especialização em transporte e comunicações com resultados iguais a 1,52 em 1999 e 1,11 em 2002. Desse modo, ocorreu variação negativa no montante do QL, com encolhimento de 27%. No entanto, o número de empregos formais obteve crescimento, passando de 119 para 132 (incremento de 11%). Isso sugere que, embora tenha ocorrido incremento neste ramo no local sob estudo, outros municípios da microrregião de referência obtiveram resultados mais representativos.

Por sua vez, a especialização na indústria de produtos minerais não metálicos foi mantida, mas seu resultado diminuiu. Esse ramo obteve resultado equivalente a 2,39 em 1999 e 1,28 em 2002 e tal qual transporte e comunicações, houve encolhimento no QL, neste caso, igual a 27%. Porém, o número de empregos formais também encolheu, passando de 142 para 47 no total (diminuição de 67%).

Já com relação às especializações surgidas de forma pontual, no ano inicial de 1999 houve um QL bastante representativo para comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, e seu resultado foi de 2,91. Entretanto, em 2002, o ramo perdeu especialização com resultado igual a 0,55 e esse encolhimento representou queda de 81% do QL, o que também apareceu no número de empregos formais, passando de 1.741 em 1999, para apenas 21 em 2002. Essa diminuição pode ser explicada pela natureza da distribuição produtiva cafelandense demonstrar que intercala alguns subsetores especializados, tendo em vista ser um município pequeno em que se analisam todos os 26 subsetores econômicos da classificação do IBGE.

Destarte, algumas atividades do subsetor de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, especialmente serviços, perderam força, mas podem ter se distribuído em outros subsetores, como é o caso de serviços

em alojamento etc., que já este era representativo e continuou obtendo variação positiva nos empregos formais com crescimento de 210% (Tabela 7).

Também, a construção civil se tornou uma especialização no ano final de 2002 com QL equivalente a 2,29, sendo que este ramo se relaciona com a administração de bens imóveis por se tratar de atividade complementar. Assim, para o quarto período, a atividade obteve aumento de 1808% no montante do QL e 6440% no número de empregos formais (QL igual a 0,12 no ano inicial de 1999).

Ao se analisar esses resultados com a classificação de empregos formais em grandes grupos dada pela CBO da Tabela 8, permanece o fato de que a parcela mais significativa dos empregos formais se encontra na primeira categoria denominada produção industrial, operação de máquinas, condução de veículos e assemelhados:

Tabela 8 – Trabalhadores em Cafelândia entre 1999 e 2002

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	1999	2000	2001	2002
Prod. Industrial, operação de máquinas, cond. veículos etc.	2.901	3.136	3.653	4.367
Serviços administrativos e assemelhados	311	321	386	431
Comércio e trabalhadores assemelhados	106	110	118	122
Serviços de turismo, hospedagem etc.	248	262	310	286
Leg., Exe. e Jud., funcionários públicos etc.	36	39	34	29
Profissões científicas, técnicas, artísticas etc.	220	239	248	296
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	104	110	92	100
Não Classificados	0	0	0	0
Total	3.926	4.217	4.841	5.631

Fonte: RAIS (2024).

Pela Tabela 8, tem-se que o incremento dos empregos formais de Cafelândia da produção industrial etc. representava 73% de todos os vínculos formais em 1999 e 77% do total no ano de 2002. Também, houve crescimento de 5,48% desses dados entre 1999 e 2002, o que foi um fenômeno consecutivo até então, tendo em vista que ocorreu um crescimento de 4,4% no período anterior (1995 a 1998).

Assim, pode-se verificar a representatividade do grande grupo de produção industrial, operação de máquinas, condução de veículos e assemelhados, sendo que, ao interpretar esses dados com os resultados do QL e seus montantes da Tabela 7, evidencia-se que, embora Cafelândia tenha apresentado uma diversificação maior de

sua base produtiva nesse período de análise, a maior parcela dessas especializações continuou tendo relação de maior proximidade com a produção industrial.

5.5 QUINTO PERÍODO – ENTRE 2003 E 2006

Os resultados das especializações do quinto período de análise do QL cafelandense corresponderam aos anos de 2003 e 2006 conforme a Tabela 9. Dentro das mudanças ocorridas em relação ao período anterior, o município readquiriu uma especialização (indústria mecânica) e perdeu uma especialização (comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos).

Dessa forma, foi mantida a maioria das especializações vindas do período anterior, tendo o perfil deste quinto período demonstrado o de maior estabilidade e com a maior diversificação produtiva do município no decorrer de todos os anos estudados, somando 6 especializações no total para 2003 e 2006.

Nesse sentido, Bresser-Pereira, Gonzalez e Lucinda (2008) e Lourenço (2010) apontam que o momento foi representado por um cenário macroeconômico favorável ao setor agropecuário e de exportações. Outrossim, Ferrera de Lima, Eberhardt e Barros (2011), sustentam que Cafelândia apresentou desempenho de destaque em seu crescimento econômico em um estudo regional. Conforme a Tabela 9, esses dados são verificados pelos resultados positivos das especializações:

Tabela 9 – Especializações de Cafelândia entre 2003 e 2006

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 2003 e 2006		(Δ%) Nº empregos formais 2003/2006	QL 2003 e 2006		(Δ%) QL 2003/2006
	2003	2006		2003	2006	
Ind. mecânica ↑	30	23	-23	2,52	1,16	-54
Ind. produtos minerais não metálicos	50	2	-96	1,47	0,27	-82
Ind. produtos alimentícios etc.	3.102	4.029	30	2,53	2,71	7
Construção civil	407	150	-63	2,31	1,3	-44
Transporte e comunicações	148	149	1	1,02	1,03	1
Serviços em alojamento etc.	1.555	1.602	3	2,08	2,04	-2
Com. e adm. de imóveis, valores mob. e ser. técnicos ↓	29	28	-3	0,65	0,43	-34

Fonte: RAIS (2024).

Estudando-se a Tabela 9, houve manutenção da perda na especialização de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos tal qual no último período (0,55 em 2002) e seu resultado foi inferior e igual a 0,65 em 2003 e 0,43 em 2006.

Em contrapartida, a construção civil manteve especialização e com resultados iguais a 2,31 em 2003 e 1,30 em 2006, restando evidente uma continuação do cenário visto no último período e sugerindo expansão da rede urbana de Cafelândia, mesmo que com relativa desaceleração, pelo fato de os postos de empregos formais terem reduzido 63% e a variação do QL ter encolhido em 44%.

Com a redução da construção civil, é evidente que a indústria de produtos minerais não metálicos, ramo que produz insumos para a construção civil, acompanhou esse processo, o que se comprovou, pois foi especialização em 2003 com QL igual a 1,47, mas deixou de ser em 2006 com resultado inferior e igual a 0,27.

Nesse ponto em específico, a queda é vista não só no resultado do QL que considera toda a microrregião, mas no número de empregos formais ligados ao subsetor também, que, de 50 em 2003, passou para apenas 2 em 2006, sendo uma redução significativa com encolhimento de 96% (Tabela 9).

Por seu turno, o maior resultado do QL ocorreu na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que manteve resultados firmes e iguais a 2,53 e 2,71, respectivamente. A partir desses resultados, nota-se incremento na especialização do ano final em relação ao inicial.

Ao considerar as variações para esse período, o subsetor da indústria de produtos alimentícios é tido por ser o principal ramo de atividade econômica no município, especialmente para a absorção de mão de obra. Esse ramo obteve incremento de 7% no valor do QL e de 30% no quantitativo de empregos formais passando de 3.102 no ano de 2003, para 4.029 empregos formais registrados em 2006. Nesse sentido, o setor representou 22,7% de participação no total do valor adicionado fiscal para toda região, havendo destaque expresso para o sistema cooperativo de integração avícola sediado em Cafelândia pelo Ipardes (2004).

Com o bom desempenho da indústria de produtos alimentícios etc., verificou-se manutenção da especialização local em subsetores complementares como transporte e comunicações, e, de acordo com os resultados encontrados, esta atividade obteve preponderância com estabilidade no montante apontado, tendo sido de 1,02 em 2003 e 1,03 em 2006 (Tabela 9).

Também houve manutenção de especialização no subsetor de serviços de alojamento etc. com pouca variação no seu montante, resultando no QL igual a 2,08 em 2003 e 2,04 em 2006. Ainda, a variação a menor no montante do QL se deu pelo incremento positivo desse subsetor em outros municípios da microrregião de referência, considerando o incremento dos empregos formais equivalente a 3%.

Corroborando com a conexão desses ramos de serviços e de transporte e comunicações com o setor agroindustrial local, a Tabela 10 revela o incremento crescente da categoria de produção industrial etc. na relação dos empregos formais em grandes grupos pela CBO, cuja nomenclatura da classificação foi atualizada no ano de 2002:

Tabela 10 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2003 e 2006

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	2003	2004	2005	2006
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	4.674	4.927	5.264	5.207
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	79	97	99	115
Serviços administrativos e assemelhados	403	426	455	473
Comércio e trabalhadores assemelhados	427	488	506	566
Técnicos de nível médio	246	280	302	301
Membros superiores do poder público, dirigentes etc.	71	64	98	105
Profissionais das ciências e das artes	189	276	282	300
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	96	118	118	140
Total	6.185	6.676	7.124	7.207

Fonte: RAIS (2024).

Tal qual os períodos anteriores, a Tabela 10 demonstra o comportamento do trabalho formal em Cafelândia com grande parcela alocada na produção de bens e serviços industriais, ocasião que este grande grupo representou 75% de todos os empregos formais em 2003 e 72% em 2006.

Por fim, os resultados do QL para o quinto período ainda revelaram que Cafelândia desenvolveu uma nova especialização na indústria mecânica, com QL igual a 2,52 em 2003 e 1,16 em 2006 (Tabela 9), e, de modo semelhante às demais especializações surgidas na localidade no decorrer dos outros períodos, essa especialização se relaciona com a indústria de produtos alimentícios do local, pois

uma de suas principais funções é realizar a manutenção e reparação de maquinário pesado industrial, agropecuário e agroindustrial.

Isso ocorre em virtude de o contexto histórico socioeconômico do estado do Paraná demonstrar que a indústria mecânica se relaciona com as atividades econômicas agrícolas e de agroindustrialização. Exemplificando, no ano de 1994, 90% de toda produção da indústria mecânica provinha da manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos, de refrigeração, térmicos e operacionais relacionadas à agropecuária (Ipardes, 1986; Ipardes, 1994).

Assim, pelos resultados do quinto período, tratou-se de momento de maior estabilidade e expansão da distribuição produtiva de Cafelândia, ao passo que o principal setor econômico do local manteve fortalecimento e demais subsectores relacionados refletiram o bom desempenho com manutenção de suas especializações.

5.6 SEXTO PERÍODO – ENTRE 2007 E 2010

O sexto período de análise do QL de Cafelândia foi determinado pelos anos de 2007 e 2010. Pela Tabela 11, vê-se que o setor produtivo do município obteve redução de especializações acumuladas no período anterior:

Tabela 11 – Especializações de Cafelândia entre 2007 e 2010

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais		(Δ%) Nº empregos formais 2007/2010	QL 2007 e 2010		(Δ%) QL 2007/2010
	2007	2010		2007	2010	
Ind. mecânica	25	11	-56	1,43	0,35	-76
Ind. produtos alimentícios etc.	4.864	5.418	11	2,51	2,47	-2
Construção civil	366	659	80	1,93	1,89	-2
Serviços em Alojamento etc.	1.674	1.312	-22	1,94	1,83	-6
Transporte e comunicações ↓	128	166	30	0,8	0,63	-21
Ind. produtos minerais não metálicos ↓	1	20	1.900	0,04	0,6	1.400

Fonte: RAIS (2024).

Conforme a Tabela 11 acima, o cenário apresentado revela encolhimento do setor produtivo, pois perdeu as concentrações nos subsetores de transporte e comunicações e na indústria de produtos minerais não metálicos existentes no quinto período (Tabela 9). Assim, houve a preponderância de 4 especializações no total para os dois anos, sendo todas manutenções dos períodos anteriores: 4 especializações em 2007 e 3 em 2010.

Além disso, todas as 4 especializações mantidas neste sexto período obtiveram um decréscimo no montante de seus valores do QL, mesmo com aumento no número de empregos formais distribuídos na maioria desses subsetores. Desse modo, é crível constatar que, para estes casos, a redução no resultado do QL revela que Cafelândia obteve crescimento, mas aquém da microrregião de referência.

Primeiramente, a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico obteve resultados de QL com ligeira diminuição: 2,51 em 2007 e 2,47 em 2010. Ainda assim, houve incremento no número de empregos formais correspondente a 11%, passando de 4.864 em 2007, para 5.418 em 2010.

Os resultados nos ramos de atividades relacionados obtiveram dinâmicas semelhantes, mas com redução no número de empregos formais: serviços em alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc. mantiveram QL significativo e igual a 1,94 em 2007 e 1,83 em 2010 e os empregos formais do subsetor encolheram 22%; também, a indústria mecânica obteve resultado preponderante no QL em 2007 e igual a 1,43, mas queda em 2010 com resultado igual a 0,37, o que representou uma variação negativa de 76%.

Nos subsetores que deixaram de ser especializações, tem-se que a indústria de produtos minerais não metálicos obteve QL igual a 0,04 em 2007 e 0,60 em 2010, e o subsetor de transporte e comunicações apresentou resultados inferiores de 0,80 em 2007 e 0,63 em 2010. Em contrapartida, nesses dois ramos, ocorreu variação positiva no número de empregos formais (Tabela 11).

Como previamente aludido nos períodos anteriores, a representatividade da agroindústria em Cafelândia também ocorre através do terceiro setor da economia no local e pode ser mais bem visualizada com a interpretação conjunta dos resultados do QL para a indústria de produtos alimentícios etc. com o de serviços em alojamento etc.

Nesse sentido, é relevante considerar a classificação dos vínculos formais em grandes grupos dada pela CBO que categoriza os empregos formais de maneira

diferente dos subsetores do IBGE. A Tabela 12 a seguir comprova o incremento crescente na mão de obra para bens e serviços industriais em Cafelândia acima do relatado na Tabela 10:

Tabela 12 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2007 e 2010

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	2007	2008	2009	2010
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	6.230	6.636	6.369	6.547
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	140	157	193	202
Serviços administrativos e assemelhados	534	562	670	668
Comércio e trabalhadores assemelhados	653	721	750	771
Técnicos de nível médio	283	338	368	388
Membros superiores do poder público, dirigentes etc.	113	101	116	118
Profissionais das ciências e das artes	304	308	325	320
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	157	193	202	192
Total	8.414	9.011	8.953	9.168

Fonte: RAIS (2024).

Dessa forma, a categoria de produção de bens e serviços industriais representou 74% de todos os empregos formais em 2007 e 71% no ano de 2010. Esse grupo cresceu 5% entre os anos inicial e final e, de acordo com o apontado por Ferrera de Lima e Alves (2011), esse período marca o início de um aprofundamento da base produtiva cafelandense voltada para os segundo e terceiro setores da economia.

Esse comportamento é igualmente visível nos resultados do QL, pois, embora o local tenha perdido especializações com relação ao quinto período e dentro de um cenário de crise econômica mundial, os principais subsetores mantiveram especialização, bem como a construção civil, que teve resultado igual a 1,93 em 2007 e 1,89 em 2010.

No entanto, o aprofundamento da base pode revelar também uma base de pouca diversificação, pois Ilha, Leismann e Rippel (2011) puderam visualizar uma relação de dependência moderada entre o crescimento da indústria de alimentos da agroindústria cooperativista do local com o crescimento econômico do próprio município.

5.7 SÉTIMO PERÍODO – ENTRE 2011 E 2014

O sétimo período de análise das atividades locacionais em Cafelândia determinou 2011 como ano inicial e 2014 como ano final. Nesse momento, o setor produtivo do município obteve 4 especializações no total, não havendo diferença no quantitativo de especializações com relação ao sexto período. No entanto, de acordo com a Tabela 13, houve diferença no qualitativo das especializações, isto é, não são os mesmos subsetores do período anterior.

Dessa forma, houve o ressurgimento de uma especialização (comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos) e perda de uma especialização existente no período anterior (indústria mecânica), com a preponderância de 3 especializações no ano de 2011 e de 4 especializações no ano de 2014:

Tabela 13 – Especializações de Cafelândia entre 2011 e 2014

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 2011 e 2014		(Δ%) Nº empregos formais 2011/2014	QL 2011 e 2014		(Δ%) QL 2011/2014
	Com. e adm. de imóveis, valores mob. e ser. técnicos. ↑	34	1.768	5.100	0,31	2,44
Ind. produtos alimentícios etc.	5.610	4.618	-18	2,48	2,31	-7
Construção civil	708	603	-15	1,85	1,53	-17
Serviços em Alojamento etc.	1.566	1.782	14	1,94	1,93	-1
Ind. mecânica ↓	28	43	54	0,5	0,52	4

Fonte: RAIS (2024).

Interpretando-se a Tabela 13, evidencia-se que 3 subsetores mantiveram suas especializações no decorrer do sétimo período. Outrossim, todas essas atividades reduziram o valor do seu QL no ano final. A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico obteve novamente diminuição do QL, embora com manutenção de resultados locacionais representativos e iguais a 2,48 em 2011 e 2,31 em 2014.

A preponderância obteve encolhimento de 7%, mas a maior diferença se deu no número de empregos formais distribuídos diretamente para o subsetor, que

também diminuiu, passando de 5.610 empregos formais em 2011 para 4.618 em 2014, ou seja, uma queda de 18%.

No entanto, ao ter em mente a dinâmica produtiva do local, verifica-se que as atividades do terceiro setor costumam se relacionar com a demanda e segmentação de mão de obra da indústria de produtos alimentícios instalada na localidade, sendo que se observou que a atividade de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos voltou a ser uma especialização no ano final de 2014 com resultado do QL igual a 2,44. O valor é significativo e representa uma variação positiva de 687%, uma vez que os empregos formais eram 34 em 2011 e saltaram para 1.768 em 2014.

De modo parecido, serviços em alojamento etc. obtiveram aumento no número de empregos formais distribuídos, com um incremento equivalente a 14%, passando de 1.566 empregos formais em 2011 para 1.762 no ano de 2014. Também, o resultado do seu QL, embora em decréscimo, manteve relativa estabilidade, pois foi igual a 1,94 em 2011 e 1,93 em 2014.

A relação entre essas especializações reforça o cenário apontado por Ferrera de Lima e Alves (2011) com relação a um processo de aprofundamento da base de exportação cafelandense na agroindústria e em serviços. Corroborando com essa evidência, a Tabela 14 apresenta a classificação dos empregos formais em grandes grupos por CBO e demonstra o incremento crescente na categoria de trabalhadores na produção de bens e serviços industriais no decorrer dos anos:

Tabela 14 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2011 e 2014

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	2011	2012	2013	2014
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	6.983	7.125	7.358	7.827
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	219	204	232	271
Serviços administrativos e assemelhados	706	752	826	875
Comércio e trabalhadores assemelhados	815	824	852	920
Técnicos de nível médio	397	417	433	477
Membros superiores do poder público, dirigentes etc.	116	106	145	166
Profissionais das ciências e das artes	337	382	394	467
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	172	190	165	172
Total	9.745	10.000	10.405	11.175

Fonte: RAIS (2024).

Como se visualiza na Tabela 14, todos os grandes grupos da CBO obtiveram incremento no número de empregos formais, salvo o grande grupo de trabalhadores agropecuários, que manteve o montante de empregos formais igual entre os anos inicial e final. Entretanto, mesmo com aumento nas categorias de técnicos de nível médio e dos trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, a parcela mais representativa é da produção industrial, que englobou 71% de todos os vínculos em 2011 e 70% no ano de 2014. Dessa forma, demonstra-se a força direta e indireta do setor industrial em relação ao setor de serviços em Cafelândia.

Por fim, também houve preponderância no subsetor da construção civil com resultado do QL igual a 1,85 em 2011 e 1,53 em 2014, ocorrendo um encolhimento de 17%, também demonstrado no número de empregos formais distribuídos (de 708 em 2011, para 603 em 2014). Mesmo assim, a especialização se manteve, sinalizando crescimento urbano e aquecimento do mercado imobiliário no local.

Nesse contexto, os resultados do QL apresentados até este sétimo período de análise fortalecem a evidência de uma influência superior da indústria de produtos alimentícios no cenário do local, vez que se demonstra como uma atividade-chave impulsionadora de todo as demais na economia local, especialmente pela variável adotada na pesquisa demonstrar absorção representativa de mão de obra.

5.8 OITAVO PERÍODO – ENTRE 2015 E 2018

A Tabela 15 aponta os resultados do QL do oitavo período tendo 2015 como ano inicial e 2018 como ano final. Evidencia-se que o setor produtivo do município obteve transformações positivas, especialmente com relação ao sétimo período, vez que, naquela ocasião, havia desenvolvido 4 especializações, e nesta fase, somou 6 especializações no total.

Destas 6, duas foram readquiridas no ano final de 2018 (transporte e comunicações e ensino), e as outras 4 especializações foram mantidas por estarem presentes desde os períodos anteriores. Por fim, quanto às especializações mantidas, somente duas permaneceram no ano final de 2018:

Tabela 15 – Especializações de Cafelândia entre 2015 e 2018

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº empregos formais 2015 e 2018		($\Delta\%$) Nº empregos formais 2015/2018	QL 2015 e 2018		($\Delta\%$) QL 2015/2018
Transporte e comunicações. ↑	318	398	25	0,71	1,03	45
Ensino. ↑	77	85	10	0,91	1,11	22
Ind. produtos alimentícios etc.	5.585	5.687	2	2,39	2,47	3
Construção Civil.	545	150	-72	1,46	0,68	-53
Com. e adm. de imóveis, valores mob. e ser. técnicos.	833	688	-17	2,05	1,83	-11
Serviços em alojamento etc.	1.531	442	-71	1,86	0,88	-53

Fonte: RAIS (2024).

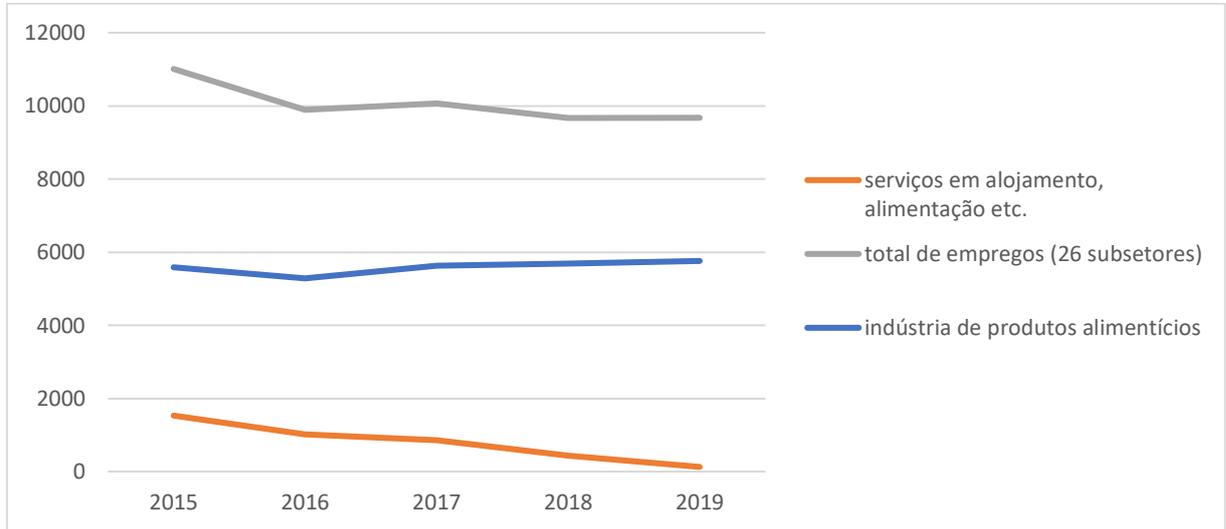
A princípio, dos subsetores mantidos no oitavo período, o único que obteve incremento entre os anos dados foi a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, e os resultados do seu QL foram iguais a 2,39 em 2015 e 2,47 em 2018, um crescimento equivalente a 3%. Por outro lado, os demais subsetores decaíram em seus resultados no ano final, como é o caso da construção civil, com resultado do QL inicial igual a 1,46 em 2015, mas em 2018 reduziu-se para 0,68, deixando de ser uma especialização.

Ainda, a construção civil demonstrou diminuição no número de empregos formais: possuía 545 empregos formais em 2015 e passou para 150 em 2018, o que foi um encolhimento de 72%. No entanto, esse enfraquecimento não é uma novidade, pois, desde o sétimo período, o subsetor vinha apresentando diminuição de sua representatividade, e o subsetor de comércio e administração de bens imóveis etc. também obteve diminuição no resultado do QL, que foi igual a 2,05 em 2015 e 1,83 em 2018. Assim, o ramo manteve especialização, mas com encolhimento de 11%.

Por sua vez, o ramo de serviços em alojamento etc. manteve preponderância, mas apenas no ano de 2015 com resultado igual a 1,86, de modo que deixou de ser uma especialização em 2018 com resultado inferior e igual a 0,88. Essa situação foi peculiar porque o subsetor acompanhou um processo de distribuição produtiva no município desde 1994, e no último período de análise havia crescido 14% no número de empregos formais distribuídos. Nesse sentido, o Gráfico 3 apresenta o número de

empregos formais para este subsetor em conjunto com a indústria de alimentos e o total de empregos formais:

Gráfico 3 – Empregos formais em Cafelândia entre 2015 e 2019



Fonte: RAIS (2024).

Conforme a representação do Gráfico 3, observa-se que, no decorrer deste oitavo período, houve diminuição no número de relações empregatícias do subsetor de serviços em alojamento em paralelo a uma diminuição vista nos empregos formais totais, evidenciando-se que a perda de especialização ocorreu em virtude de um enfraquecimento desse ramo de atividade no local.

Embora o total de empregos formais tenha decaído e de maneira simultânea ao número de empregos formais do subsetor de serviços sob estudo, o subsetor da indústria de produtos alimentícios manteve estabilidade com ligeiro incremento, o que pode ser também observado pela Tabela 16, considerando que, entre 2015 e 2018, seu número de empregos formais obteve crescimento de 1,8%, indo ao encontro da variação positiva no resultado do seu QL (2,39 e 2,47). Por outro lado, os empregos formais do subsetor de serviços encolheram e de forma representativa em 71%; já os dados referentes aos empregos formais total no período diminuiu 12%:

Tabela 16 – Empregos formais em Subsetores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Cafelândia de 2015 a 2018

Subsetor Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ano	2015	2016	2017	2018
Ser. em alojamento etc.	1.531	1.025	854	442
Ind. produtos alimentícios etc.	5.585	5.284	5.635	5.687
TOTAL (em todos 26 subsectores IBGE)	11.010	9.897	10.064	9.670

Fonte: RAIS (2024).

Por seu turno, ao já ter se verificado peculiaridade na dinâmica do setor produtivo cafelandense por possuir relação de proximidade entre seus segundo e terceiro setores, evidencia-se pela classificação da CBO em grandes grupos da Tabela 17 que o período de 2015 e 2018 representou queda nos empregos formais em 5 grandes grupos, inclusive na produção de bens e serviços industriais, com encolhimento de 18%. Por outro lado, outras categorias de serviços, segundo a CBO, não obtiveram quedas ou diminuições representativas, caso de trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, serviços administrativos e assemelhados e/ou técnicos de nível médio:

Tabela 17 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2015 e 2018

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	2015	2016	2017	2018
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	7.447	6.374	6.404	6.036
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	302	301	318	313
Serviços administrativos e assemelhados	984	967	1.032	1.047
Comércio e trabalhadores assemelhados	926	918	936	913
Técnicos de nível médio	486	469	478	484
Membros superiores do poder público, dirigentes etc.	177	151	186	170
Profissionais das ciências e das artes	503	510	488	488
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	185	207	222	219
Total	11.010	9.897	10.064	9.670

Fonte: RAIS (2024).

Ao interpretar a classificação dos vínculos formais entre subsectores do IBGE, a CBO e os resultados do QL, verifica-se a permanência de relação próxima entre a indústria de produtos alimentícios com subsectores do terceiro segmento. No entanto,

o oitavo período de análise, em específico, representou desaceleração das atividades relacionadas a serviços, o que pode ter ocorrido por diminuição na produtividade da agroindústria cooperativista entre 2015 e 2018 (Copacol, 2018).

Em contrapartida, readquiriu-se especialização em transporte e comunicações com resultados do QL iguais a 0,71 em 2015 e 1,03 em 2018. Esta atividade esteve presente entre o primeiro e o quinto períodos de análise (1987/2006). Também, demonstrou desenvolvimento de especialização no ensino com QL igual a 0,91 em 2015 e 1,11 em 2018. Os empregos formais neste subsetor obtiveram incremento de 10% entre os anos dados e suas atividades podem estar atreladas a uma instituição de ensino superior localizada no município e treinamentos do setor industrial.

5.9 NONO PERÍODO – ENTRE 2019 E 2022

O nono e último período de análise do QL no setor produtivo de Cafelândia estabeleceu 2019 como ano inicial e 2022 como ano final. De acordo com a Tabela 18, houve a preponderância de especializações em 6 subsetores distintos entre os dois anos. Destas, 5 especializações ocorreram em 2019 e 3 especializações em 2022, havendo mudanças entres os anos inicial e final, com a manutenção de apenas duas especializações nos dois anos. Além disso, houve o desenvolvimento de uma outra nova especialização inespecífica:

Tabela 18 – Especializações de Cafelândia entre 2019 e 2022

SUBSETOR IBGE/ANO	Nº de empregos formais 2019 e 2022		($\Delta\%$) Nº de empregos formais 2019/2022	QL 2019 e 2022		($\Delta\%$) QL 2019/2022
	2019	2022		2019	2022	
Ind. metalúrgica ↑	76	59	-22	1,06	0,77	-27
Não classificados ↑	0	54	-	-	1,79	-
Ind. produtos alimentícios etc.	5.760	5.452	-5	2,49	2,58	4
Construção Civil	290	209	-28	1,12	0,8	-29
Com. e adm. de imóveis, valores mob. e ser. técnicos.	714	765	7	1,88	1,74	-7
Transporte e comunicações	440	407	-8	1,1	0,83	-25
Serviços em alojamento etc. ↓	128	202	58	0,31	0,53	71
Ensino ↓	81	57	-30	0,64	0,95	48

Fonte: RAIS (2024).

Analisando-se esses resultados e ao nos atentarmos para o lapso temporal do nono período, vê-se que se tratou de momento com circunstâncias delicadas e específicas em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), o que gerou um problema de saúde pública no mundo, impactando o cenário econômico de mesma forma. O evento foi diferenciado e modificou drasticamente as interações sociais, especialmente as relações de trabalho. Assim, verificou-se maior variação nas especializações existentes, bem como surgimento de uma especialização sem classificação no ano final de 2022.

Dentro deste cenário, o desenvolvimento da atividade especializada sem classificação pode estar ligado aos empregos formais do tipo *home office* que se popularizaram em meio a medida de quarentena. Essa especialização sem classificação passou de 0 para 54 empregos formais em Cafelândia e obteve QL igual a 1,79 em 2022.

Quanto aos subsetores que mantiveram especialização acumulada e no nono período, tem-se a indústria de produtos alimentício com resultado preponderante do QL, mas que encolheu 5% nos empregos formais, o que se explica pela queda do QL médio na microrregião de referência para este subsetor.

A Tabela 19 expõe esse enfraquecimento que ocorreu em conjunto com uma diminuição no número total de empregos formais em Cafelândia também. O decréscimo para a produção de bens e serviços industriais foi de 10% entre 2019 e 2022, com o movimento de queda precisamente entre 2021 e 2022:

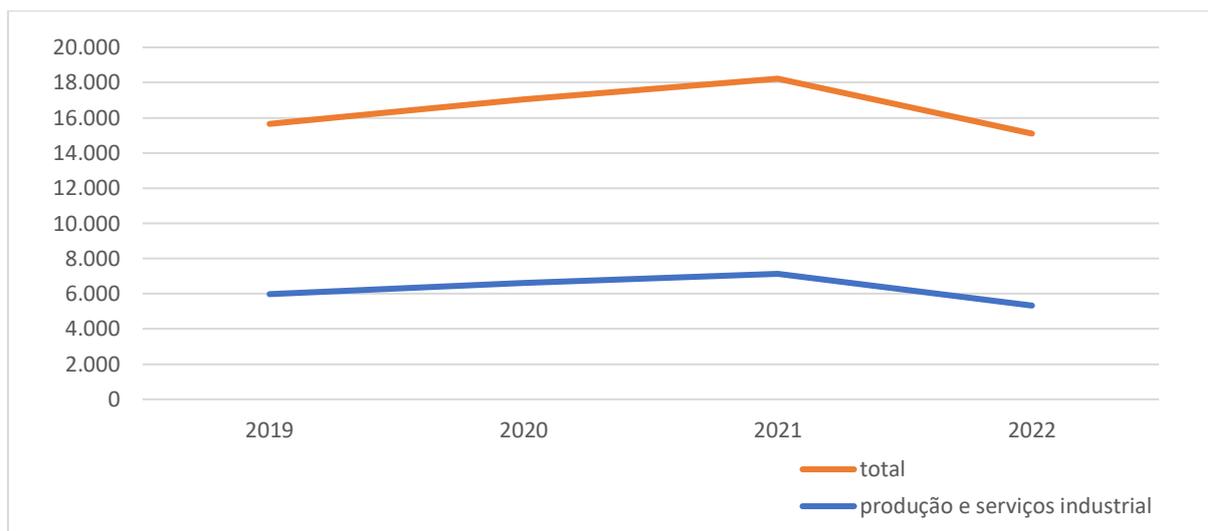
Tabela 19 – Trabalhadores em Cafelândia entre 2019 e 2022

Trabalhadores segundo a classificação brasileira de ocupações/ano	2019	2020	2021	2022
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	5.977	6.619	7.131	5.327
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	323	324	317	323
Serviços administrativos e assemelhados	1.064	1.068	1.139	971
Comércio e trabalhadores assemelhados	906	968	960	1.400
Técnicos de nível médio	474	506	533	545
Membros superiores do poder público, dirigentes etc.	195	153	226	242
Profissionais das ciências e das artes	517	558	568	642
Agropecuários, florestais, da pesca etc.	217	217	216	323
Total	9.673	10.413	11.090	9.773

Fonte: RAIS (2024).

Igualmente, o Gráfico 4 a seguir aponta um movimento de mesmo sentido, com diminuição do número de empregos formais para a categoria da produção de bens e serviços industriais e do total de empregos formais registrados em Cafelândia, o que ocorreu pela crise na saúde pública ter seu ápice entre 2021 e 2022:

Gráfico 4 – Número de empregos formais em Cafelândia entre 2019 e 2022



Fonte: RAIS (2024).

Já o subsetor de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, que se alinha, em partes, com a segmentação de empregos formais da indústria de produtos alimentícios no local junto com serviços em alojamento etc., manteve preponderância do QL com relativa estabilidade e ligeiro aumento no número de empregos formais. Ainda assim, esse ramo obteve variação negativa de 7% entre os anos inicial e final, pois o resultado do QL foi de 1,88 em 2019 e 1,74 em 2022, considerando-se que não acompanhou o mesmo crescimento da microrregião de referência (Tabela 18).

Outros segmentos também se tornaram especializações de maneira pontual e apenas no ano de 2019, seguidos por diminuição no QL e no número de empregos formais no ano final de 2022. Estes demonstraram ter sofrido de forma mais contundente os reflexos do contexto de crise macroeconômica, como se a pandemia de Covid-19 tivesse freado sua preponderância.

Esses ramos de atividades são o subsetor de transporte e comunicações, que obteve QL igual a 1,10 em 2019, mas inferior em 2022 e igual a 0,83; a indústria metalúrgica, que obteve resultado preponderante em 2019, ressurgindo-se como nova

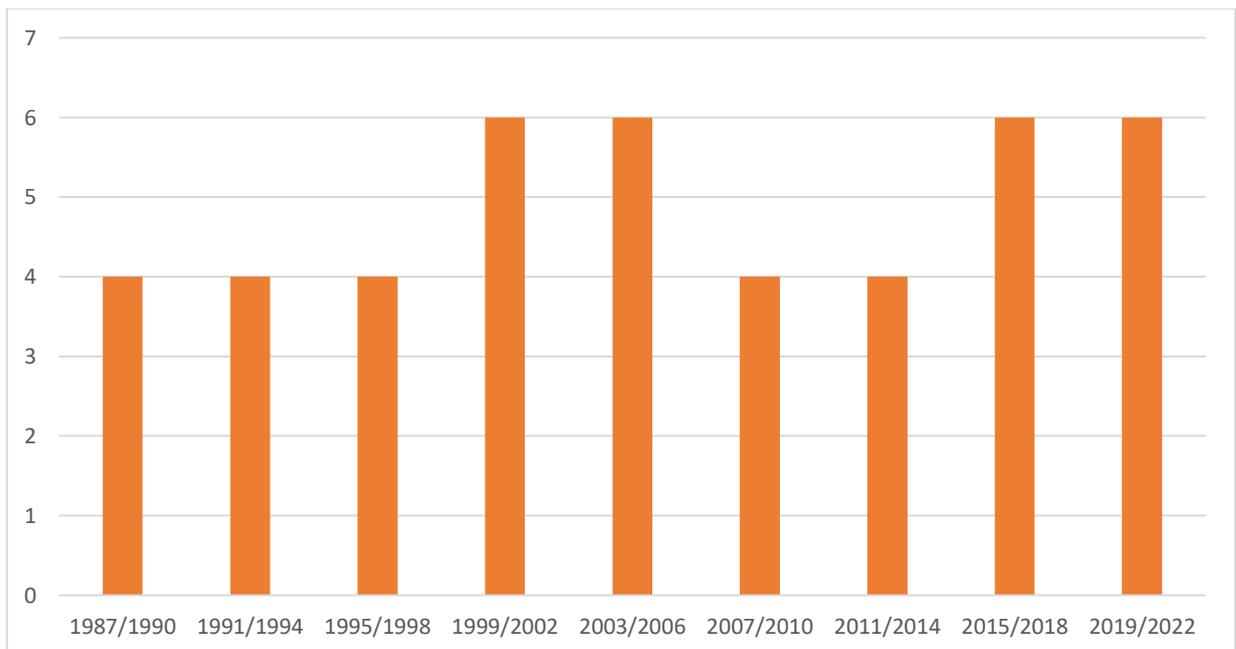
especialização e de resultado igual a 1,06, mas deixando de o ser em 2022, com valor inferior e igual a 0,77; e, por fim, a construção civil, que obteve resultado do QL igual a 1,12 em 2019, mas de 0,80 em 2022.

5.10 ASPECTOS GERAIS DAS ESPECIALIZAÇÕES ENTRE 1987 E 2022

Após a análise do QL para Cafelândia período por período, no presente tópico realiza-se uma exposição dos principais resultados sobre o comportamento do setor produtivo, observando-se que a distribuição econômica de atividades apresentou alterações no decorrer do tempo e algumas atividades se destacaram por apresentar resultados de maior preponderância do que outras. Deste modo, o comportamento do setor produtivo se deu por meio do desenvolvimento e manutenção dessas especializações.

Considerando esse cenário, o Gráfico 5 apresenta o número total de especializações desenvolvidas em cada período de análise do QL. Os períodos que apresentaram melhor desempenho, em igualdade de resultados, foram o quarto, quinto, oitavo e o nono períodos, com o desenvolvimento de 6 especializações; os demais períodos apresentaram 4 especializações cada um:

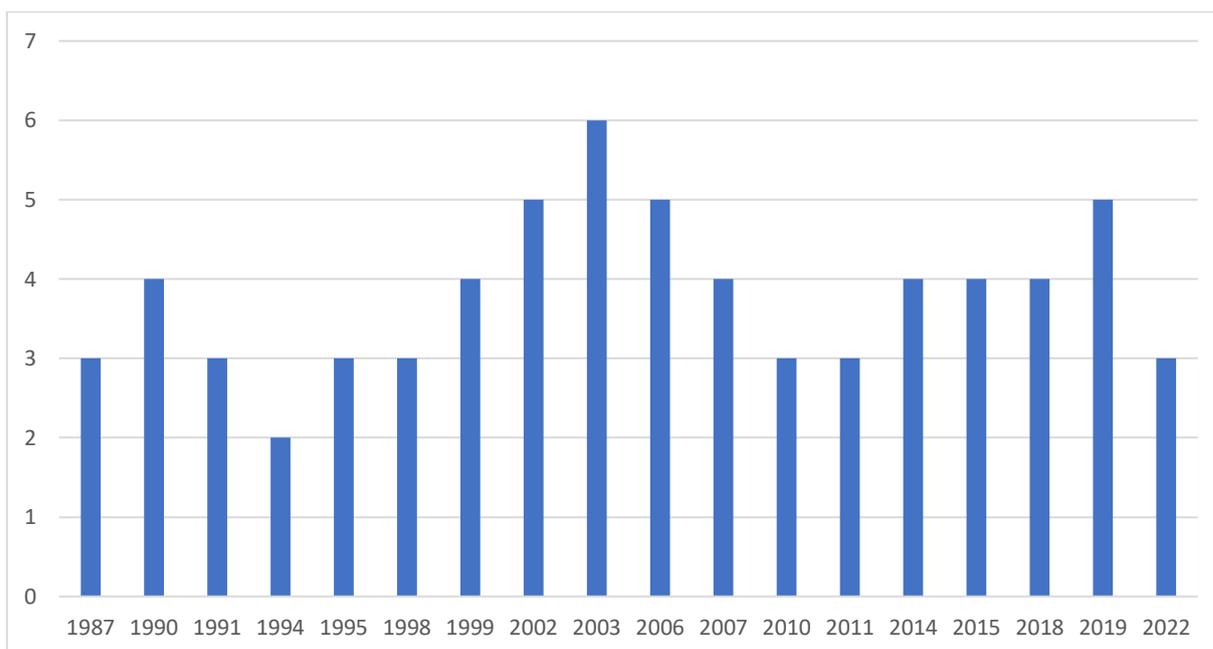
Gráfico 5 – Número de especializações em Cafelândia por período



Fonte: RAIS (2024).

Na sequência, o Gráfico 6 apresenta o resultado que corresponde ao número de especializações desenvolvidas em cada um dos 18 anos determinados como base do QL entre 1987 e 2022. Percebe-se que, em termos anuais, 1994 foi o ano que apresentou a menor diversificação, com duas especializações e 2003 apresentou a maior diversificação, com 6 especializações:

Gráfico 6 – Número de especializações em Cafelândia por ano



Fonte: RAIS (2024).

Pelo Gráfico 6, é possível perceber que os momentos de maior expansão ou encolhimento, em termos de diversificação no município, também coincidem com alguns fatores macroeconômicos perseverantes.

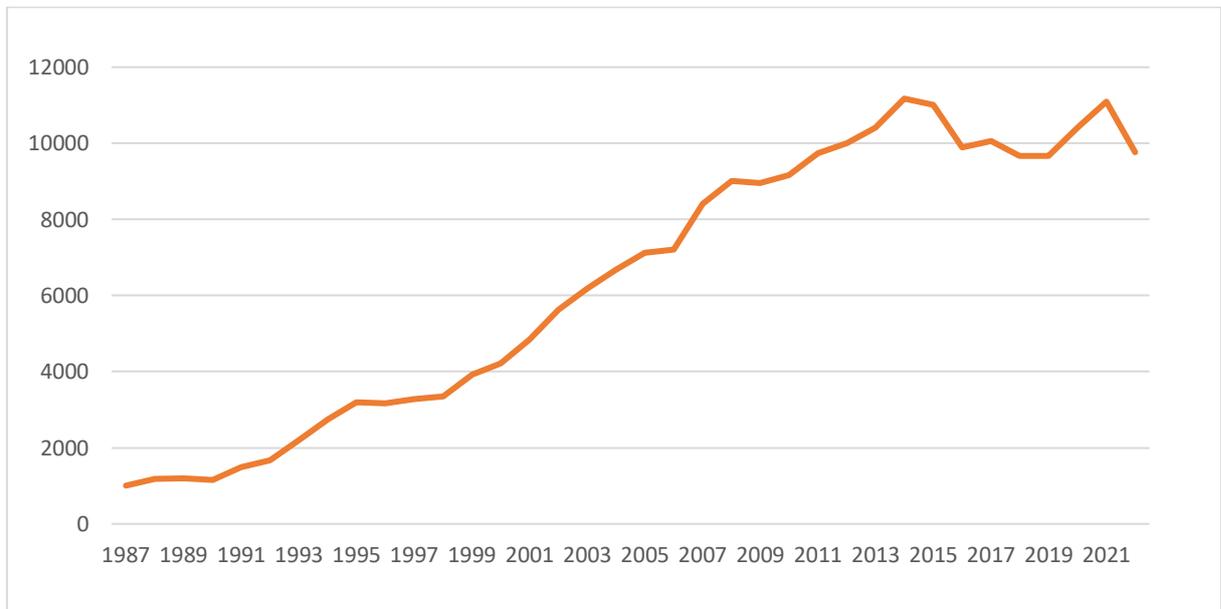
O ano de maior queda, isto é, 1994, obteve influência do processo inflacionário vindo da crise monetária e fiscal acumulada no país nos anos anteriores, afetando cada região brasileira de maneira específica, inclusive Cafelândia. Igualmente, pode-se estabelecer uma relação na redução de especializações depois do ápice de 2003, em decorrência da crise financeira global de 2008-2009 originada nos EUA pelo colapso das hipotecas *subprime*, situação que além de outros prejuízos, afetou as exportações de maneira especial (Bresser-Pereira; Gonzalez; Lucinda, 2008; Lourenço, 2010; Silva, 2014).

Em contrapartida, o ano de 2003 representou a maior diversificação (Gráfico 6), tendo o momento refletido o cenário macroeconômico nacional e internacional

favorável para as exportações do agronegócio brasileiro: base econômica da região Oeste do Paraná. Tal fator possibilitou o desenvolvimento de outros ramos de atividades com maior facilidade (Lourenço, 2010; Fernandes; Cunha, 2011; Ferrera de Lima; Eberhardt; Barros, 2011).

Considerando essas representações em conjunto com os dados de empregos formais total do município, especialmente aos correspondentes dessa fase de menor diversificação nas Tabelas 4 e 6, nota-se que, embora tenha ocorrido redução da base produtiva especializada, os dados de empregos formais registrados continuaram crescendo com números expressivos. O Gráfico 7 a seguir apresenta esse crescimento no decorrer dos anos:

Gráfico 7 – Número de empregos formais em Cafelândia entre 1987 e 2022



Fonte: RAIS (2024).

Conforme as análises feitas nas seções anteriores com relação a cada período do QL, evidencia-se que essa absorção de empregos formais ocorreu em virtude da existência de um segmento agroindustrial representativo, o qual, como explanado no segundo período pelas Tabelas 3 e 4, trata-se do ramo de atividade da indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico, representado pela cooperativa Agroindustrial Consolata – Copacol (Ipardes, 1999; Ferrera de Lima; Alves, 2011; Vicente, 2012; Colla *et al.*, 2013).

Buscando compreender melhor essa e as demais interações nas atividades com maior preponderância para a distribuição produtiva do local e de forma ampliada,

a Tabela 20 apresenta os subsetores que em algum momento se tornaram especializações por número de vezes que se desenvolveram:

Tabela 20 – Subsetores especializados em Cafelândia entre 1987 e 2022

Subsetor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Nº de vezes QL especializado
Ind. prod. alimentícios etc.	13
Serviços em alojamento etc.	12
Transporte e comunicações	12
Com. e adm. de imóveis, ... e ser. técnicos	9
Construção civil	9
Ind. prod. minerais não metálicos	4
Ind. metalúrgica	3
Ind. mecânica	3
Ensino	1
Agricultura	1
Não classificados	1

Fonte: RAIS (2024).

Assim, podem-se visualizar quais atividades foram mais ou menos preponderantes no decorrer do tempo. De antemão, o subsetor que mais preponderou no município como especialização foi justamente a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, a qual apareceu por 13 vezes. Essa especialização obteve o maior valor do QL em montante registrado para Cafelândia durante todo o estudo, o que ocorreu precisamente no primeiro período com resultado igual a 5,94 em 1990 (Tabela 1). Além disso, o subsetor permaneceu com demais resultados igualmente relevantes e acima de 2 durante os segundo, quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono períodos (Tabelas 3, 9, 11, 13, 15 e 18).

Notadamente já reconhecido, esse ramo de atividade é representado pela agroindústria cooperativista de integração avícola sediada em Cafelândia. De acordo com o representante desse segmento, o crescimento da produção de carne de aves se deu de forma escalada, pois, no primeiro ano de atividades, realizou o abate de 25 mil aves ao mês, enquanto atualmente efetiva em média 700 mil aves por dia (Copacol, 2024).

No decorrer desse tempo, a agroindústria passou a integralizar pescados (tilápia) e suínos, conquanto a parcela mais significativa permaneça na avicultura, que

representa 48,84% de todo faturamento bruto (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000; Vicente, 2012).

Analisando a representatividade da renda produzida por esta agroindústria, Ferrera de Lima, Eberhardt e Barros (2011, p. 118) apontam que “[...] Cafelândia possui mais de 50% do seu PIB no setor secundário, devido a atuação da Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL)”. A Figura 2 a seguir expõe uma fotografia do seu atual complexo no município:

Figura 2 – Indústria de Produtos Alimentícios em Cafelândia – Paraná (2023)

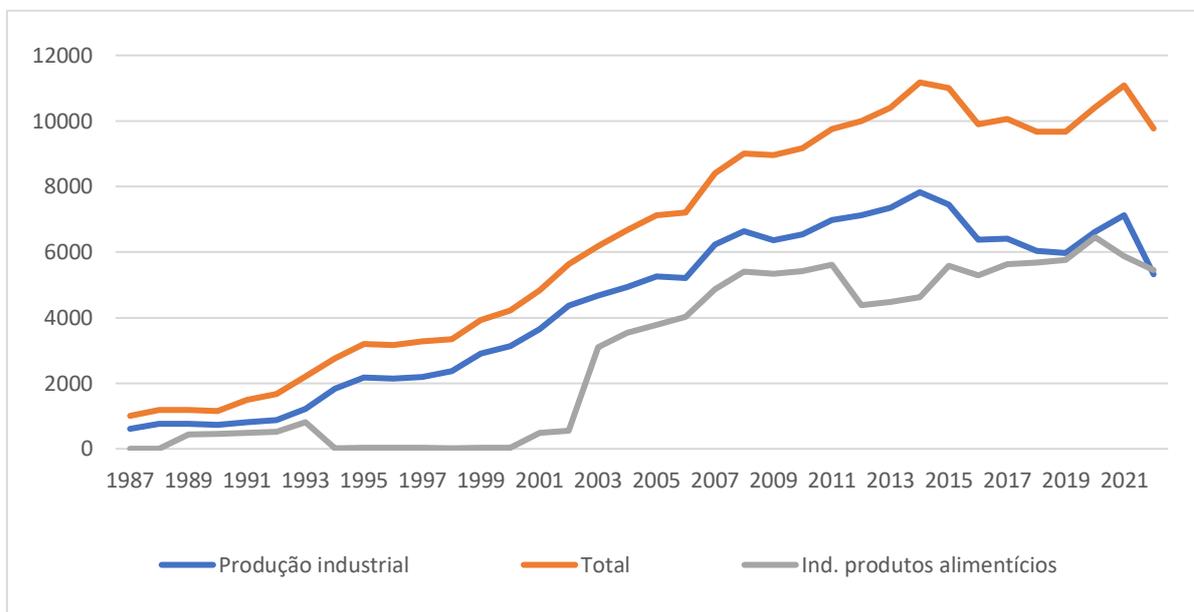


Fonte: Copacol (2023a).

Outros estudos sobre a região Oeste do Paraná, como os realizados por Rippel (1995), Piffer (2009), Madureira (2012), Willers (2015) e Alves (2016b) indicaram que os complexos agroindustriais atuam através de uma ampla variedade de processos e serviços, demandando por uma complexa absorção e segmentação de mão de obra, tanto a jusante como a montante. Essa demanda pode ser vista ao se verificar a evolução do número de empregos formais total de Cafelândia com relação aos vínculos distribuídos no subsetor da indústria de produtos alimentícios, bebidas e

álcool etílico do IBGE e do grande grupo da produção de bens e serviços industriais da CBO no local (Gráfico 8):

Gráfico 8 – Representatividade empregos formais industriais em Cafelândia



Fonte: RAIS (2024).

Conforme o Gráfico 8, especialmente nos segundo e quarto períodos de análise (Tabelas 3, 4, 9 e 10), percebe-se uma queda no número de empregos formais distribuídos especificamente na indústria de produtos alimentícios entre 1993 e 2003; no entanto, a grande fatia dos empregos formais se manteve alocada no grande grupo da produção industrial segundo a classificação da CBO em grandes grupos durante todo o período de 1987 a 2021.

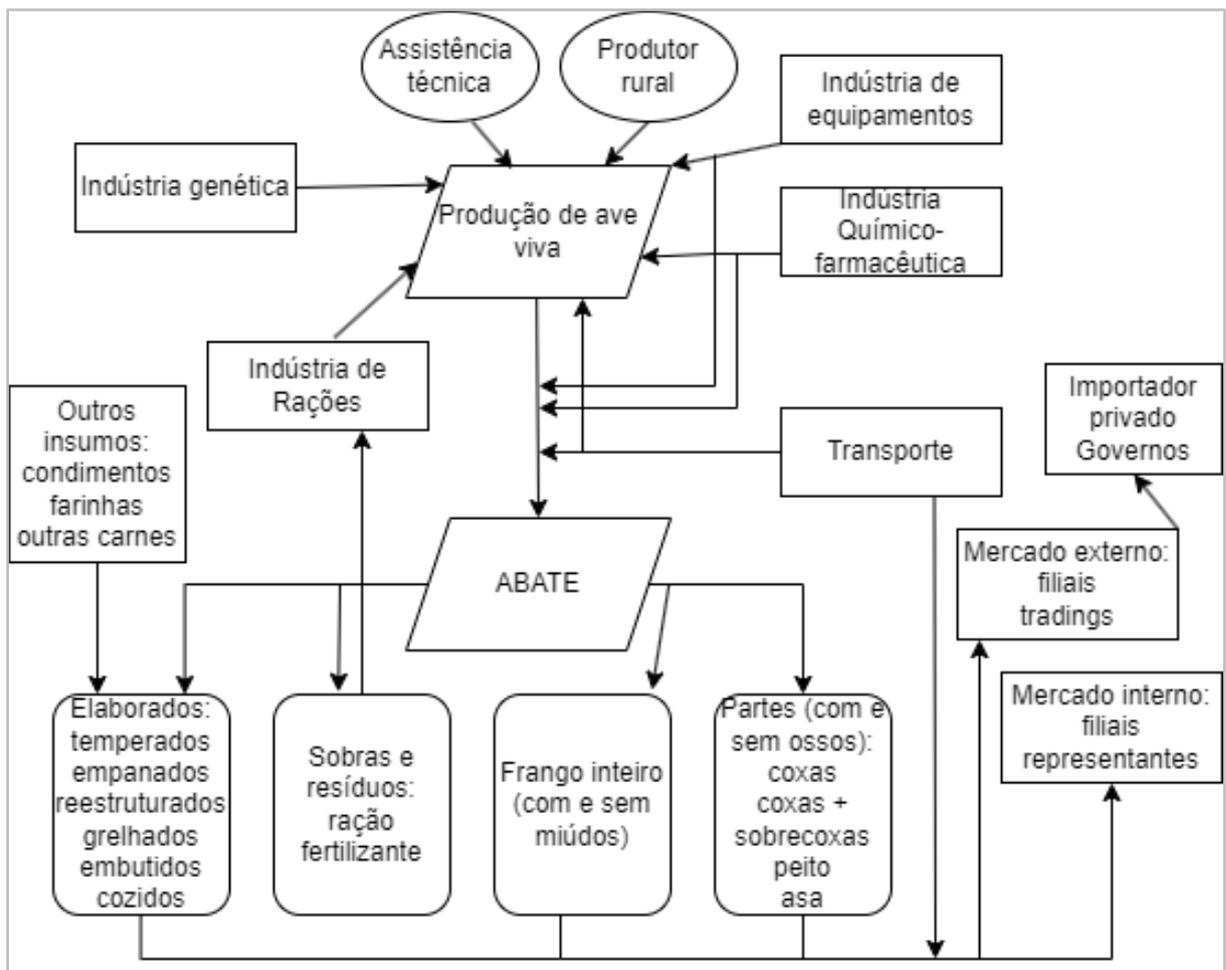
Desta forma, considerando tanto o embasado pela literatura, como o crescimento sustentado na agroindústria de alimentos e as demais análises no decorrer de todos os períodos, a queda do segmento industrial de produtos alimentício entre 1994 e 2001 se relacionou com algum processo específico do complexo agroindustrial e que não se enquadrou diretamente ao subsetor da indústria de produtos alimentícios.

Por sua vez, a representatividade do grande setor de serviços se revela pela ampla variedade de processos ofertados no segmento industrial. Segundo Silva, Rippel e Ferrera de Lima (2000), uma das principais características das agroindústrias sediadas na região Oeste do Paraná é a sua capacidade de exercer domínio quase

completo de todas as etapas de produção, industrialização e comercialização. De modo semelhante, a agroindústria representante do setor em foco em Cafelândia realiza tanto o beneficiamento como a secagem, armazenagem, industrialização e comercialização da produção vinda de seus cooperados (Copacol, 2023b).

Referida abordagem também é explanada no trabalho de Malassis (1975) que indica quatro ramos principais de atividades exercidas por esses tipos industriais: a) subsetor de indústrias a montante, com a atuação de fornecedores de serviços e meios de produção à agricultura; b) subsetor agropecuário; c) subsetor de indústrias a jusante por meio de indústrias agrícolas de transformação; e, d) subsetor de distribuição. Neste sentido, o fluxograma da cadeia produtiva de frango no Brasil a seguir pode conceder um parâmetro da infraestrutura e processos envolvidos (Figura 3):

Figura 3 – Fluxograma da Cadeia Produtiva de Frango do Brasil (2024)



Fonte: Adaptações da autora a partir Canever *et al.*, (1997), Madureira (2012) e Alves (2016b).

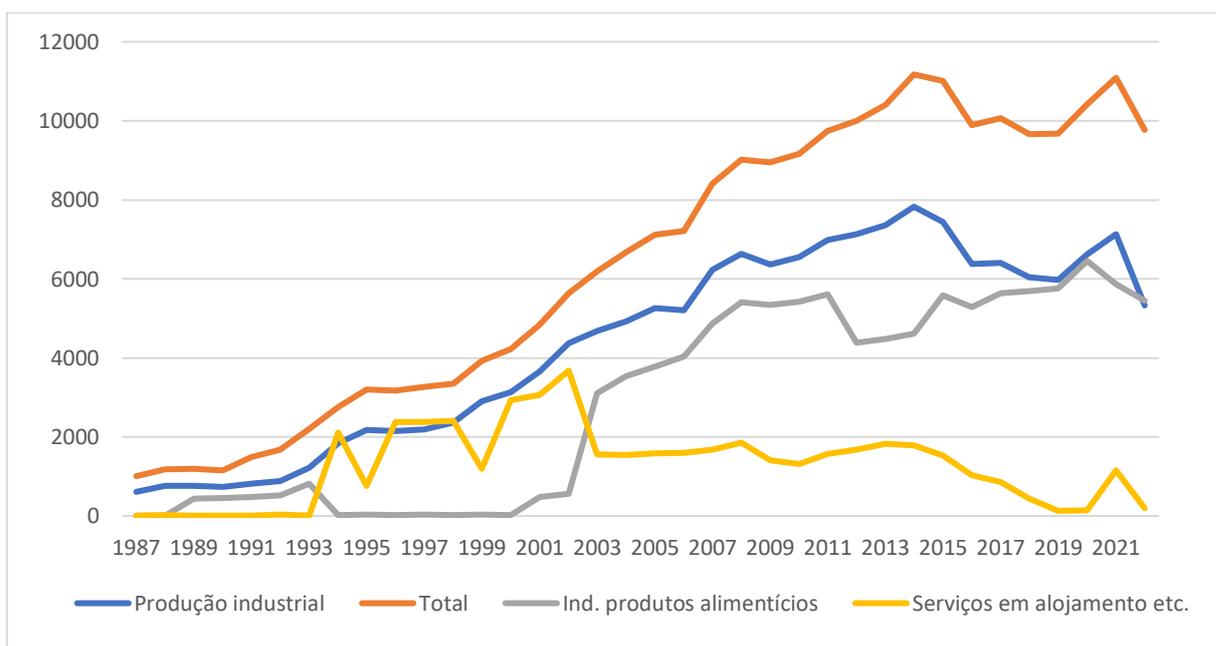
Assim, diante da conjuntura da indústria de alimentos no município, vê-se que este ramo de atividade demonstra ter a maior preponderância e impacto na estrutura produtiva de Cafelândia. Ademais, de maneira geral, observa-se que o crescimento econômico de outros subsetores com manutenção de especializações ocorreu por influência de sua atuação.

Esse é o caso dos dois subsetores secundariamente de maior destaque representados pelas especializações nos ramos de serviços em alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc. e de transporte e comunicações, pois ambos se mantiveram desenvolvidos por 12 vezes (Tabela 20).

O subsetor de serviços em alojamento etc. se manteve consistentemente como especialização e os resultados do seu QL apresentaram maior significância durante os segundo, terceiro, quarto e quinto períodos e com valores acima de 2 (Tabelas 3, 5, 7 e 9).

A conexão com a indústria de produtos alimentícios ficou em evidência pelos serviços em alojamento etc. acompanharem a preponderância da agroindústria no decorrer do tempo. Também, na análise de período por período, notou-se essa proximidade quando seus resultados foram cotejados com o número de empregos formais distribuídos em grandes grupos pela CBO, que realiza menor segmentação de dados. Essa análise pode ser visualizada pelo Gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9 – Empregos formais produção industrial em Cafelândia



Fonte: RAIS (2024).

Pelo Gráfico 9, percebe-se que houve ocasiões em que o próprio segmento da indústria de alimentos perdeu preponderância, enquanto o subsetor de serviços em alojamento etc. se desenvolveu e com número de empregos formais significativos no seu subsetor (Tabelas 3, 5 e 7). No entanto, esse momento de alternância entre as especializações chega inclusive a sobrepor os empregos formais da produção industrial pela CBO, o que se deu especificamente entre os anos de 1994 e de 1996 a 1998.

Dessa forma, considerando esses fatores, o segmento de serviços em alojamento etc. demonstra ter desempenho que acompanhou as necessidades das atividades agroindustriais do município, seja com a realização de diversas prestações de serviços, uma vez que como já visto, a cadeia produtiva avícola possui uma série de processos envolvidos (Figura 3), seja em decorrência das necessidades de seus colaboradores, que, vindos de outras localidades, precisam de serviços como os de alimentação para suprir suas necessidades básicas. Além do mais, as atividades desempenhadas na manutenção e reparação do maquinário industrial também se localizam nesse subsetor.

Diante dessa interação e em escala menor, pode-se extrair que as relações entre esses setores econômicos se assemelham aos encadeamentos produtivos de Hirschman (1961), pois a especialização mantida em serviços visa preencher lacunas da oferta de trabalho e de demais atividades demandadas pelo setor agroindustrial principal.

Em tempo, embora o estudo de Hirschman (1961) realize enfoque das cadeias produtivas e das estratégias de desenvolvimento dando maior atenção para os encadeamentos produtivos entre setores industriais, o autor voltou a falar sobre o tema mais tarde, ocasião em que expôs que os efeitos em cadeia não se limitam ao segundo setor, podendo interagir com demais setores econômicos (Hirschman, 1977).

Também, o terceiro setor é um segmento que costuma se desenvolver por último nas regiões e acompanha o desempenho dos setores relacionados com a base econômica do local ou região. Assim, o subsetor de serviços em alojamento etc. é tido como fruto dos encadeamentos produtivos para trás (a jusante) na estrutura agroindustrial de Cafelândia.

Já Boudeville (1972) e Souza (2005) correlacionam a demanda por vários processos e atividades direta ou indiretamente ligados ao setor industrial como um dos efeitos da indústria motriz de Perroux (1967). Isto posto, ocorre que os setores

industriais produzem aglomeração territorial, e, com ela, também são obtidos ganhos econômicos externos e independentes às suas atividades. Dessa maneira, a polarização humana crescente gera aumento na concentração de trabalhadores, técnicos e demais capacidades empresariais que circulam, aquecendo a economia do local.

Dando sequência à análise geral, a atividade de transporte e comunicações se desenvolveu como uma especialização em Cafelândia por 12 ocasiões. Precisamente, isso se deu durante os primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, oitavo e nono períodos (conforme Tabelas 1, 3, 5 7, 9, 15 e 18). Tal qual serviços em alojamento etc., verifica-se que essa atividade também apresenta uma relação de proximidade com as atividades do segmento agroindustrial.

Segundo North (1977a; 1977b), o desenvolvimento do setor de transportes costuma ocorrer em função das indústrias de exportação, pois elas precisam manter seus produtos básicos competitivos, de modo que reduzir os custos de transferência se torna uma parte relevante nesse processo. Outrossim, Perroux (1967) considera que o desenvolvimento do setor de transporte constitui-se num efeito típico das indústrias motrizes denominado de efeito de junção. Ele visa ampliar o mercado consumidor externo e é responsável por orientar a circulação dos produtos e capitais.

Então, considerando essa especialização local frente à realidade regional, vários autores, como Silva, Rippel e Ferrera de Lima, (2000), Piffer (2009) e Alves (2016b), dentre outros, também apontam que a região Oeste do Paraná formou eixos de transporte a partir da sua base econômica agropecuária alinhada ao dinamismo da agroindústria.

Ainda, Souza (2005) expõe que o crescimento da base industrial de uma determinada região costuma se relacionar com o desenvolvimento do setor de transporte, pois esses canais realizam uma comunicação dos pequenos centros urbanos com os polos maiores, estimulando o crescimento econômico de forma mais homogênea. Dessa maneira, a especialização em transportes e comunicação de Cafelândia foi, em grande parte, facilitada pela atuação do seu principal segmento econômico local: a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

Esta situação também pode ser verificada ao se analisar novamente a Figura 3, observando quais etapas da cadeia produtiva de frango são realizadas através do setor de transporte. Sendo assim, a construção e manutenção de boas estradas e

rodovias, além dos demais trabalhos e serviços que envolvem a logística da indústria de produtos alimentícios, necessitam do desenvolvimento deste subsetor.

Isso ocorre tanto para que a matéria-prima e demais insumos cheguem até os produtores rurais durante a fase de produção dos frangos e galinhas (a jusante) como após sua maturidade, quando a produção é levada para o abate e posterior transformação de produtos e depois distribuição na comercialização e consumo (a montante).

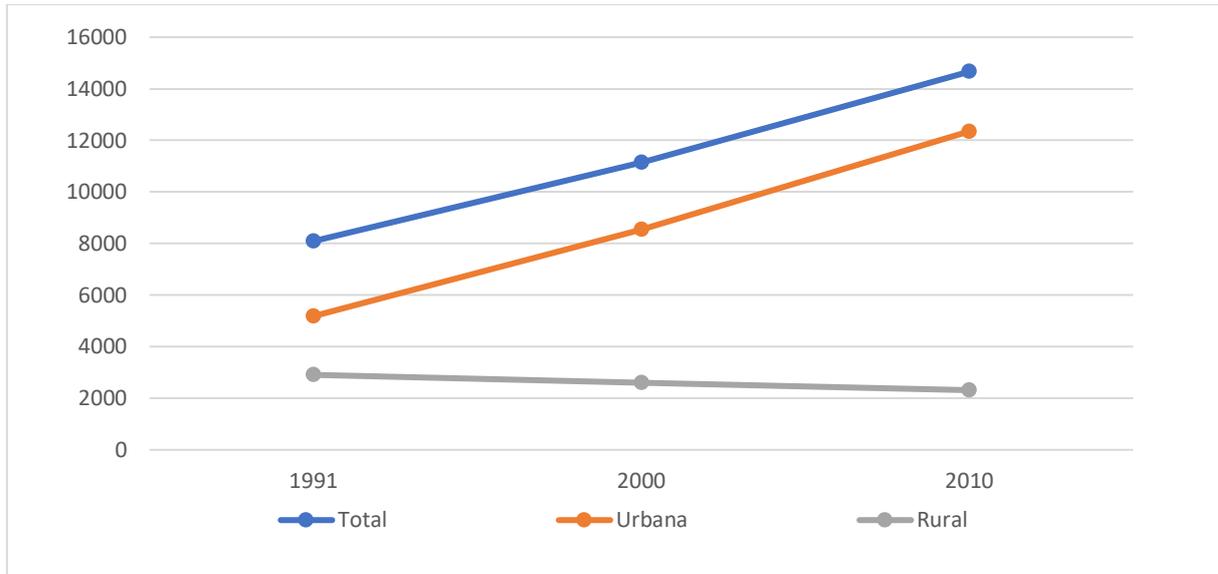
Dando-se sequência à análise, visualiza-se que, entre outros subsetores representativos, o ramo de comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos apareceu desenvolvido por 9 vezes (Tabela 20). Esse ramo se alinha com a indústria de produtos alimentícios em decorrência da categoria serviços técnicos, especialmente ao se levar em consideração o primeiro período de análise do QL (Tabela 1) em conjunto com a distribuição dos empregos formais em grandes grupos da CBO (Tabela 2).

No entanto, sua preponderância no decorrer dos demais períodos indica proximidade com o principal subsetor relacionado: a atividade da construção civil, que manteve concentração locacional por 9 vezes na distribuição produtiva. Por sua vez, o surgimento dessas especializações de forma cumulativa se interliga com a noção de expansão urbana no local.

Outrossim, mesmo que de maneira menos representativa, outros dois segmentos ligados à construção civil contribuem para essa explanação: indústria de produtos minerais não metálicos, que apresentou desenvolvimento por 4 vezes, sendo responsável por fornecer insumos e produtos base para a construção; e indústria metalúrgica, que se desenvolveu por 3 vezes a qual realiza o fornecimento de matéria-prima tanto ferrosa como outros demais materiais para infraestrutura de imóveis, residenciais ou comerciais (Ipardes, 1994).

Esses 3 subsetores junto com a atividade da construção civil se conectam com o comportamento do mercado imobiliário local, sobretudo quando se observa aumento no número de empregos formais totais no município no decorrer dos anos (Gráfico 7). Ainda, o Gráfico 10 a seguir revela que o número de habitantes da zona urbana cresceu no decorrer dos censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010 em Cafelândia (SIDRA-IBGE, 2024):

Gráfico 10 – População residente em Cafelândia entre 1991 e 2010



Fonte: IBGE – SIDRA (2024).

Comparando esse incremento, tem-se que a taxa de crescimento populacional anual de Cafelândia é representativa e maior que a do Paraná e do município polo da região, pois corresponde a 2,18%, enquanto a de Cascavel é de 1,64% e a do estado igual a 0,76%. Em mesmo sentido, a Tabela 21 revela o crescimento no número de habitantes cafelandenses no decorrer das últimas décadas (SIDRA-IBGE, 2024):

Tabela 21 – População residente em Cafelândia entre 1991 e 2022

MUNICÍPIO: CAFELÂNDIA/ANO	1991	2000	2010	2022
População total	8.093	11.143	14.662	18.997
População urbana	5.185	8.551	12.348	-
População rural	2.908	2.592	2.314	-

Fonte: IBGE – SIDRA (2024).

Corroborando com essa atração populacional, Ferrera de Lima e Alves (2011) argumentam que Cafelândia é uma localidade que passou a adquirir perfil urbano-industrial desde o início dos anos 2000, o que se foi sendo adquirido pelo fato de o local estar passando por um aprofundamento de sua base econômica voltada para os setores industrial e de serviços.

O principal motivo desse incremento pode ser explanado com o estudo de Rippel (2005), pois o autor verificou que toda a região recebeu maior imigração nas localidades onde havia complexos agroindustriais. Assim, a agroindústria cooperativista representou um motor para o crescimento econômico cafelandense, estimulando a imigração através da oferta de renda e trabalho (Kuznets, 1985).

Também, segundo Perroux (1967), o efeito de aglomeração territorial, junto com o efeito de junção/transporte, é uma das principais consequências desencadeadas pelos segmentos industriais motrizes. Segundo o teórico (Perroux, 1967, p. 18), naturalmente, surgem “[...] consumidores cujos padrões de consumo são diversos e progressivos, comparados com os das zonas rurais agrícolas. [...]”. Adiante, esse processo igualmente gera as mais variadas necessidades coletivas em serviços públicos, habitação, transporte, dentre outros.

De forma semelhante, ocorreu desenvolvimento de especialização na indústria mecânica por 3 vezes entre os quinto e sexto períodos (Tabelas 9 e 11) nos anos de 2003, 2006 e 2007. As atividades desse segmento se relacionam com a base econômica do local, pois grande parcela de seu subsetor engloba a produção de equipamentos hidráulicos, térmicos e de refrigeração, ou ferramentas e máquinas operacionais para as indústrias relacionadas (Ipardes, 1994).

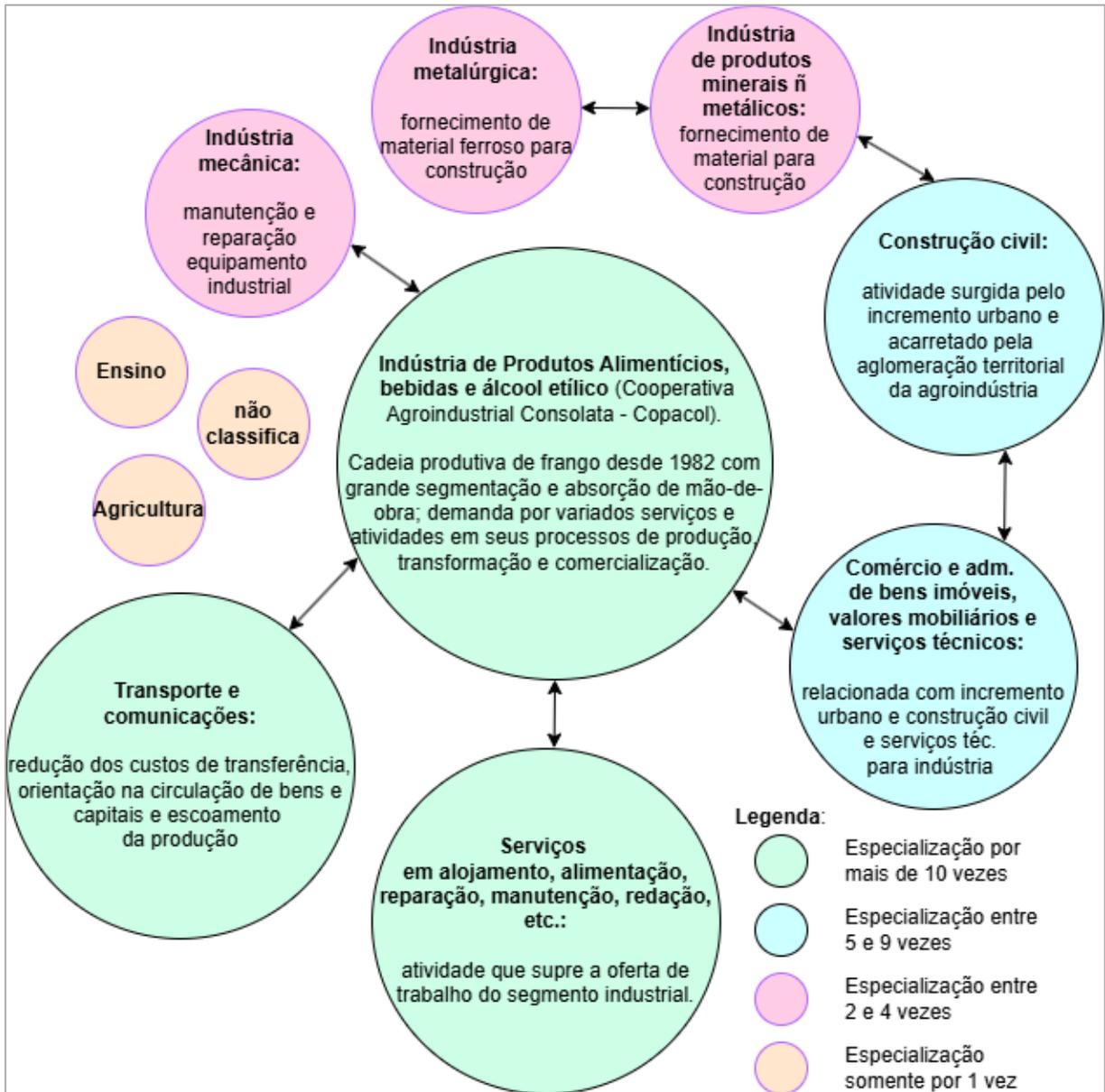
Anschau (2011) aponta que o ramo de atividade da indústria metal mecânica se agrega com todas as demais atividades industriais, sendo certo que ao considerar o perfil produtivo apresentado no município sob estudo, ela estaria se relacionando com a própria agroindústria de Cafelândia. Entretanto, considerando que esta especialização ocorreu de forma mais isolada e em menos ocasiões, o mais comum, é que o município importe essa atividade.

Isso é o que ocorre com as atividades restantes e que se desenvolveram por apenas uma vez no local nos subsetores do ensino e da agricultura. Elas foram pontuais e não apresentaram preponderância significativa para a análise dos aspectos gerais na distribuição produtiva do local.

Por seu turno, a especialização surgida no ano de 2022 denominada como “sem classificação” evidencia uma relação com a categoria de trabalho *home office* que se popularizou durante a pandemia de Covid-19. No entanto, é necessário que se realize estudo vindouro e/ou pesquisa direcionada para verificação de seu desenvolvimento e manutenção.

Assim, conforme a análise dos principais aspectos e características de Cafelândia, determinou-se uma escala entre os subsetores especializados em razão da sua influência por tamanho, o que é apresentado pelo fluxograma da Figura 4:

Figura 4 – Comportamento do setor produtivo de Cafelândia – Paraná (2024)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa (2024).

Como pode ser visualizado (Figura 4), o comportamento produtivo e econômico do local indica maior preponderância no ramo da indústria de produtos alimentícios etc. sendo certo que, partindo-se de suas atividades, houve surgimento e manutenção de outras especializações, sobretudo no terceiro setor de serviços em alojamento etc.,

transporte e comunicações, na construção civil e em comércio e administração de bens imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos. Assim, essas atividades foram secundariamente mais significativas no local. Essa relação de interdependência das atividades entre si está conectada por setas na Figura 4, as quais orbitam a atividade principal e centralizada da indústria de produtos alimentício, bebidas e álcool etílico.

Por sua vez, a indústria de produtos minerais não metálicos e a indústria metalúrgica demonstraram ser especializações menos preponderantes e estão conectadas através de setas com a construção civil, pois surgiram em decorrência desta atividade que se revelou destaque na distribuição produtiva cafelândense, mesmo não sendo o principal segmento (Figura 4).

Nesse sentido, independentemente das peculiaridades e magnitude do papel desempenhado pela economia do município de Cafelândia, faz-se conexão entre a sua dinâmica e os estudos do desenvolvimento regional de aspecto exógeno, sendo que, conforme Perroux (1967), as interações econômicas entre os setores são, de fato, dadas em virtude da hierarquia que a indústria motriz exerce em relação às demais empresas e outras indústrias movidas. Nessa relação, ocorrem ora conflitos, ora cooperação entre os envolvidos, o que cria um cenário favorável para o crescimento e transformação da estrutura produtiva.

Igualmente, dos estudos de Hirschman (1961) em relação às estratégias para se alcançar o efetivo desenvolvimento econômico, extrai-se que há uma tendência natural do setor gerador de encadeamentos produtivos alavancar outros segmentos econômicos e não somente aqueles diretamente a ele relacionados, promovendo-se resiliência econômica frente crises através da diversificação. De mesmo modo, North (1977a) ainda aponta como a diversificação da base de exportação é uma etapa importante para o desenvolvimento econômico sustentado de uma região.

Desta forma, ao considerar o objeto de estudos, embora existam evidências de algumas destas características no contexto do crescimento econômico de Cafelândia, o perfil do setor produtivo local se revela concentrado, sobretudo porque os subsetores especializados com maior preponderância estão proximamente relacionados com a atuação do principal segmento industrial. Além disso, a capacidade de diversificação demonstrou acompanhar fatores externos e macroeconômicos, podendo ser necessário repensar estratégias visando estimular a diversificação produtiva com o desenvolvimento de outras atividades com a execução de políticas públicas (Hirschman, 1961).

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa realizou uma análise do comportamento locacional de Cafelândia utilizando a variável do emprego formal de acordo com os 26 subsetores da economia do IBGE. Para tanto, adotou-se os métodos histórico e estrutural, aplicando-se o cálculo do QL como indicador de análise regional. Ainda, a fim de contribuir para a interpretação dos resultados, também foram considerados os dados de empregos formais agregados em grandes grupos pela CBO.

O trabalho se justificou por ser pioneiro, já que ainda não havia sido realizado nenhum outro estudo focado com profundidade no município de Cafelândia – Paraná, especialmente quanto ao seu crescimento econômico com a metodologia utilizada. Igualmente, sua realização se reveste de importância, pois a localidade demonstra relativo destaque e impacto para os setores produtivo e econômico da região.

Portanto, tem-se que o objetivo geral foi analisar o crescimento econômico de Cafelândia e os objetivos específicos foram: a) compreender seu contexto histórico econômico; b) identificar o comportamento do seu setor produtivo; e, c) verificar a influência do segmento industrial na sua distribuição. Conforme a pesquisa literária e histórica do Capítulo 2 e a interpretação dos dados e resultados demonstrados no Capítulo 5, todos os objetivos puderam ser alcançados de maneira satisfatória.

O contexto histórico econômico de Cafelândia foi semelhante ao vivenciado pela região Oeste do Paraná no decorrer do último século. Sua base econômica estava voltada para a agricultura de subsistência dentro de uma sociedade reduzida e de níveis comerciais e tecnológicos baixos até meados das décadas de 1950 e 1960.

No entanto, após viabilização da colonização e povoamento de toda região com a inserção de políticas públicas macroeconômicas para industrialização e mecanização do campo, um processo paulatino de incremento econômico e populacional foi se desencadeando na localidade. No local, os habitantes de Cafelândia, em sua maioria descendentes de europeus vindos dos outros estados do Sul, tinham o sonho de cultivar café, o que mais tarde deu nome ao local.

Também, em meio a esse cenário, um inverno rigoroso ocorrido em 1975 alterou a estrutura produtiva em Cafelândia causando a substituição do café pelas lavouras temporárias de soja, milho e trigo. Em 1979, o local se tornou município, e, em 1982, a cooperativa agrícola da localidade instalou um sistema integrado de aves,

dando início a atividades agroindustriais por iniciativa coletiva de seus líderes e agentes. Depois desse episódio, houve uma mudança de maior impacto na economia e estrutura produtiva do município.

Aplicando-se a metodologia do QL, os resultados encontrados identificaram a ocorrência desse processo de transformação, demonstrando que o comportamento do setor produtivo de Cafelândia tem na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (Agroindústria Cooperativista Consolata – Copacol) sua principal atividade econômica até o período mais recente.

Isso pôde ser comprovado tanto pelo resultado dos montantes para cada ano de análise do QL, como pelos aspectos e características gerais de todo o período entre 1987 e 2022. Nesse sentido, esse ramo de atividade foi também o que se especializou por maior número de vezes, acumulando-se com maior preponderância na análise global.

A influência desse segmento para o local se deu pela atuação da cadeia produtiva de frango realizar uma complexa gama de atividades, sendo responsável pela produção, transformação e comercialização final dos produtos. Dentro desses processos, emprega-se grande quantidade de mão de obra, e, dentre as demais observações, pôde-se verificar que essas características impactaram a economia, estimulando a diversificação da distribuição do setor produtivo local, direta e indiretamente.

Assim, o conjunto das suas atividades acarretou o surgimento de outros segmentos, contribuindo para o incremento econômico de Cafelândia. De forma concreta, houve o desenvolvimento representativo de especializações nas atividades de serviços em alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc. e de transporte e comunicações.

Esses dois ramos apresentaram resultados significativos dentro das análises geral e específica do QL, mas de forma secundária ao segmento principal. Com esses achados, foi possível traçar a existência de uma relação de proximidade entre os dois subsetores e a atuação da indústria de produtos alimentícios etc. Ou seja, a agroindústria cooperativista necessitou desenvolver o setor de transporte para reduzir os custos de transferência e orientar a circulação de bens e capitais. Além disso, pressionou o terceiro setor diante da ampla segmentação de mão de obra necessária para realização de suas atividades, o que se fez empregando uma grande quantidade de pessoas nos mais diversos tipos de serviços.

Por sua vez, todas essas atividades desencadearam uma intensificação de contatos humanos, gerando aglomeração territorial no entorno da indústria de produtos alimentícios etc., e o principal resultado encontrado pelo estudo neste quesito foi o surgimento de especializações ligadas ao incremento urbano.

Isso significa que junto a partir do aumento populacional, houve o desenvolvimento e manutenção de especializações nos ramos da construção civil, comércio e administração de bens imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, indústria de produtos minerais não metálicos e indústria metalúrgica. No entanto, essas atividades se mantiveram desenvolvidas de maneira colateral, relacionando-se com o aquecimento das atividades agroindustriais de maneira indireta, uma vez que vieram para suprir as necessidades coletivas da população atraída pela oferta de trabalho e renda da agroindústria.

Conclui-se que as especializações de maior preponderância interagiram com a indústria de produtos alimentício etc., originada na Agroindústria Cooperativista Consolata – Copacol, o que revela o tamanho da influência para o comportamento do setor produtivo e crescimento econômico do local. Os resultados também corroboram para a conclusão de que Cafelândia possui um perfil produtivo de transição urbano – industrial, sendo certo que, enquanto o principal setor obtiver incremento produtivo sustentado, os demais desenvolvidos poderão seguir movimento semelhante.

Todavia, esses resultados ainda sugerem que a estrutura da base produtiva do município é concentrada, de modo que, para que ocorra crescimento e desenvolvimento econômico municipal de forma crescente e sustentada, pode-se buscar estimular a diversificação da sua base produtiva. Este fenômeno também restou comprovado quando se observaram os momentos de surgimento de outras diferentes especializações menos preponderantes, como na agricultura, no ensino e em outras atividades sem classificação, os quais não demonstraram significância palpável para o contexto geral.

Neste sentido, o surgimento ou a queda destas especializações foram refletidos por períodos em que o cenário da macroeconomia estava mais ou menos favorável ao seu desenvolvimento, levando-se à conclusão de que esses subsetores não acompanharam a preponderância acumulada no decorrer do tempo por estarem vulneráveis aos fatores externos.

Portanto, esta pesquisa conclui que o crescimento econômico de Cafelândia se deu através da inserção e atuação da indústria de produtos alimentícios etc. tida pela

Cooperativa Agroindustrial Consolata – Copacol, tendo os demais subsetores especializados atuado como elementos que orbitam sua cadeia de processos com atividades que preenchem lacunas de sua demanda. Os resultados encontrados se assemelham com os principais pontos e fatores presentes nos estudos do desenvolvimento regional de aspecto exógeno de Douglass Cecil North, François Perroux e Albert Otto Hirschman, que foram apresentadas no Capítulo 3 relativo ao referencial teórico desta pesquisa.

Assim, diante da resolução apresentada, sustenta-se que o presente estudo foi relevante para o alcance de conhecimento verdadeiro e validado, sobretudo, quanto à dinâmica econômica de Cafelândia sob o enfoque dos objetivos determinados. Acredita-se que com os apontamentos, discussões, resultados bem como demais dados e informações aqui encontrados e analisados, esta pesquisa possa vir a ser útil para a realização de outras vindouras dentro dos estudos do desenvolvimento regional e local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. **Distribuição das atividades econômicas e desenvolvimento regional em mesorregiões selecionadas do sul do Brasil: 1970 a 2000.** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores.** Curitiba: Camões, 2012.
- ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional.** Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016a.
- ALVES, L. R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local: o caso do Município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia, especialidade de planejamento regional e urbano) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016b.
- ALVES, L. R. Especialização e Estrutura Produtiva na Análise Regional do Estado do Paraná. **Informe Gepec**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 9-29, 2022.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Ceará, n. 14, p. 36-74, 1996.
- ANSCHAU, L. A. K. **O ramo metal-mecânico e a industrialização do Oeste do Paraná.** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e agronegócio) – Universidade do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.
- BALTAR, P. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estudos Avançados**, Campinas, v. 28, n. 81, p. 95-114, 2014.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. *In*: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional** (teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1988.
- BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation.** Paris: M.Th. Génin, 1972.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 57-76, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento Econômico e o Empresário. **Revista Administração Empresarial**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 6-12, 1992.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GONZALEZ, L.; LUCINDA, C. Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 327-357, 2008.

CANEVER, M. D.; TALAMINI, D. J. D.; CAMPOS, A. C., FILHO, J. I. S. **A cadeia produtiva do frango de corte no Brasil e na Argentina**. Concórdia: EMBRAPA, 1997.

COLLA, C.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. 3, p. 203-221, 2011.

COLLA, C.; ALVES, L., R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; Transformações econômicas e modificações na distribuição populacional do Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 7, n. 1, p. 79-94, 2013.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. **Relatório do conselho de administração**. 2018. Cafelândia. Disponível em: <https://www.copacol.com.br/copacol/relatorios-anuais/2018> Acesso em: 7 de jun. 2024.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. **Relatório do conselho de administração**. 2023a. Cafelândia. Disponível em: <https://www.copacol.com.br/downloads/relatorio-2023-adm.pdf> Acesso em: 15 jun. 2024.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. **Relatório demonstrações financeiras**. 2023b. Cafelândia. Disponível em: <https://www.copacol.com.br/downloads/relatorio-2023-financeiro.pdf> Acesso em: 16 jun. 2024.

COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. **Nossa História**. 2024. Cafelândia. Disponível em: <https://www.copacol.com.br/copacol/historia>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CORDEIRO, M. F. **Cafelândia, um pouco de nossa história**. Cascavel: Assoeste e Editora Ltda., 2004.

CRESTANI, L. A. **História da Ocupação na Fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 2019. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R.; Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Revista Nova Economia Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006.

DUARTE, V. M. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.

EBERHARDT, P. H. C. **A dinâmica das regiões sob outra perspectiva**: os estágios de desenvolvimento. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016.

EBERHARDT, P. H.; GABRIEL ALMEIDA, F. B.; KODAMA, A. K. Proposta de um indicador de desenvolvimento e sua aplicação no oeste do Paraná. **Economia & Região**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 47-59, 2016.

FERNANDES, C. B. S.; CUNHA, M. S. As transformações recentes no mercado de trabalho paranaense: uma aplicação do método shift-share. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 37, n. 1, p. 149-168, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, R. L.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 7-26, 2006.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Le continuum urbain et rural: le cas de la région ouest du paraná au Brésil. *In*: CONGRÉS DE L'ACFAS ASSOCIATION FRANCOPHONE POUR LE SAVOIR COLLOQUE (624) DE LA SECTION DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL, 79, 2011, Quebec. **Anais [...]**. Quebec: Université Bishop's, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C.; BARROS, A. L. H. Os Territórios Econômicos No Oeste Do Paraná: Uma Análise Do Seu Crescimento No Início Do Século XX. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 10, n. 18, p. 111-122, 2011.

FERRERA DE LIMA, J. Indicadores de desigualdades regionais. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Org.). **Análise Regional: Metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012.

FERRERA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia Territorial**, Teoria e Indicadores. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

FILHO, N. A.; CORRÊA, V. P. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, 2011.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2009.

FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *In*. AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**, São Paulo: Atlas, 2008.
HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, n. 03, p. 119-146, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. O. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-38, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. **IBGE Municípios**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://municipios.ibge.gov.br/brasil/pr/cafelandia/panorama>. Acesso em: 13 jul. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2024. **Banco de dados agregados – SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil> Acesso em: 10 jun. 2024.

ILHA, P. C.; LEISMANN, E. L.; RIPPEL, R. A contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. 1, p. 164-179, 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatórios de Pesquisa**. 1986. Dinâmica do mercado de trabalho urbano no Paraná na década de 80. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_dinamica_merc_trabalho_05_1986.pdf Acesso em: 14 maio 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatórios de Pesquisa**. 1987. Cenários da Economia Paranaense 1987 – 1991. 1987. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_cenarios_economia_pr_08_1987.pdf Acesso em: 14 maio 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Relatórios de Pesquisa. 1994. Competitividade da Indústria Paranaense: uma análise setorial. Disponível em:
https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_competitiv_industria_pr_17_1994.pdf Acesso em: 15 maio 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Relatórios de Pesquisa. 1999. Panorama, tendências e competitividade das indústrias de alimentos e de bebidas no Paraná – relatório completo. Disponível em:
https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_perfil_industria_completo_1999.pdf Acesso em: 17 maio 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Relatórios de Pesquisa. 2004. Leituras regionais. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Disponível em:
https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_leituras_reg_meso_oeste_2004.pdf Acesso em: 15 maio 2024.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC.** Toledo, v. 23, p. 191 – 209, 2019.

KUZNETS, S. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 225-239, 1985.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LOURENÇO, G. M.; **A macroeconomia brasileira e paranaense nos anos 2000.** Nota técnica IparDES: Curitiba, 2010.

MADUREIRA, E. M. P. **Análise das principais cadeias de produção agropecuárias no processo de crescimento econômico do Oeste do Paraná: 1985-2010.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

MALASSIS, L. **Agriculture and the development process: tentative guidelines for teaching.** Paris: The Unesco Press, 1975.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, T. H. **Política Social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MYSKIW, A. M.; **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense.** Dissertação (Mestrado interinstitucional em História) – Universidade Federal Fluminense – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2002.

NAGEL PAIVA, C. A.; JANNUZZI, P. Indicadores Socioeconômicos e Análise Regional: Fundamentos da Centralidade do Quociente Locacional / Socioeconomic Indicators And Regional Analysis: Fundamentals Of Location Quotient Centrality. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 3, p. 378–399, 2022.

NORTH, D. C. Theory and Regional Economic Growth. **The Journal of Political Economy**. Chicago, v. 36, n. 3, p. 243 – 258, 1955.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Regional. *In*: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977a.

NORTH, D. C. Agriculture in Regional Economic Growth. *Journal of Farm Economics*, v. 41, n. 5, dec. 1959. Versão em português. *In*: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977b.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S; Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2017.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando Algumas Teorias do Desenvolvimento Regional; **Informe Gepec**, Toledo, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

OLIVEIRA, T. **Crescimento econômico na faixa de fronteira**: o caso do arco sul do Brasil 2004-2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Sobre a ONU**. Brasília. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us> Acesso em: 1 ago. 2024.

PAELINCK, J. A Teoria do Desenvolvimento Regional Polarizado. *In*: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

PAIVA, C. A. N. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 01, p. 89-102, 2006.

PAIVA, C. A. N. **Fundamentos da análise e do planejamento de economias regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

PARANÁ. **Lei nº 7.292, de 28 de dezembro de 1979**. Cria o Município de Cafelândia, com território desmembrado do Município de Cascavel. Curitiba: Palácio do Governo, 2024.

PAULA, L. F. Repensando o Desenvolvimentismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 47-58, 2006.

PELOSI, E. M. Economia solidária economia criativa: nexos com o capital social e o desenvolvimento local. *In*: ALVES, L. R.; MATTEI, T. S.; SILVA, C. S. (Org.). **Economia e Desenvolvimento Local**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022.

PERROUX, F. Note sur la notion de Pôle de Croissance. **Économie Appliquée**, v. 8, n. 1 – 2, p. 307- 320, 1955.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967.

PERROUX, F. Nota sobre o conceito de polo de crescimento. *In*: PERROUX, F. (Org.). **A planificação e os polos de desenvolvimento**. Porto: Rés limitada, 1975.

PERROUX, F. O conceito de pólos de crescimento. *In*: J. SCHWARTZMANN (Org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

PIACENTI, C. A. O desenvolvimento endógeno das regiões. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. Introdução. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016.

PIAIA, V. **Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel**. Cascavel: Edunioeste, 2013.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste paranaense, sua inserção na economia regional**. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

PIFFER, M.; AREND, S. C. Desenvolvimento regional paranaense a partir da abordagem teórica de Douglass North. *In*: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO (SIDR), Santa Cruz do Sul, 2008. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008. p. 1-24.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do Paraná no final do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

PIFFER, M. Reestruturação espacial e produtiva no Oeste paranaense no início do século XXI. **Informe Gepec**, Toledo, v. 27, n. 2, p. 350-365, 2023.

PREFEITURA DE CAFELÂNDIA. **Nossa município/história**. 2023. Disponível em: <http://www.cafelandia.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368ncb0&id=39>. Acesso em: 10 maio 2023.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. 2024. **Acesso online às bases estatísticas da RAIS**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 10 maio 2024.

REOLON, C. A. Colonização e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000). **RA'EGA**. Curitiba, v. 13, n. 13, p. 49 – 57, 2007.

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo industrial - um estudo de caso da Frigobrás Sadia de Toledo e das indústrias comunitárias**. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. F.; Polos de Crescimento Econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136-149, 2009.

RIPPEL, R. Encadeamentos produtivos e a polarização na economia regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Org.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipú, 2016.

RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas – 1946-2021. **Informe Gepec**, Toledo, v. 26, n. 3, p. 81-101, 2022.

RODRIGUES, J. P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Imprensa e memória: A geada negra de 1975 no Estado do Paraná. **Revista Labirinto**, Porto Velho, v. 27, n. 1, p. 210-222, 2017.

SANTOS, L. B. D.; SANTOS NETO A. B. Reflexões em torno à crise do estado de bem-estar social. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 61-75, 2008.

SILVA, C. S. Teoria do desenvolvimento regional endógeno: a importância dos fatores endógenos e exógenos. *In*: ALVES, L. R.; MATTEI, T. S.; SILVA, C. S. (Org.). **Economia e Desenvolvimento Local**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022.

SILVA, G. M. **O impacto da crise financeira de 2008 sobre as exportações paranaenses: uma aplicação do modelo gravital**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

SILVA, J. R.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. A Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 4, n. 7, p. 75-96, 2000.

SOUZA, N. D. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista de Administração da PUCRS**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, 2005.

STORPER, M.; HARRISSON, B. Flexibilidade, hierarquia e desenvolvimento regional. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

TIZ, G. J.; NOBREGA, M. T. As cidades da microrregião geográfica de Cascavel – PR e o nível de complexidade mínima. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 11, n. 20, p. 33-46, 2016.

TOLOSA, H. Polos de crescimento: teoria e política econômica. *In*: HADDAD, P. R. (Org.). **Planejamento regional**: método e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento Local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 221-241, 1995.

VICENTE, M. **Copacol**: 50 anos na vanguarda do cooperativismo. Cafelândia: Integração, 2012.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J.; Desenvolvimento Econômico Regional - Uma Revisão Histórica e Teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 345-369, 2012.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, Mensus e Colonos**: história do Oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WELTER, C. A.; BATISTA, A. M.; CENTURIÃO, D. A. S.; RIPPEL, R. Crescimento econômico no Oeste do Paraná: uma análise a partir de indicadores regionais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 41, n. 138, p. 159-176, 2020.

WILLERS, E. M.; **Cultura Associativista**: a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional e agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

ZVIR, E.; KLANOVICZ, J. Percepções sobre a Geada Negra de 1975 no Jornal Folha de São Paulo. *In*: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (22) EAIC (3), 2013, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste 2013.